

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

“Sejamos gregos na glória / e na virtude, romanos”: os usos da Antiguidade clássica na imprensa periódica sul-rio-grandense no discurso de construção da Nação em o *Correio da Liberdade* e *O Noticiador* (1831 – 1835)

Rafael Santos de Abreu

PORTO ALEGRE-RS

2014

Rafael Santos de Abreu

“Sejamos gregos na glória / e na virtude, romanos”: os usos da Antiguidade clássica na imprensa periódica sul-rio-grandense no discurso de construção da Nação em o *Correio da Liberdade* e *O Noticiador* (1831 – 1835)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, pelo curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

PORTO ALEGRE-RS

2014

Rafael Santos de Abreu

“Sejamos gregos na glória / e na virtude, romanos”: os usos da Antiguidade clássica na imprensa periódica sul-rio-grandense no discurso de construção da Nação em o *Correio da Liberdade* e *O Noticiador* (1831 – 1835)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, pelo curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

APROVADO EM: 08 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas – Orientador – UFRGS

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – UFRGS

Prof. Me. Rafael Vicente Kunst – UFRGS

PORTO ALEGRE-RS

2014

E por falar em citações

Havia na minha terra um orador popular que terminava assim os seus discursos: “Pois, como disse Ruy Barbosa...” – e lá vinha pra cima da gente com uma frase que ele tirava do próprio bestunto. É claro que todo mundo aplaudia.

[QUINTANA, Mario. *Caderno H*. São Paulo: Globo, 2006, p.270]

Agradecimentos

Agradeço a Deus acima de todas as coisas.

Agradeço ao meu orientador, mentor e guia espiritual, Anderson Zalewski Vargas, por todo o apoio, incentivo e confianças depositadas em mim, sem as quais esse trabalho não seria possível.

Agradeço também à minha namorada, Anelise, pelo amparo e companhia sem par, percorrendo comigo o percurso que tracei, desde a primeira letra até o último ponto, estando ao meu lado durante todo o processo de produção e me dando forças nos momentos de insegurança e temor.

Agradeço a meu pai por todo o esforço e trabalho dedicados, investindo em minha educação e promovendo meios para tanto.

Agradeço à minha mãe pela obstinação em me incentivar aos estudos e por ter estado presente durante minha formação, construindo bases sólidas de onde eu pudesse me sustentar.

Agradeço à minha irmã por me despertar o interesse pela leitura e escrita e pelo prestígio dado a cada conquista intelectual minha, assim como pela revisão deste trabalho.

Agradeço também a meus professores de história ao longo de minha formação básica, Stefan, Salah, Érico, Inês e Paulo, os quais, por sua paixão pelo que lecionavam, despertaram em mim o gosto pelo estudo.

Agradeço aos amigos, familiares e demais pessoas que acompanharam minha trajetória e que de alguma forma contribuíram para que este acontecesse.

Por fim, sou grato também a mim, posto que para quem zerou uma redação em um simulado de cursinho pré-vestibular, hoje concluir um trabalho desta dimensão constitui uma vitória pessoal.

Resumo

Tal como para o entendimento da Antiguidade onde o estudo da retórica é fundamental - dado a importância que esta possuía nestes contextos, em Grécia e Roma, onde o exercício da vida pública e da cidadania estava imbricado à dimensão discursiva e oratória - papel semelhante desempenhado pela retórica se evidenciou no Brasil do século XIX. Disciplina imprescindível no sistema educacional da época, bem como parte componente do ensino superior nas universidades portuguesas - reduto dos filhos da elite brasileira, os futuros nomes da política nacional -, a retórica esteve presente nas manifestações em espaços públicos, na escrita, na imprensa e nos mais diversos gêneros discursivos, sobretudo no jurídico e político. Da mesma forma, no ensino humanístico português, com vista a formação completa do indivíduo, estava fortemente arraigada a leituras de obras e textos de autores da Antiguidade greco-latina, por meio dos quais o ensino de retórica era realizado. Neste sentido, a presença da retórica e da tradição clássica no contexto letrado e político brasileiro oitocentista se apresentam como uma rica temática aos historiadores. O que se busca no presente trabalho é um estudo mais atento desse cenário, visando uma maior compreensão do papel da retórica e da Antiguidade clássica, os seus usos no debate político e suas manifestações na incipiente imprensa da época, mais precisamente no tocante à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século em questão, às vésperas da Revolução Farroupilha. Diante disso, a pesquisa realizada em jornais do período tem por objetivo analisar a dimensão retórica e o recurso à Antiguidade nas matérias veiculadas, levadas à estampa pelo *O Correio da Liberdade* e *O Noticiador*, no discurso político de construção do Estado Nacional. Em linhas gerais serão usados elementos da análise retórica, com vista à importância da técnica persuasiva na formação intelectual dos brasileiros do século XIX e o caráter retórico do jornalismo de opinião da mesma época, e da estética da recepção, a fim de analisar a forma como os antigos foram utilizados e significados pelos autores dos periódicos com vista os seus objetivos políticos.

Palavras-chave: Usos da Antiguidade; imprensa periódica, construção da Nação.

Sumário

Introdução	6
Capítulo I - A tradição retórica e clássica luso-brasileira.....	31
1 - Ensino jesuítico – humanismo católico e a segunda escolástica.....	31
2 - Reforma no ensino português: o Alvará de 1759 e as Aulas Régias.....	39
3 - Educação na Província do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul	43
4 - Iluminismo e Maçonaria: a construção de uma <i>Nova Roma</i>	49
5 - O argumento de autoridade e a autoridade da Antiguidade	53
Capítulo II - Entre gregos e romanos: os antigos e a Nação brasileira	59
1 - O lugar dos antigos na afirmação dos modernos	59
2 - Das Leis à Decadência.....	69
3 - <i>Entre nós reviva Atenas, para assombro dos tiranos</i>	79
4 - <i>Sejamos gregos na glória e na virtude, romanos</i>	91
Conclusão	104
Bibliografia	107
ANEXO I.....	112
ANEXO II	120

Introdução

O primeiro contato que tive com este tema de pesquisa foi durante minha participação no projeto “*RETÓRICA e HISTÓRIA: REFLEXÃO e HERMENÊUTICA: Sertões trágicos & Farroupilhas retóricos*”, sob coordenação do professor Anderson Zalewski Vargas, durante o período de 2010 e 2011, como bolsista de iniciação científica. Minha participação no projeto se deu através do trabalho com dos periódicos originais disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, com o registro, então, de todos os dados e informações que destes pudessem ser retirados, no interesse de estabelecer uma relação da presença de elementos antigos nos periódico examinados. Vencido esse estágio do trabalho, passou-se, aí sim, a uma análise mais criteriosa das informações levantadas, a fim de compreender o contexto no qual estas se inserem, os usos da tradição clássica no discurso político da época, como argumento retórico de autoridade e elemento de emulação, bem como a busca pelas prováveis referências das citações veiculadas aos jornais. A partir daí, inicia-se a parte mais importante do trabalho, que é o cotejo das informações obtidas na consulta direta aos periódicos da época. O presente trabalho consiste, pois, numa análise mais aprofunda desta pesquisa, visando oferecer uma contribuição ao conhecimento da história da imprensa no Rio Grande do Sul e o papel da tradição greco-latina na cultura político-intelectual do período.

Retórica, ensino humanístico e um auditório voltado à Antiguidade

Durante as primeiras duas décadas da imprensa sul-rio-grandense (1827 a 1850),¹ cerca de noventa e quatro periódicos, de caráter partidário, circularam pela província, nos quais abundam referências a elementos da Antiguidade, independentemente do posicionamento político que, diga-se, variava consideravelmente. Tal presença é encontrada na forma de epílogos, de citações, de comparações, além de muitas expressões latinas, em textos de natureza diversa, o que indica, entre outras coisas, o prestígio do universo greco-

¹ Tomo por base para este recorte temporal o estudo realizado por BARBOSA, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986. 284p.

latino pelos idealizadores destes jornais, ressaltando o importante papel que a eloquência e a retórica desempenhavam no Império brasileiro.²

Ao analisarmos os textos programáticos presentes nos periódicos e panfletos impressos pelas facções políticas em disputa, é surpreendente o conjunto de referências e elementos do Mundo Antigo. À primeira vista e em alguns casos, tal evidência pareceria paradoxal, em se tratando de pessoas e movimentos que se diziam revolucionários ao pretenderem inovar como uma vanguarda de um novo tempo.³ Percebem-se as referências constantes a elementos relativos à Grécia e Roma, elucidativas da identificação e do culto dos valores e figuras da Antiguidade clássica. É no domínio das disputas políticas que a importância da civilização greco-romana e retórica se manifesta.

José Murilo de Carvalho, em seu estudo *História intelectual no Brasil*, atenta para o papel desempenhado pela retórica no contexto político-parlamentar do segundo Império brasileiro e, ao referir Oliveira Viana, destaca que a falta de citações a autores estrangeiros em um discurso de câmara consistia em uma tática fatal no Brasil oitocentista, de maneira que “sem citação de autoridades estrangeiras, nenhum pensador nacional seria levado a sério”.⁴ Da mesma forma, tal prática era recorrente entre os jornalistas sul-rio-grandenses da primeira metade do século XIX.

O estudo da retórica é fundamental para o entendimento da Antiguidade clássica, em razão da importância que esta possuía nesse contexto – onde na Grécia e em Roma o exercício da vida pública e da cidadania estava imbricado à dimensão oratória –, esta desempenharia papel semelhante no Brasil do século XIX. Disciplina imprescindível no sistema educacional da época, bem como parte componente do ensino superior português (reduzido dos filhos da elite brasileira, os futuros nomes da política nacional), a retórica

² Ver SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999. Ver também BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese de doutorado em Letras. Departamento de Linguística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972; DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Tese de doutorado em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP, 2009; MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea - José de Alencar e a retórica oitocentista*. São Paulo: Eduel; Edusp, s.d..

³ Conforme nos fala Ilmar de Mattos, para os liberais, os movimentos de 1842 eram vividos como uma verdadeira revolução. Uma revolução porque, segundo estes, “abria a possibilidade de concretização de um propósito: o início de um tempo novo!” Contudo, o triunfo conservador reduziria a pretensão liberal de uma revolução à mera rebelião. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 105.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. TOPOI Revista de História, Rio de Janeiro, 7 Letras, n. 1, 2000, p.127.

esteve presente nas manifestações em espaços públicos, na escrita, na imprensa e nos mais diversos gêneros discursivos, sobretudo no discurso jurídico e político.

A retórica tornou-se uma das principais disciplinas do ensino jesuítico, sendo generalizada em Portugal, bem como em seus domínios, como modelo para todas as práticas de representação, pelo menos até o final do século XVIII. No caso do brasileiro, sua proeminência pode ser percebida através de um rápido exame dos currículos escolares, como o fez João Adolfo Hansen em relação ao Colégio Pedro II, onde a retórica permaneceu como disciplina indispensável até pelo menos a segunda metade do século XIX.⁵ O estudo de retórica no Império lusitano, sobretudo no tocante ao Brasil, teve como ponto de inflexão a reforma do ensino primário e secundário, os chamados estudos menores, em 1759, seguida da reforma nos estudos maiores, de nível superior, em 1772, quando a disciplina de retórica fora instaurada como o eixo articulador dos estudos preparatórios para o ingresso à universidade, sendo a única matéria exigida nos exames de proficiência de Coimbra por mais de três décadas. A importância dada ao estudo dessa disciplina acarretou uma crescente difusão e proliferação de manuais e compêndios sobre o tema em todo o Império, fornecendo aos estudantes e mestres seus fundamentos básicos. Igualmente, a prática da oratória foi amplamente difundida através dos sermões pregados nas diversas igrejas do reino, assim como nas instituições de ensino da ordem jesuítica, uma vez que estes monopolizaram o sistema de ensino do Império português por quase duzentos anos, onde o estudo de retórica esteve por muito tempo associado ao sacerdócio, na figura dos mestres, se difundindo entre os estudantes leigos e seminarista, assim como ao restante da população que frequentava os templos.⁶

Estas reformas no ensino, de um modo geral, tinham por objetivo, através de uma nova maneira de entender e de lidar com a educação, criar um sentimento de pertencimento ao Reino de Portugal, vinculadas aos primórdios do patriotismo.⁷ Em vista disso, a longevidade da retórica na cultura brasileira foi garantida, também, por meio dos periódicos que, a partir de 1822, quando do fim da censura à imprensa, multiplicaram em grande quantidade no país. Consistindo em um aspecto evidente do processo e comum a todos os jornais do período, a dimensão retórica do seu texto perpassava toda a

⁵ HANSEN, João Adolfo. *A civilização pela palavra*. In: LOPES, Marta Teixeira, FARIA Fº, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 9.

⁶ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Op. cit.*, p.11.

⁷ *Idem*.

argumentação dos impressos, sendo uma característica compartilhada por todos redatores, oriunda da formação comum da maioria destes.⁸

Segundo Maria Renata da Cruz Duran, a respeito da imprensa no Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX, uma vez regrada pela retórica, esta

modelou uma eloquência que gradativamente ganhou ares de naturalidade e forneceu todo um universo vocabular, formal e temático para a invenção de uma literatura nacional e, paralelamente, contribuiu para a criação de uma identidade brasileira, bem como, de uma arena pública de debate político e intelectual.⁹

Duran enfatiza o caráter deliberativo da retórica, uma vez que a sua evidência mais direta se constata nas “reuniões e assembleias que deram origem à primeira constituição brasileira”. Em suas palavras:

No mundo político, a eloquência servia como suporte para a ação parlamentar, uma vez que os discursos eram baseados nos modelos de Cícero ou Demóstenes e, ainda, em novas tendências, cujo principal representante era Bentham. Nesses espaços, antigos mestres de retórica [...] galgaram sucesso em razão de sua ‘eloquência declaratória’.¹⁰

A primeira manifestação de um sistema educacional no Brasil data de 1549, quando, por iniciativa dos jesuítas, foram introduzidas noções de alfabeto, de leitura, de escrita e operações matemáticas. Em um segundo momento, inspirado-se no plano de estudos europeus,¹¹ os inicianos implantaram o ensino humanístico, onde se encaixavam a linguística e a literatura, com o destaque para o latim e as obras de autores clássicos, além da gramática portuguesa, da poética e da retórica.¹²

Foi através desse ensino humanístico que o passado da Antiguidade se perpetuou no contexto intelectual luso-brasileiro, sendo adquirido e cimentado através do ensino formal, pelo qual os idealizadores dos periódicos levados à prensa nas diferentes regiões do território brasileiro passaram. Formação que obtiveram em Aulas Régias (que substituíram o ensino jesuíta), nos seminários, em instituições de ensino privadas, ou mesmo em casa

⁸ KLAFFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011, p.37.

⁹ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Op. cit.* p.11.

¹⁰ *Ibidem*, p.120.

¹¹ Conforme Roberto de Oliveira Brandão, o “plano de estudos de Humanidades no Brasil deveria seguir o usado no Colégio das Artes de Coimbra, que desde 1555 passara para as mãos dos jesuítas”. (cf. BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Op. cit.*, p. 10).

¹² MELO, Carlos Augusto de. *O ensino de literatura brasileira no império*. Revista Travessias, 2009. v. 07. p. 121.

através de professores particulares, obtendo conhecimentos básicos de latim, de grego, de poética, filosofia e principalmente retórica. Em que pese o parco número de escolas e Aulas Régias criadas na colônia, conforme Carvalho, “pode-se dizer que no início do século XIX qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização elementar, em Portugal ou no Brasil, teria passado por elas e, portanto, teria alguma formação em retórica”,¹³ bem como, acrescento, nos estudos clássicos humanísticos.

Com respeito ao público leitor dos jornais, podemos ter alguns indícios de seu perfil através do próprio caráter dos impressos, uma vez que todo escritor ao elaborar o seu texto constrói uma representação ideal de seus possíveis leitores, que configurariam o seu auditório, a quem se dirige a argumentação. Olivier Reboul apresenta uma definição esclarecedora acerca desse conceito:

Sempre se argumenta diante de alguém. Esse alguém, que pode ser um indivíduo ou um grupo ou uma multidão, chama-se auditório, termo que se aplica até aos leitores. Um auditório é, por definição particular, diferente de outros auditórios. Primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. Em outras palavras, sempre há um ponto de vista, com tudo o que esse termo comporta de relativo, limitado, parcial.¹⁴

Diante disso, conforme destacam Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em seu *Tratado da argumentação*, constituindo o auditório uma dimensão significativa no discurso persuasivo, se faz necessário ao orador que, no intento de persuadir um auditório particular se adapte a ele,

[...] por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.¹⁵

Dessa forma, a argumentação se desenvolve a partir dessa interação entre orador e auditório, constituindo divergentes situações argumentativas em razão dos diferentes públicos, por conta de uma série de elementos internos e externos que influenciam cada auditório, fazendo com que essa variedade receba um mesmo discurso de forma diferente.¹⁶

Assim, tanto o orador quanto o escritor, constroem seus discursos e estratégias

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* 2000, p. 133.

¹⁴ REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.92-93.

¹⁵ PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucy. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 23.

¹⁶ KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012, p.121.

argumentativas, de forma mais ou menos consciente, com vista ao público ao qual este se dirige e a quem pretende atingir. Para isso, o autor do discurso especula de alguma forma as possíveis características de seu público e, a partir do conjunto destas, ele constitui o seu chamado *auditório presumido*, que segundo Perelman, é sempre “uma construção mais ou menos sistematizada”, onde se procura determinar origens psicológicas ou sociológicas, de maneira que essas projeções são concebidas em grande parte tendo a própria realidade do autor.¹⁷

Por conseguinte, se pode compreender a presença de elementos da Antiguidade nos discursos dos diversos periódicos, visto que os seus redatores eram leitores dos antigos clássicos, seja de forma direta, através do contado com obras de poetas, filósofos, e historiadores greco-latinos, ou de forma indireta, por meio da leitura de compêndios e comentadores, bem como das enciclopédias iluministas. Pode-se concluir que os leitores dos impressos compartilhavam dos mesmos conhecimentos que seus redatores, em vista do estrato social de onde provinham e da formação humanística que possivelmente obtiveram. Diante disso, ao lançarem mão desse artifício retórico, invocando personagens e experiências do Mundo Antigo, com vista a encontrar em terceiros uma maior legitimidade e força ao argumento apresentado, fica manifesta que a autoridade dos clássicos era reconhecida e legitimada pelo auditório. Da mesma forma que atesta a proeminência que a Antiguidade tivera no contexto intelectual oitocentista da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Nos embates político levados à estampa pelos periódicos em circulação na província, gregos e latinos eram recorrentemente invocados, a fim de que a autoridade neles contida fosse capaz de resolver uma contenda entre opiniões divergentes ou de justificar determinado posicionamento. A evocação dos antigos permeava os discursos políticos das elites dirigentes do Brasil oitocentista, de maneira muito peculiar (como era costume no período), nos quais, muitas vezes, se deturpava o pensamento da autoridade referida em benefício da confirmação de suas próprias teses, assim como que o mesmo personagem poderia ser referido de maneira a justificar posições divergentes.

Precisamente, é no contexto de debate e enfrentamento político durante o Primeiro Reinado que, sobretudo após a abdicação de Dom Pedro I, se inserem os primeiros periódicos que circularam na província do Rio Grande do Sul. Foi através desses embates que se constituiu um *locus* do exíguo espaço público em formação, no qual os diversos

¹⁷ PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Op. cit.*, p.22.

projetos políticos em disputa procuravam se legitimar “por meio de uma acirrada luta de representações, envolvendo noções tais como Estado, sociedade, liberdade, revolução, representatividade, etc”.¹⁸

Período regencial e configuração política

O período histórico iniciado no Brasil com a Abdicação de D. Pedro I foi marcado pela reconfiguração do Estado e constituição de uma determinada ideia de nação que se pretendia propriamente brasileira. Conforme o jornalista carioca Justiniano José da Rocha afirmou em um panfleto editado em 1856, chamado *Ação; Reação; Transação. Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil*, esta “abertura [a Regência] tanto sintetiza a evolução política do Império quanto explicita a perspectiva evolucionista adotada”. Magalhães Junior, em sua análise do referido folheto, traça um recorte temporal dividido em diversos períodos distintos, correspondendo ao intervalo 1822 a 1836 ao chamado período da *Ação*, que se distinguem dois momentos, o da luta e do triunfo, separados pela Abdicação. No primeiro momento, constata-se, junto do nacionalismo exacerbado, a presente desconfiança do poder. No segundo, se deu a conquista do poder por meio da Liberdade, elevada aos píncaros: ‘estava senhora do governo a democracia; a câmara dos deputados formava como o seu grande conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela’.¹⁹

Nesses anos extremamente conturbados, os grupos de elite das várias províncias disputaram a primazia da liderança do processo, estando divididos entre diferentes concepções de arranjo institucional, além dos vínculos que determinavam maior ou menor aproximação com o governo central e a Corte. No caso Rio-Grandense, esse contexto de disputas entre as diferentes propostas de governo acabou por desencadear um longo conflito armado, a Revolução Farroupilha, evento que, por dez anos, cindiu a província.²⁰

Para além dos sangrentos embates travados, existia outra arena de disputas entre as distintas facções, onde o espaço público tornava-se o campo de batalha: era na imprensa

¹⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p.161. O autor divide sua análise da seguinte maneira: de 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação.

¹⁹ *Ibidem*, p.173.

²⁰ KLAFKE, Álvaro Antônio. *Op. cit.*, p.06.

periódica, especialmente ativa em tempos conflagrados como aquele, onde as propostas políticas e proposições ideológicas ganhavam voz. Nesse contexto, os jornais da época, mais do que meros instrumentos, eram, em conjunto, constituintes de uma arena específica de debates, fundamental na formação de uma incipiente opinião pública.

Em seu *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*, Jandira da Silva e Elvo Clemente atentam para o fato de que “os nossos jornais começam a ser editados” naquilo que denominaram de “período pré-revolucionário”, onde muitos deles “tinham sua posição definida, de um ou de outro lado [legalistas, liberais exaltados, federalistas, etc.], argumentando, combatendo, posicionando-se, enfim”.²¹ Por conseguinte, iniciada a Revolução Farroupilha, as tendências e movimentos políticos no Estado se delinearão e se apresentam consolidadas, sendo através da imprensa que se deu essa propagação de ideias. Segundo Francisco Riopardense, a abdicação e a conseqüente Regência fora um período marcado pela esperança, cujo confronto no qual desembocara, a Farroupilha, assinalou a perda desta mesma esperança.²²

Com vista ao que foi exposto, em linhas gerais, o presente trabalho tem por objetivo a análise dos usos da tradição clássica – o conjunto de elementos do passado greco-romano legados e retrabalhados desde a Idade Média – nos periódicos o *Correio da Liberdade* e *O Noticiador*, o primeiro de caráter legalista e o último defensor dos ideais federativos, no período que compreende, nas palavras de Magalhães Júnior e Riopardense, respectivamente, a fase da “Ação” e da “Esperança” (a partir de 1831) até o seu estertor, o início da Revolução Farroupilha (1835). O que se procura é compreender como os elementos da Antiguidade clássica são representados em jornais de linha políticas divergentes e que papel estes cumprem no discurso político de construção do ideário nacional, apresentados em suas publicações, desde o início do Período Regencial, época esta de fundamental importância, marcado por intensas disputas entre inúmeras propostas, projetos e aspirações de grupos que, muitas vezes, lutavam em nome de pretensas “identidades” absolutamente incompatíveis com o projeto imperial que prevaleceu, especialmente após a Maioridade.²³

²¹ SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA. *Breve histórico da imprensa sul -riograndense*. Porto Alegre: Corag, 1986, p.85.

²² MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre. Ed. EDIPUC, 1995, p. 26 -27.

²³ KLAFFKE, Álvaro Antonio. *Quando será o Brasil dos brasileiros: "fronteiras" sociais nas páginas do 'Correio da Liberdade'* (Porto Alegre, 1831). Em: *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p.51.

A recepção da Antiguidade

Diante disso, no intuito de compreender a maneira como a tradição greco-latina é utilizada pelos redatores dos periódicos que analiso, faz-se necessário interpretar, primeiramente, a forma como estes autores receberam e assimilaram estes conhecimentos com respeito aos antigos, isto é, examinar os meios pelos quais os idealizadores dos impressos leram a Antiguidade clássica. Não se trata de identificar, precisamente, quais foram as leituras que estes realizaram, nem propriamente a origem deste conhecimento, se obtido de forma direta de obras e autores clássicos, ou mesmo se por intermédio de comentadores renascentistas e modernos, mas sim, refletir quanto às possíveis influências desta tradição e a maneira como estas foram apropriadas e que sentido lhe foi conferido, de acordo com as particularidades do contexto de seu leitores.

Para tanto, utilizo como referencial teórico os estudos da recepção, sobretudo através das reflexões desenvolvidas por Hans Robert Jauss, acerca da escrita da história da literatura. Não obstante, dado a proximidade de objetivos, também tomo por base a pesquisa realizada por Rafael Vicente Kunt sobre *Os Sertões* de Euclides da Cunha e as aplicações que este fez da teoria de Jauss, bem como de outros estudiosos do tema, como Charles Martindale e Hans Ulrich Gumbrecht.

Na medida em que confere centralidade ao leitor no processo de significação do texto no ato da leitura, o qual relaciona as experiências individuais de cada indivíduo de acordo com o contexto em que estes estão inseridos, a teoria da recepção se apresenta como uma ferramenta de análise valiosa no exame de textos produzidos em diferentes períodos históricos e como estes são interpretados de acordo com cada época. Diante disso, consiste em um referencial igualmente enriquecedor para a pesquisa história, na medida em que a historicidade de cada obra e os diferentes contextos e leitores são elementos fundamentais para a produção de sentidos e significação dos textos durante a leitura.

Uma vez que cabe ao leitor a produção de significados, este passa a constituir-se como parte componente do texto, o que diante da diversidade de leitores, atribui à obra uma multiplicidade de sentidos, fazendo com que o seu autor perca destaque em função da figura do leitor.²⁴ Contudo, enquanto figura temporal, o leitor se encontra delimitado pelas próprias condições históricas de seu contexto, tais como o âmbito linguístico, o ambiente

²⁴ ZILBERMAN, Regina. Estética da recepção e história da literatura. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.10.

cultural, o estrato social, a situação econômica e o cenário político, que estabelecem as possibilidades pelas quais o texto pode ser lido em cada época, de maneira que os sentidos construídos podem variar conforme o contexto histórico em que cada leitura é feita.²⁵ Da mesma forma, além das condições circunstâncias de cada conjuntura, a análise da recepção de uma obra leva em conta elementos da própria experiência literais e da formação do leitor, como sua erudição, seus pertencimentos a determinados meios sociais, bem como as expectativas estéticas que marcam suas predileções e preferências literárias, e constituem os conhecimentos preliminares de que este dispõe, a respeito do texto que se propõe a ler e da leitura de outras obras, estabelecendo as condições de interpretação e construção de sentidos.²⁶

A estas possibilidades e limitações Jauss chamou *horizonte de expectativas*, isto é, a experiência literária do leitor que pode ser observada a partir de um sistema de referências construído com base nas expectativas que resultam do conhecimento prévio de cada leitor, com respeito ao gênero, os estilo e temática de obras com as quais tem familiaridade, em seu período histórico.²⁷ Este horizonte de expectativas seria um ponto de aproximação entre leitor e autor, na medida em que este procura explorar os conhecimentos prévios do público a quem direciona o texto, o que determina o período de vida da obra, na medida em que esta encontre possibilidades de significação em diferentes épocas.²⁸ É com essas diferentes temporalidades que a construções de sentidos se relaciona, pois as interpretações atuais de textos antigos, sejam de forma consciente ou não, inserem-se em uma complexa rede de distintas trajetórias em períodos diversos, construindo aquilo que Martindale chamou de cadeia de recepções, através das quais as leituras seguem sendo efetuadas.²⁹ Assim, o leitor de uma obra do passado encontra-se envolto em uma ampla rede de significações anteriores e contemporâneas às dele.³⁰ As recepções anteriores não seriam deformações da obra original, constituindo obstáculos a compreensão dos sentidos dos textos antigos, a exemplo dos clássicos greco-latinos, mas, ao contrário, “é justamente essa

²⁵ KUNST, Rafael Vicente. *Op. cit.*, p.139.

²⁶ JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.27.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Ibidem*, p.36-37.

²⁹ MARTINDALE, Charles. *Redeeming the text – Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge University Press, 1993, p.7.

³⁰ MARTINDALE, Charles. *Redeeming the text – Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge University Press, 1993, p.7 apud. KUNST, Rafael Vicente. *Op. cit.*, p.143.

tradição de recepções anteriores, passando por intelectuais medievais, renascentistas e iluministas, que possibilita a interpretação daquelas obras”.³¹

Diante disso, ainda que não se possa determinar se os produtores dos períodos a serem analisados leram determinadas obras de autores clássicos, tais como Cícero, Políbio, Tito Lívio, Platão, etc., nos é possível supor que, à parte disso, com vista aos usos que estes fizeram da tradição clássica, a recepção destes dos antigos se insira em uma ampla rede de significações, construídas ao longo de diferentes épocas e de suas próprias experiências como leitores, bem como de suas trajetórias individuais.

A imprensa na estalagem do Império

Em um pequeno cubículo, espremido por entre máquinas e demais móveis, sob a luz incandescente e tremulante de lâmpões à querosene, que projetavam silhuetas gigantes e monstruosas às suas costas, e em meio a fumaça ondulante que o envolvia, emanada da combustão comburentes, exalando forte cheiro inebriante da fumaça que bailava ao seu redor misturado ao odor acrimonioso de tinta, encontramos, à Rua de Bragança, número 17, o tipógrafo Claude Dubreuil, enquanto preparava a composição de mais um número de *O Artilheiro*, pelo qual um grupo de pessoas se acotovelava à porta do local aguardando a impressão da edição daquele sábado. O mesmo prometia trazer novas investidas e assim alimentar os próximos “capítulos” de sua disputa com o *Campeão da Legalidade*, o qual lhe dirigira diversos insultos em seu mais recente número... Ainda que ficcional, a presente descrição é bastante verossímil, e busca retratar brevemente o ambiente e contexto em que produziam e fomentavam os diversos periódicos publicados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul em seus primórdios.

Francês de nascimento, Dubreuil se radicou na capital da província rio-grandense no ano de 1827, após passagem pelo Rio de Janeiro, para onde fora enviado quando preso, na companhia de seu conterrâneo Estivalet, enquanto desertavam das tropas do general argentino Carlos Maria de Alvear, em sua tentativa de invadir o Brasil na *Batalha de Passo do Rosário*. No Rio, ambos foram contratados pelo então presidente da província, o Brigadeiro Salvador José Maciel, para exercerem as funções de impressor e tipógrafo, respectivamente, visto que em seu país natal desempenharam outrora estes mesmos papéis.³² Uma vez

³¹ *Idem*.

³² BARBOSA, Abeillard. *Op. cit.*, p.22.

chegados à capital, pode-se levar a efeito a publicação do primeiro jornal rio-grandense, o *Diário de Porto Alegre*, no dia 1º de junho 1827, impresso na *Tipografia Riograndense*, localizada à Rua da Igreja no nº113 – tipografia que fora adquirida na cidade do Rio de Janeiro mediante subscrição pública de diversos contribuintes em 1821, sendo sua aquisição patrocinada pelo Brigadeiro João Carlos Saldanha Oliveira e Daun, na época governador da capitania.³³ Tendo chegado a mesma à Porto Alegre em 4 de agosto de 1822, ficou armazenada por cerca de cinco anos, devido aos contexto provincial da época, mas também por falta de operadores capacitados a levar a cabo a impressão da folha que se pretendia.³⁴

O *Diário de Porto Alegre* era publicado diariamente, à exceção dos domingos e feriados, no formato 13x29cm, em folha dupla com duas colunas, sendo comercializado cada fascículo à importância de 40 réis na loja de José Justiniano de Azevedo, na Rua da Praia nº. 85.³⁵ O jornal nasceu sob as auras do oficialismo, sendo utilizado como veículo do Estado, publicando as atas governamentais, sendo seu administrador e primeiro redator João Inácio da Cunha, Visconde de Alcântara, maranhense de nascimento e filho do português Bento da Cunha; estudara Direito pela Universidade de Coimbra e na província do sul fora conselheiro de Estado e senador, de 1826 a 1834. Em seu cabeçalho trazia estampada a Cora Imperial, manifestando claramente seu caráter de jornal oficial. A semelhança de jornais contemporâneos, como os do Rio de Janeiro, trazia pequenos anúncios de compras, vendas, aluguéis, achados e perdas e fugas, sobretudo de escravos, ainda as entradas e saídas de embarcações³⁶, além de correspondências de leitores – que evidentemente passavam pelo crivo editorial –, bem como comentários e artigos de ordem política em sua maioria, apresentando muito raramente publicações de caráter literário, ficando restritas a pequenos poemas de ode a autoridades provinciais e/ou imperiais.³⁷ Em se tratando de uma folha de dimensões tão diminutas, pouco espaço restava para maiores transcrições e material redatorial.

O caráter oficioso do folheto corresponde aquilo que Habermas analisou, em sua obra clássica *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), no tocante às origens da imprensa. Segundo o autor, a revolução comercial teria fomentado não somente o trânsito de mercadorias, mas também o trânsito de informações. Dentro da ordem política e social

³³ *Ibidem*, p. 21.

³⁴ VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977, p. 19.

³⁵ BARBOSA, Abeillard. *Op. cit.*, p.23.

³⁶ *Ibidem*, p.24-25.

³⁷ VIANNA, Lourival. *Op. cit.*, p.18.

estruturada a partir do modelo mercantilista do capitalismo comercial, a imprensa se desenvolve, de maneira que surgem os primeiros jornais de caráter propriamente político, publicados semanalmente, a partir da metade do século XVII, onde se expressa a transposição entre as correspondências privadas manuscritas - que continham noticiários a respeito das assembleias parlamentares e eventos do palco das guerras, bem como resultado de colheitas e do comércio em geral - para os jornais impressos, sendo então as informações difundidas e tornadas públicas. De forma que a troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias, mas as próprias notícias se tornam mercadorias, submetendo o processo de informação profissional às mesmas leis do mercado, tornando a sua existência tributária deste. Paralelamente, os Estados passaram a conferir a imprensa de valor administrativo, servindo-se desta como um instrumento para a divulgação de seus decretos, atribuindo à prática do poder dimensão propriamente pública.³⁸

Diante disso, como destaca Rüdiger, “a publicação sistemática e aberta de informações só se desenvolveu com o surgimento dos periódicos patrocinados direta ou indiretamente pelo Estado”.³⁹ Com a ascensão da chamada sociedade burguesa, associada a expansão do capitalismo comercial, novos obstáculos a administração se colocaram para os governos, aos quais a imprensa nascente se apresentou como meio de controlar a opinião e viabilizar o exercício do poder. A autoridade governante, através do controle da informação, promove o controle do público, que em se tratando de uma sociedade com traços próprios do Antigo Regime, corresponderia ao coletivo dos súditos. Contudo, o controle por parte do Estado à informação não corresponderia ao domínio sobre “homem comum”, porém, propriamente sobre as camadas cultas, uma vez que junto ao moderno aparelho de Estado surge a camada social de “burgueses”, aqueles que assumem urna posição central no “público”, correspondendo ao seu autêntico sustentáculo, se tratando, pois, de um público leitor.⁴⁰

Nesse contexto, os primeiros jornais surgiram por própria iniciativa do Estado, através de seu patrocínio ou subvenção, visto que o governo buscava estabelecer uma ponte de comunicação com a classe letrada ascendente, com vista a exercer o controle sobre sua opinião. Contudo, gradativamente os juízos privados passam a ser chamados de

³⁸ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p.35-36.

³⁹ *Ibidem*, p.37.

⁴⁰ RÜDIGER, Francisco Ricardo de Macedo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p.11.

“públicos” diante de uma esfera pública, correspondendo a uma esfera do poder público, da qual passava a se dissociar, se estabelecendo como fórum para onde convergiam as pessoas privadas, onde o poder público deveria legitimar-se perante a opinião pública. O resultado desse processo de circulação e informação sob tutela do Estado, onde as ideias eram formuladas por membros da burguesia sob encomenda dos governantes, foi a gradual passagem à formulação de ideias próprias dirigidas contra aqueles que antes as encomendavam⁴¹, com isso, acabou por promover a progressiva politização da burguesia e consequentemente sua conscientização como classe antagônica do regime estabelecido.⁴²

Desse processo se originou a imprensa crítica e independente, peça fundamental na Era das revoluções burguesas, permitindo maior autonomia editorial, próprio do jornalismo moderno, quando se forma pela primeira vez a figura da redação.⁴³ Surgem tipografias particulares, através das quais diferentes facções políticas publicam seus impressos, como veículos de divulgação partidária constituindo um fórum de discussão da sociedade civil, uma arena pública de debate.

No Brasil a imprensa foi criada e se desenvolveu segundo este mesmo modelo, sendo o primeiro jornal editado no país tutelado pelo Estado, quando em 1808, com a vinda da corte portuguesa para a então colônia, foram revogadas pelo príncipe regente Dom João VI as normas que proibiam as atividades editoriais até ali presente em solo brasileiro. Assim se deu a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* através da fundação da Imprensa Régia. Contudo, o Estado continuou a exercer o controle da imprensa no país, através da censura e da restrição ao ofício tipográfico, conservando-o como privilégio do Estado na figura da Coroa portuguesa. Entretanto, com a Independência, o quadro se altera e se dá o advento de diversas publicações autônomas, as quais tiveram grande influência no processo de emancipação política, como seus propagadores. O jornalismo passou a se constituir como um movimento político, tendo a imprensa como veículo de divulgação dos ideais dos diferentes grupos que começaram a se articular ao redor de diversos programas políticos e ideologias, este processo coincide com a própria construção do Estado Nacional.⁴⁴

⁴¹ HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.*, p. 40.

⁴² RÜDIGER, Francisco Ricardo de Macedo. *Op. cit.*, p.11.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ Em 1º de junho de 1808, antes mesmo da liberação da imprensa em solo brasileiro é lançado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, editado em Londres pelo brasileiro: Hipólito da Costa.

Diante disso, a imprensa surge na província do Rio Grande do Sul, em seus principais centros urbanos, como Porto Alegre e Rio Grande, através da figura de diversos periódicos e correntes políticas diversas. Com a Abdicação, o país vivenciou um momento de maior liberdade, nunca antes visto, de maneira que os espaços de sociabilidade e debate aumentaram significativamente, e estes eram, em grande medida, reflexos do próprio processo de desenvolvimento da imprensa. Em vista da gama de posturas políticas existentes, estas adquiriram um caráter militante onde os órgãos de informação, as oficinas tipográficas, se converteram em espaço de debate e deliberação política. O que no caso da província do Rio Grande do Sul, dado a sua distância com relação ao centro do governo e em contraste com uma representação parlamentar intermitente e longínqua, a imprensa passou a desempenhar um papel de tribuna atingindo um amplo público de pessoas, uma vez que os periódicos tinham uma clara intenção formativa, para além da mera informação.⁴⁵

Conforme Nestor Ericksen, a primeira tipografia do Rio Grande do Sul foi implantada pouco meses depois da de São Paulo.⁴⁶ Essa constatação contrasta com o argumento recorrente de atraso do Rio Grande do Sul sem relação às demais províncias, uma vez que o *Diário de Porto Alegre* tenha surgido quase um século depois da fundação do forte Jesus-Maria-José, em 1737, origem da cidade de Rio Grande, considerado o marco inicial da formação histórica do estado. Segundo esse autor, depois de Pernambuco e Paraíba terem construídos suas gráficas na primeira década do século XIX, Pará, Ceará, São Paulo (em fevereiro de 1827) e Rio Grande do Sul seriam as outras províncias a terem um prelo. O que vale destacar é que o atraso ocorreu igualmente em todo o Brasil e que até se poderia considerar o Rio Grande do Sul em melhor situação, visto que a criação da primeira gráfica se deu menos de um século após a fundação de seu primeiro povoado, ao passo que a província de São Paulo – bem como outras – teria ficado mais de dois séculos sem uma gráfica própria.⁴⁷

Os jornais do período não costumavam ter uma vida muito longa, de onde se denota certo aspecto da efemeridade. Contudo, pra além das dificuldades enfrentadas pelas limitações técnicas – que em alguns casos eram muito grandes, a exemplo do *Correio da Liberdade* que deixou de circular em razão de questões de infraestrutura, conforme

⁴⁵ KLAFKE, Álvaro Antonio. *Op. cit.* 2011, p.34.

⁴⁶ ERICKSEN, Nestor. *Op. cit.*, p.16.

⁴⁷ VAZ Artur Emilio Alarcon. *A lírica de imigrantes portugueses no Brasil meridional (1832-1922)*. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Minas Gerais, p.64.

informou em seu último número -, e restrições orçamentárias, muitos periódicos surgiam com objetivos bem específicos, de maneira que, uma vez tendo se conquistado seus fins ou se superado a possibilidade de concretude daquilo ao qual o jornal almejava, este perdia seu sentido de existência, deixando assim de ser publicado. Da mesma forma, os volumes impressos tinham uma perspectiva de continuidade, na medida em que suas publicações apresentavam artigos em sequência, e com frequência se retornava a matérias e texto de números precedentes, assim como a própria numeração das páginas de cada edição iniciava pela cifra subsequente a da publicação anterior. Diferente também da imprensa nos dias de hoje, os jornais do período não tinham pretensões de imparcialidade, ao contrário, na maioria dos casos assumiam abertamente seus posicionamentos político-partidários. Mesmo os que afirmam se dedicar a outras questões que não políticas, como *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, que declarava-se como folha econômica, não se furtava a manifestar-se a respeito dos assuntos que ocupavam as pautas acerca da administração e governo da província e do país.⁴⁸ Igualmente, os periódicos não assumiam o caráter informacional, tal qual a imprensa atual, mas suas pretensões eram no sentido de formação do público. Com relação ao contraste entre a imprensa de inícios do século XIX e aquela dos dias de hoje, Paula Alonso destaca que

existe, inclusive, muito pouco de reconhecível entre os diários modernos – dedicados a distribuir a informação globalizada, financiados principalmente por suas vendas de tiragem em muitos casos massiva, pelos avisos publicitários e classificados, que fazem da imparcialidade na transmissão das notícias sua “profissão de fé” – e aqueles diários de vida curta, pequena tiragem, de linguagem violenta e apaixonada, produzidos por quem fazia política também com a pluma.⁴⁹

O Correio da Liberdade foi publicado em Porto Alegre, entre 17 de abril de 1831 e 31 de dezembro do mesmo ano. Era impresso na tipografia do próprio órgão, localizada na rua de Bragança (atual Marechal Floriano Peixoto), nº 5. Algum tempo depois sua fundação, o jornal mudaria-se para o endereço da Rua do Cotovelo, nº 26. Suas edições eram publicadas às quartas-feiras e aos sábados, em folha dupla (quatro páginas), no formato de 22 X 32 cm. A redação era exercida pelo rio-grandense Manuel dos Passos e

⁴⁸ *O Propagador da Indústria Rio-grandense* foi um periódico publicado nos anos de 1833-1834, na Vila de Rio Grande, núcleo portuário da província sul-rio-grandense. O jornal era financiado pela *Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense*, associação formada por membros da elite provincial, sobretudo comerciantes.

⁴⁹ ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p.08. Tradução nossa.

Figueiroa, o *Calchas*,⁵⁰ português de nascimento, o proprietário do periódico. Além de Correio da Liberdade Figueiroa lançaria outro jornal, ao final de 1833, chamado *A Idade d'Ouro*. Assim como o primeiro, a suas posições políticas defendiam a monarquia constitucional centralizada. A assinatura custava 4.000 réis por semestre, e o exemplar avulso era vendido a 80 réis, preços quase que padronizados para os jornais do período. Também seguindo o costume da época, a subscrição foi lançada antes da publicação, por meio de um prospecto no qual era anunciado que “logo que houver suficiente número de assinantes, publicar-se-á nesta cidade de Porto Alegre o Periódico intitulado Correio da Liberdade”.⁵¹ Nos 75 volumes consultados, apresenta cerca de 170 referências a elementos do universo greco-latino (ver tabela 1).

Assim como a maioria dos periódicos publicados no Rio Grande do Sul do período, para não dizer a quase totalidade, que ostentava dísticos em seus cabeçalhos, que bem definem as tendências políticas, sociais e econômicas da agitada época em que circularam, o *Correio da Liberdade* trazia a seguinte epígrafe⁵²: “*Unum debet esse omnibus propositumj ut eadem sit utilitas uniuscujusque et universorum*”. (Cic. de Off. Lib. I)”, uma frase de Cícero, sem tradução da expressão.⁵³

Todavia, diferente da referência apresentada pelo jornal para a citação, que expressa um reforço da pregação cicerônica em torno da noção de bem comum, não se encontra, diferentemente do que informa o redator, no livro III da obra *De Officiis*. Conforme assinalou José Murilo, a respeito da tradição retórica portuguesa, presente no debate político brasileiro do século XIX, marcada pela abundante citação de autores, “há vários casos documentados de usos de citações que não correspondem ao pensamento do citado.

⁵⁰ *Calchas* ou *Calcas* (*Kalkhas*) foi o famoso adivinho micênio (ou megárico), agraciado com o dom da profecia por Apolo, de quem descendia por via de Têstor, seu pai. Em sua condição de adivinho por excelência da expedição grega contra Tróia, Calcas esteve presente com suas profecias ao longo de toda a guerra. Entre suas principais adivinhações, consta que foi ele quem vaticinou, quando Aquiles ainda era criança, que Tróia não seria capturada sem a presença do herói entre os gregos, e que a cidade somente cairia no décimo ano da guerra. Ele também revelou em Áulis que a cólera de Ártemis, causa da calmaria que retinha as naus gregas, somente seria aplacada mediante o sacrifício de Ifigênia por seu próprio pai, Agamêmnon. Cf.: KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.64.

⁵¹ Prospecto de lançamento do *Correio da Liberdade*, sem data. A pesquisa foi realizada no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre. Além de um prospecto, o acervo conta com uma coleção bastante significativa das 75 edições do jornal, faltando os números 20, 21, 36, 37, 38, 40, 56, 66, 67, 70, 71, 72 e 73.

⁵² ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1997. p.24.

⁵³ Tradução: “Todos devem ter sempre este propósito: que a utilidade de cada um seja a utilidade de todos”.

A operação pode-se dar por meio do recurso de pinçar frases isoladas ou aspectos secundários, ou pela pura deturpação”.⁵⁴

Exemplos como estes, onde a referência apresentada é equivocada, poderiam ser facilmente multiplicados. Além do mais, a maior parte das citações feitas pelos periódicos não apresentavam qualquer referência, o que indica a aceitação de seu caráter retórico e instrumental. É interessante de destacar que essa mesma frase de Cícero foi invocada pelo *O Noticiador*, período que circulou entre 3 de janeiro de 1832 e 11 de janeiro de 1836, cujo posicionamento político defendia princípios federalistas:

“[...] A sabedoria não nos impõem o preceito de não amar, mas de amar só aquilo que é realmente digno de amor; de não desejar senão o que temos possibilidade de obter; de não querer finalmente senão aquilo que é capaz de nos tornar solidamente ditosos. “Cada um homem, diz Cícero, deveria propor-se unicamente a fazer, que aquilo que é útil a si, o fosse igualmente a todos.”⁵⁵

O Noticiador foi o primeiro jornal de Rio Grande, tendo sua primeira edição sido impressa em 3 de janeiro de 1832. Publicava-se regularmente, em sua própria tipografia, duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras, e em algumas ocasiões às segundas e quintas-feiras, no formato: 32cm x 22cm, em folha dupla (quatro página), composto em duas colunas de 16 *cíceros* cada. Assinatura custava 4.000 réis por semestre, e o exemplar avulso era vendido a 80 réis. Apresentava-se como “jornal político, literário e mercantil” e defendia princípios federalistas, acusando o império pelas suas posições antibrasileiras. Seu redator e proprietário era Francisco Xavier Ferreira, português, natural de Sacramento, mas segundo consta, pelo menos até o nº 31 do jornal, seu redator foi Guilherme José Correia, formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Nos seus 111 volumes consultados, 127 referências a elementos do universo greco-latino foram constatados (ver tabela 2).⁵⁶

Diferente do que era o costume, o jornal apresenta uma referência à citação no presente texto. Todavia, a exemplo do Correio da Liberdade, a mesma citação de Cícero, a qual é epígrafe deste, tem a referência equivocadamente atribuída ao tomo I da obra. Isso confirma o que diz José Murilo, segundo o qual, “os mesmos autores, ou mesmas práticas

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 2000, p.143. Existe outra situação onde a referência não corresponde aquilo que o periódico informa. Na edição 16 de *O Noticiador*, a frase “as paixões são como os ventos, sem os quais o navio não pode caminhar” é atribuída pelo jornal a Plutarco, quando na verdade sua autoria trata-se de Voltaire.

⁵⁵ O NOTICIADOR, n.16, 28 de fevereiro de 1832, p. 61.

⁵⁶ Principais informações sobre o jornal e seu redator, que não constam nas páginas de *O Noticiador* são devidas a recorte temporal baseado na obra de VIANA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: DAC; SEC, 1977 e BARRETO, Abeillard. *Op. cit.*

eram usados para justificar políticas radicalmente distintas”, uma vez que as perspectivas políticas de *O Noticiador* e do *Correio da Liberdade* são significativamente opostas. Da mesma forma, não se tratam de meras deturpações ou de corromper aquilo que foi dito pelos autores citados, sendo que muitos tomavam conhecimento de certos autores via artigos e publicações dos demais jornais e revistas da época, mas, igualmente, as interpretações e a forma como as mesmas referências eram significadas variavam sensivelmente.

Outra razão pela qual as informações apresentadas eram muitas vezes equivocadas, e as referências não correspondiam às obras originais, devia-se à ausência de livros no contexto brasileiro, suprida, em sua grande parte, por compêndio, textos redigidos por mestres e professores, de forma resumida e, que tinha por intuito fornecer de maneira acessível e comprimida as obras clássicas e canônicas, a fim de serem utilizadas no ensino. Esses compêndios eram muitas vezes escritos a partir da memória de seus autores, sem consulta aos textos de base, além de trazer consigo interpretações particulares, não presentes nas obras originais. Não raro se tratavam de resumos de resumos.

É indubitável o peso da industrialização da tipografia teve para o aumento do número de livros no mercado, impulsionando a transmissão das ideias por meio da escrita e valorizando a prática da leitura. Contudo, no Brasil, devido à implantação tardia da imprensa e tipografia em seu território, e, sobretudo, à censura instituída aos livros que entravam no país, aonde os poucos que cá chegavam eram, em sua maioria, de caráter religioso, o hábito de ler era muito limitado, de maneira que muitos indivíduos alfabetizados pouco exercitavam a leitura. Em vista disso, a oralidade era o traço marcante da sociedade da época. À parte disso, nada impediria que os periódicos fossem lidos em voz em praça pública, atingindo assim público maior de pessoas, mesmo aquelas que não possuíam alfabetização.

A “coincidência” na referência equivocada a Cícero entre os dois jornais mencionados manifesta um indício significativo quanto ao provável público leitor dos periódicos. Uma vez que a maior parte da população era composta predominantemente por analfabetos, e apenas uma elite minoritária tinha acesso à educação, era essa mesma elite que compunha os grupos dirigentes que deliberavam quanto ao futuro da política nacional. Dessa forma, o que fica patente é que o auditório, o público leitor dos jornalistas-políticos, era, possivelmente, eles próprios. Não é à toa que existe um permanente debate entre os jornais e entre seus redatores. “A falta de público mais amplo, de uma opinião pública capaz de mediar o debate, pode ser vista como um fator de exacerbação dos

ataques pessoais, fazendo com que mesmo pessoas que preferiam uma discussão centrada em princípios fossem arrastadas pela corrente”.⁵⁷ Como retóricos, sabiam também que a eficácia da argumentação dependia de um bom conhecimento do público.

A esse respeito, a história da capital fluminense está muito melhor documentada. Apenas a critério de comparação, ainda que não existam estudos satisfatórios sobre o público leitor no Rio de Janeiro na década de 1820, este certamente era ínfimo:

“Uma cidade de cerca de 100 mil habitantes tinha apenas 13 livrarias e sete tipografias. Se era mais do que as cinco livrarias e quatro tipografias de Buenos Aires, não era nada em comparação com as 480 livrarias e 850 tipografias existentes em Paris, mesmo levando-se em conta que a capital francesa tinha uma população sete vezes maior”.⁵⁸

No período de cerca de vinte de três anos (1827 – 1850), que compreende os primórdios a imprensa rio-grandense, existiam aproximadamente 20 tipografias em toda a província.⁵⁹ Um número que pode ser considerado baixo, mas nem tanto em se tratando de uma região periférica, em vista de que na capital do Império no mesmo período, o número não chegava ao dobro.⁶⁰

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 2000, p. 141.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 141. Informações sobre livrarias e tipografias, ver também HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985, pp. 47-52.

⁵⁹ Muitos dos periódicos impressos na província durante estas primeiras décadas eram impressos em tipografias próprias, não obstante, estas ao mesmo tempo em que imprimiam outros folhetos que, na maioria dos casos, não possuíam, necessariamente, a mesma corrente política. Entre as tipografias existentes estavam: a *Rio Grandense*, onde era impresso o *Diário de Porto Alegre*; a *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*, que publicava o *Constitucional Rio-Grandense*, o *Astro Liberal* e o *Vigilante*; a *Silveira & Dubreuil* (mais tarde *Claúdio Dubreuil & Cia*) de *O Amigo do Homem e da Pátria*, *Sentinela da Liberdade*, *O Compilador em Porto Alegre*, *O Continentino*, *O Anunciante*, *O Pobre*, *Correio Oficial*, *O Mestre Barbeiro*, *Correio de Porto Alegre*, *O Artilheiro*, *O Guayba*, *O Commercio*, *O Analista*, *Semanário Oficial*, *Echo Brasileiro* e *O Imparcial*; a *V.F. Andrade* (depois *Rio Grandense*) de *O Recompilador Liberal*, *O Inflexível*, *Idade De Pau*, *O Republicano*, *O Mensageiro*, *O Colono Alemão*, *Echo Porto-Alegrense*, *O Continentista* e *O Avisador*; a *Foncela & Cia* de *O Inflexível* e *O Idade D'ouro*; a *Sr. Leonel Coelho Da Silva* de *O Continentino* (o segundo periódico a ser publicado com esse nome) e o *Argos*; a *José Girard* (posteriormente *O Imperialista*) de *O Legalista Porto-Alegrense*, *O Justiciero*, *Gazeta Mercantil*, *O Campeão Da Legalidade* e *O Imperialista*; a *Argos* que imprimia jornal homônimo e *O Porto-Alegrense*; a *Correio de Correio de Porto Alegre*; a *O Pharol*, que imprimia seu próprio periódico de mesmo nome, assim como a *Correio da Liberdade*; a de *Francisco Xavier Ferreira*, onde era produzido *O Noticiador*, bem como *O Observador*, *Folha Mercantil da Villa de Rio Grande*, *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* e *A Guarda Avançada*; a tipografia de Sabino Antônio de Souza Niterói, também chamada de *O Mercantil*, que imprimia *O Mercantil do Rio Grande*, *O Liberal Rio-Grandense* e *O Conciliador*; a *Pomatelli & Cia*, de *O Rio-Grandense*, *A Voz da Verdade*, *O Continente*, *Semanário Recreativo E Moral*, *A Matraca*, *O Echo* e *O Minuano*; a *O Semanário* de folheto homônimo e de *O Correio*; a *Diário de Rio Grande* que publicava o próprio periódico de mesmo nome e a tipografia *Republica Rio-Grandense* onde eram impressos os jornais farroupilhas *O Povo*, *O Americano* e *Estrela Do Sul*. Cf.: BARRETO, Abeillard. *Op. cit.*

⁶⁰ BARRETO, Abeillard. *Op. cit.*

Em matéria de capa da primeira edição do *Correio da Liberdade*, semelhante a uma “carta de apresentação”, datada de 17 de abril de 1831, está manifesta claramente o seu posicionamento, legalista, ante o contexto político-imperial da época.

Eis-nos finalmente metendo ombros a trabalhosa e difícil empresa, a que nos propusemos, quando deliberamos redigir este Periódico; e bem que nossas forças não sejam semelhante às do membrudo [Atlante], para que sem vergarmos, nos submetamos à imensa mole, que se nos apresenta; bem que não possamos competir em forças com o Alcides, para que nos seja permitido extinguir e desbaratar a ultima cabeça da Hidra Lerna, que nos ameaça, não esmoreceremos com tudo no audacioso propósito, confiando em os ardentes desejos, que temos de ser prestados a justa causa da nossa Pátria, e uteis quando em nós couber, a nossos Concidadãos, suprirão a falta, que em nós reconhecemos, e não duvidamos confessar da necessária instrução. O título, que tomamos, nos impõe obrigações sagradas, ainda que ar duas sem dúvida; empregaremos com tudo os maiores esforços, para que da maneira possível aspiremos ao seu glorioso desempenho, procurando satisfazer a todas as nossos promessas, senão com a pomposa eloquência de um Cícero, ou de um Demóstenes, pelo menos com uma linguagem franca, e inteligível para todos os nossos Leitores. Permita o Céu, que com ela e com as incontestáveis provas de nossos puros sentimentos possamos captar-lhes as benévolas atenções, e merecer a indulgencia de que tanto havemos mister.[...] Desde já, o jornal lança mãos às críticas e ao combate das demais tendências políticas, afirmando que “nossos sentimentos são diametralmente opostos a tão errôneos princípios, e por isso declaramos a face dos Céus e da Terra uma crua e desapiedada guerra aos Anarquistas, aos recolonizadores, aos Democratas, e finalmente a todos os que de ‘qualquer modo que seja, intentam transtornar a’ forma de Governo por nós tão felizmente adoptada e jurada”.⁶¹

Pode-se perceber desde o princípio o caráter retórico da argumentação, na forma como seu editor assume uma posição de humildade intelectual, não cabendo-lhe “um espírito talentoso e suficientemente instruído”, nem “a pomposa eloquência de Cícero ou Demóstenes”, o que evidencia uma prática recorrente no período e orientada por manuais de retórica, inspirados pelo espírito da Contrarreforma.⁶² Igualmente, se constata a proximidade de seu redator com elementos da Antiguidade, seja na referências a ilustres oradores de Grécia e Roma antigas, ou mesmo através da mitologia, ao referir a força do titã Atlas, condenado por Zeus a sustentar sobre os ombros a abóboda celeste, como alegoria para a árdua empresa iniciada com a publicação do periódico, bem como da força de Hércules, descendente de Alceu por parte de Anfitrião (por isso *Alcides*), aquele que derrotou a Hidra de Lerna. Da mesma forma, se manifesta o combate à democrática, postura que faz ressurgir um debate, ao longo dos anos repetidos, que remonta à Grécia, sobretudo nos séculos V e IV a. C., entre oligarcas e democratas. A liberdade de expressão e franqueza de palavra constituía uma das principais características da democracia

⁶¹CORREIO DA LIBERDADE, nº01, 17 de abril de 1831, p.01. Optou-se, com fins de facilitar a leitura, por adaptar o texto original aos padrões ortográficos atuais.

⁶² KLAFKE. *Op. cit.*, 2011, p.38.

ateniense, a ponto de os cidadãos se gabarem de sua *isegoria* (“igualdade no falar”), de par com a *isonomia* (“igualdade nos direitos” ou perante a lei) e *isocracia* (“igualdade no poder”). Assim como está expressa em Demóstenes, para o qual “essa franqueza constituía um direito de tal modo reconhecido na cidade que até o concediam aos escravos”.⁶³ Algo semelhante caracterizava a expressão maior do medo dos monarquistas durante o Império.

Por mais distinto que seja, o contexto brasileiro do século XIX e o ateniense do século IV a. C., o caráter escravista do Império brasileiro fazia do “existir cotidiano da sociedade imperial, na primeira metade do século XIX, assinalado pelas manifestações várias de rebeldia negra, fazia com que os homens livres, e particularmente os segmentos proprietários, não mais encarassem os escravos apenas como as ‘mãos, e os pés do senhor de engenho’, mas sobretudo como seus inimigos inconciliáveis”.⁶⁴ Não obstante, em proposições como essa, de censura à democracia, os antigos eram igualmente invocados com o fim de legitimar as posições ideológicas daqueles de combatiam o centralismo monárquico. Da mesma forma, o ideal republicano era constantemente associado à democracia, e estes eram tomados como apanágio da anarquia e do despotismo. Este era um argumento recorrente entre legalistas nos seus discursos com vista ao ideário nacional, manifestando influências do pensamento de Montesquieu.

O autor de *Espírito das Leis* desenvolveu uma tipologia das diferentes formas de governo, com inspiração aristotélica, segundo a qual o princípio do governo fundamenta-se na conjunção entre natureza e princípios, correspondendo à primeira à soberania do Estado, e ao segundo a ordem social, que fundamentam a organização da natureza a partir da harmonia e da obediência dos homens em relação às leis. Em vista disso, para Montesquieu a república seria uma forma de governo ultrapassada, posto que fundamenta-se nas virtudes de seus cidadãos, não podendo sobreviver quando a riqueza fosse excessiva e onde houvesse desigualdade, apenas em contextos de pequenos grupos de homens virtuosos, reunidos em uma esfera pública para deliberarem sobre os assuntos do governo, existindo entre eles certa igualdade de riquezas e de valores, condizentes com território de dimensões exíguas⁶⁵. De maneira que residiria nas repúblicas a possibilidade do despotismo impor-se, uma vez que os mais ricos e poderosos prevaleceriam sobre os demais, governando como autocratas. Para os legalistas rio-grandenses, como os de o *Correio da*

⁶³ DEMÓSTENES, *Filípicas*, 3.3

⁶⁴ MATIOS, Ilmar Rohloff de. *O Op. cit.* p.118.

⁶⁵ Cf.: MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

Liberdade, o exemplo dos vizinhos e demais países da América Latina atestava os perigos do republicanism, sobretudo em razão do medo das ditaduras de militares.

A Antiguidade também era usada como forma de condenar os regimes autoritários e monárquicos, a exemplo de matéria publicada no dia 17 de setembro de 1832 por *O Noticiador* que afirma que:

A anarquia que se julga o resultado, necessário da democracia, é o apanágio exclusivo, e deplorável do governo aristocrático. A República Romana procede sem cessar pela insurreição: é uma desordem passageira, que chama a ordem durável. Porém, logo que o assassinato dos Graco, coberto de uma odiosa impunidade, provou que o amor da Pátria era uma temeridade gloriosa; porém fatal, e estéril em uma República corrompida, Roma, curvada ao Patriciado, não possuem mais a coragem, que ousa buscar a liberdade através do perigo. O reinado da insurreição passa, e começa o da anarquia: não se combate mais pela República, porem pelo Império; e o sangue corre a ondas para decidir á quem ficará o poder. Mario se apoia no Povo, Sula no Senado, Catilina nos proletários, Cícero na tribuna, Crasso nos tesouros, Pompéu nas legiões romanas, e César nas falanges estrangeiras. Em vão, ascendendo-se de novo os brandões populares, Bruto invoca a liberdade: os reis que o luxo talhou para a escravidão, adoram de joelhos a capa ensanguentada, e o testamento de César, em quanto o grande Cidadão moribundo é reduzido a desconhecer a virtude e a desesperar dos Deuses; porque sua alma republicana desconheceu o seu século, e esperou muito dos homens. Por espaço de sessenta anos a morte sucede à morte, anarquia á anarquia, um triunvirato á outro; e esse abismo de desordem, e de sangue só se feixe ao momento em que o feliz Otávio, livre de inimigos, e de rivais, fez assentar a fortuna sobre o altar da Liberdade.”⁶⁶

Mais uma vez se percebe a dimensão retórica em que está embasado o texto bem como as inúmeras referências a elementos provenientes da Antiguidade clássica, além de familiaridade com a história de Antiga, sobretudo no segundo. O excerto de *O Noticiador* relata os episódios que marcaram o fim da República Romana e ascensão do Império. Destaca as divisões partidárias existentes em disputa pelo poder, os *Populares* e *Optimates*, facções que se originaram após as guerra contra Cartago, que modificaram a estrutura social da sociedade romana, promovendo uma grande desigualdade através da proletarização de populações camponesas empobrecidas e do acúmulo de terras por parte de membros aristocracia. Da mesma forma, a conquista de novos territórios anexou diferentes povos à Roma, os quais reclamavam a sua cidadania. Nesse contexto, facções do senado se formaram no sentido de promover reformas que atendessem essas demandas. Estes foram chamados de *Populares*, entre os quais estavam os tribunos Tibério e Caio Graco que propuseram reformas políticas e sociais em Roma, mas acabaram por serem ambos assassinados pelos partidários da ala conversadora do senado, contrária às reformas, os *Optimates*. Os anos que se seguiram foram marcados pelas disputas entre líderes de

⁶⁶ O NOTICIADOR, n.73, 17 de setembro de 1832, p. 302.

ambas as facções, como Caio Mario, importante líder dos *Populares*, e Lúcio Sula, cabeça dos *Optimates* - dois proeminentes generais que disputaram o poder de Roma, instaurando uma guerra civil selada com a ditadura implantada pelo vitorioso Sula. Lúcio Catilina que, apoiado por Júlio César e Marco Crasso, tentou uma conjura de soldados empobrecidos com derrota de Mario, porém, a conspiração foi descoberta e denunciada por Marco Túlio Cícero. Cícero fora líder da tribuna e era apoiado pelos aristocratas, qual Marco Crasso, cujas proscricções que se seguiram ao estabelecimento da ditadura de Sula o legaram grande fortuna, com a qual financiava exércitos e cônsules, e Pompeu, general vitorioso e comandante das legiões do Oriente. Por sua vez, Júlio César, líder da facção *popular* e comandante dos exércitos da Gália, derrotou seus adversários, Pompeu e Crasso, e estabeleceu-se como ditador vitalício. Fora assassinado por uma conspiração tramada por membros do senado inimigos seus, como Brutos. Contudo, César construindo as bases para implantação da monarquia de seu filho adotivo, Otávio.

Com vista a isso, o jornal procede à censura da aristocracia como sendo esta a razão das guerras civis que levaram a ruína da República romana, e não a democracia, como apontariam os críticos legalistas deste regime. A corrupção da república teria como fim o regime aristocrático, que no exemplo caso de Roma desembocou em uma monarquia, de líderes militares e aristocratas. Postura como essa será característica de *O Noticiador*: o repúdio ao luxo e à opulência, à monarquia e o elogio da Roma em suas origens, corrompida pela sede de poder e riquezas que fragmentaram a República e, através da referência à Antiguidade, o jornal manifesta suas proposições políticas para a Nação a que espirava. Para estes, com base nas lições na história de Roma, a república consistia-se em um Estado de direito, fundada no império da lei, ao invés de um império dos homens, marcada por uma constituição mista, em que diferentes poderes são equilibrados, e por um regime virtude cívica em que as pessoas estão dispostas a servir honrosamente em cargos públicos.⁶⁷

Diante disso, o presente trabalho está dividido em duas partes: No primeiro capítulo, proponho uma análise da trajetória intelectual luso-brasileira com respeito ao ensino de retórica e ao ensino humanístico, com vista à formação em estudos clássicos. No segundo capítulo, realizo uma análise de diferentes publicações de ambos os jornais referidos dos usos da Antiguidade clássica pelos seus idealizadores em seus discursos

⁶⁷ PETTTI, Philip. Republicanismo. *Una teoría sobre la libertad y el gobierno*. Barcelona: Paidós, 1999, p. 38-39.

políticos com vista a construção da Nação que pretendiam, em um exame da recepção que estes tinham do Mundo Antigo.

Capítulo I - A tradição retórica e clássica luso-brasileira

Ao se debruçar em textos presentes na imprensa sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX, verifica-se um traço comum a todos os periódicos dessa época, e que perpassa toda a sua argumentação: a dimensão retórica de seu discurso. O caráter retórico era uma característica compartilhada pela maioria dos redatores. A retórica foi disciplina fundamental na formação intelectual luso-brasileira até pelo menos o final do século XIX. Sua proeminência deveu-se, sobretudo, à tradição escolástica portuguesa, presente no ensino ministrado pelos jesuítas ao longo de dois séculos, a qual concentrou o protagonismo da educação em lusitana, na Europa, e em seus domínios de ultramar. A reforma escolástica realizada pelos jesuítas promoveu o desenvolvimento do humanismo em Portugal e permitiu o resgate dos textos clássicos greco-romanos, procedendo uma revitalização dos estudos da Antiguidade, tendo na retórica seu elemento articulador, como modelo para todas as práticas de representação.

Apesar das reformas no ensino português, dirigidas por Marquês de Pombal no século XVIII, partindo da expulsão dos jesuítas e da eliminação de seus estabelecimentos de ensino, o estudo de retórica permaneceu como peça chave na formação portuguesa, sobretudo – dada a importância que o ideólogo da reforma, Luís António Verney, atribuía ao seu estudo como elemento civilizador, constituindo uma ferramenta para o bom uso da fala e da escrita –, por meio da leitura de autores clássicos, tomados como modelos discursivos. Diante disso, o presente capítulo pretende estudar a tradição retórica e clássica do contexto intelectual luso-brasileiro ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII e seu peso na formação dos membros da elite política e intelectual brasileira na primeira metade dos oitocentos.

1 - Ensino jesuítico – humanismo católico e a segunda escolástica

Por mais de duzentos anos, os jesuítas foram os principais responsáveis pela formação intelectual do império português, até as suas instituições educacionais serem fechadas, por meio de decreto de 3 de setembro de 1759, no qual D. José acusou-os de crime de lesa-majestade, tornando-os apátridas e proscritos, devendo, pois, serem

efetivamente expulsos de todos os reinos e domínios de Portugal.⁶⁸ Antes propagadores da fé cristã e agentes na expansão ultramarina e colonial portuguesa, agora transformados em inimigos da coroa, expulsos, exilados e presos, os inicianos tiveram encerradas suas aulas e cessadas suas práticas de ensino.⁶⁹

Criada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus – que obteve reconhecimento por meio de bula papal de Paulo III, seis anos mais tarde – representou uma das respostas da Igreja Católica ao movimento reformista iniciado no século XVI. A Reforma da Igreja não foi determinada exclusivamente pelo movimento protestante, mas também por uma necessidade própria da Igreja de se reformular diante do estado em que se encontrava, atacando “a superstição, o excesso de indulgência, a prostituição em Roma, os cardeais mercenários e o abuso do poder papal, especialmente por dinheiro”.⁷⁰ Essa necessidade de reforma deve ser entendida dentro do contexto histórico do período, cujas raízes se encontram no interior da própria igreja, em virtude do renascimento da devoção no final da época medieval, apoiada pela crise social, bem como na “modernidade, que produziu as condições materiais e espirituais para se questionar o poder da Igreja Católica, assim como de seus mandantes”.⁷¹

Em meio a essa conjuntura, a Companhia de Jesus – destacando o espírito reformador do período, devido a seu caráter missionário, além da obediência irrestrita ao Papa e aos superiores hierárquicos, o que rendeu aos inicianos a denominação de “soldados de Cristo” – representou a ordem cuja atuação no campo educacional mais se destacou na modernidade. Desde sua fundação, os jesuítas mostraram sua vocação para a ação pedagógica – ainda que este não fosse *a priori* seu objetivo⁷² –, associada à necessidade de conversão de novas almas para a cristandade católica, uma vez que a atividade educativa estava voltada à catequização.

Obtida a confiança do papado, monarcas e figuras ligadas às cortes, a Companhia de Jesus, obteve rápida expansão e crescimento desde o início, sobretudo devido ao fato

⁶⁸ ANTUNES, Manuel. *O marquês de Pombal e os jesuítas*. Brotéria, cultura e informação, Lisboa, v. 1 15, n. 2-4, p. 123-142, ago./out. 1982, p.137.

⁶⁹ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Aulas Régias no Império Colonial Português: o global e o local*. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p.66.

⁷⁰ MULLETT, Michael. *A contra-reforma e a reforma católica nos princípios da Idade Moderna Européia*. 29. ed. Lisboa: Gradiva, 1985, p.22.

⁷¹ TOYSHIMA, Ana Maria da Silva. *O Humanismo católico e a educação: Companhia de Jesus e Portugal no século XVI*. Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM, 2014, p. 50.

⁷² *Ibidem*, p.79.

de sua instituição compartilhar dos elementos contingentes às mudanças engendradas nos séculos XV e XVI, tanto no plano político quanto cultural. Em um período em que na Europa se evidenciava a transição da sociedade medieval para a moderna – marcado pela formação dos Estados Nacionais e centralização do poder monárquico, somado à expansão comercial e à descoberta de novos territórios ultramarinos, além da ruptura da cristandade e a propagação do Humanismo Renascentista – os jesuítas “não só contemplaram as exigências educacionais do Humanismo, mas propuseram-se a torná-lo um instrumento de educação cristã, colocando-se frente às novas exigências sempre ao serviço da Igreja”.⁷³

A Contrarreforma em Portugal colocou a necessidade de defesa da fé católica, atacada pelos protestantes, acarretando consequências ao humanismo religiosamente descomprometido, que sobreviveu apenas nas suas “dimensões ciceronianas de humanismo formal, isto é, de produto sintético da combinação do classicismo literário e da problemática ideológico-tridentinista”.⁷⁴ O humanismo tratou-se de um fenômeno cultural complexo, cujas relações com o desenvolvimento das sociedades civis são bastante íntimas, abrangendo o âmbito literário, o cultural e o religioso.⁷⁵ O conhecimento proveniente da Antiguidade clássica, acumulado e processado ao longo da Idade Média, adquire novo fôlego e, a partir do século XIV, estabelece um corte de horizontes, tanto no plano epistemológico quanto metodológico, no arcabouço cultural medieval. Entretanto, apesar da ruptura, o pensamento humanístico está fortemente enraizado na tradição medieval e muito do medieval sobrevive no humanismo. Porém, o humanismo representou um processo cultural de significativa mudança qualitativa, sobretudo em seu aspecto “contramedieval”. “Através das belas letras, o humanismo tendia, de fato, para uma cultura que se mostrava laica por muitos dos seus conteúdos, e autônoma, por muitos dos seus princípios, em face da teologia.”⁷⁶ O resgate da tradição clássica se deu via instrumentalização a serviço da conquista de estruturas e metodologias, estéticas e culturais, capazes de superar o medieval, por meio da dessacralização da cultura e consequente centralidade na análise do homem. Contudo, este processo não se constitui em uma realidade linear, na medida em que se encontram elementos distintos em suas diferentes manifestações desde as várias concretizações históricas deste fenômeno cultural. Enquanto em países como a Itália, onde o componente clássico se articulava com temáticas profanas,

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto. *Do humanismo à contra-reforma em Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra, 1998, p.171.

⁷⁵ *Ibidem*, p.127

⁷⁶ *Idem.*

pautado essencialmente em sua esfera literária, sem qualquer dominância ou centralidade religiosa, em países como Portugal os anseios cultural e religioso eram inseparáveis. Nestes país o pensamento humanístico acabou por se conformar com discussões religiosas, próprias daquela cultura.⁷⁷

Em Portugal se estabeleceu uma continuidade da doutrina e da prática escolástica, provenientes da cultura medieval, contingentes ao formalismo cultural, onde a autonomia dos escritos profanos se via diante do magistério teológico. Nesse contexto, os modelos literários e referências exemplares provenientes da tradição clássica obedeciam às dominâncias da Contrarreforma. Da mesma forma, se evidenciou maior centralização da sociedade cristã e a romanização da Igreja, de maneira que “o triunfo pleno da tese contrarreformista e a ideia de defesa católica levaram a colocar as letras humanas a serviço do Estado e da Fé”.⁷⁸

Nesse contexto reformista, a partir dos séculos XVI e XVII, a Igreja romana tornou-se mais semelhante a um protótipo perfeito de uma monarquia absoluta e racional, ao passo que os novos Estados monárquicos tenderam a assumir características próximas às da estrutura eclesiástica, adquirindo traços de uma “monarquia mística sobre uma base racional”.⁷⁹ As doutrinas espirituais fundiram-se à doutrina política, definindo a natureza do poder temporal dos reis segundo o modelo do poder espiritual do papa, o qual sintetizava duas pessoas, uma humana, pecadora; outra mística, infalível, detentora do poder delegado por Deus. Não obstante, o poder dos reis, enquanto pessoa igualmente mística, decorria de matriz divina. Assim como para a Igreja Católica, para quem a conversão e catecismo cumpriam um propósito educacional e civilizador, o poder advindo de Deus era conferido aos reis afim de que estes impusessem a ordem sobre os homens, imersos na anarquia do pecado, sujeitando-os ao seu governo. Enquanto a cristandade representava o corpo de fiéis submetidos à instituição da Igreja, o reino representava um “corpo místico” de estamentos e ordens sociais, sendo o povo um conjunto único de vontades, alienado ao poder em nome da pessoa mística do rei, enquanto representante da soberania popular.⁸⁰ Essa doutrina foi amplamente difundida pelos jesuítas na Universidade de Coimbra, nos

⁷⁷ *Ibidem*, p.129.

⁷⁸ *Ibidem*, p.176.

⁷⁹ KANTOROWICZ, E. apud. HANSEN, João Adolfo. *A civilização pela palavra*. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.24.

⁸⁰ HANSEN. *Op. cit.*, p. 25.

colégios de Portugal, da África e do Brasil, até a expulsão dos inicianos pelo Marquês de Pombal, em 1759.

O humanismo formal, entronizado no ensino pela Companhia de Jesus, visava à “subordinação livre”, segundo a qual, por meio da educação, devia-se conduzir os indivíduos a uma “integração harmoniosa como súditos no corpo político do Estado, definindo-se ‘liberdade’ como ‘servidão livre’ ou subordinação à cabeça real”.⁸¹ A representação da soberania popular era definida pelos jesuítas como *theatrum sacrum*, teatro sacro ou encenação da sacralidade da teologia-política. Esta encenação sacra provocou um reavivamento da eloquência, uma vez que a opção pela oralidade ao se transmitir a Verdade canônica tridentina, resultou na revitalização da retórica antiga. Nas palavras de João Adolfo Hansen:

A conjunção, nos decretos tridentinos, de uma reforma do sacerdócio e do episcopado, de um lado, e de uma reforma da eloquência, de outro, teve por consequência dotar o ideal do *Orator* ciceroniano de uma autoridade, de uma substância e de um campo de ação sem medida comum com o prestígio que lhe havia sido conferido pelo humanismo ciceroniano anterior.⁸²

Ainda que o estudo da retórica efetivamente nunca tenha sido abandonado de todo, sua presença até o início do século XVI no ensino lusitano era muito modesta. Contudo, no contexto decorrente da Contrarreforma, este veio a constituir uma das principais disciplinas do ensino jesuítico, sendo generalizada em Portugal e demais colônias portuguesas como modelo para todas as práticas de representação.⁸³ Mesmo após a expulsão dos membros da Companhia de Jesus dos territórios lusitanos, a disciplina permaneceu como parte fundamental do ensino português. O próprio documento que determinava a supressão das escolas jesuíticas de Portugal e de todos os seus domínios, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que estabelecia a reforma dos estudos menores, que corresponderiam ao ensino primário e secundário,⁸⁴ por meio da criação das Aulas Régias, atestava a permanência da retórica como componente indispensável. Não obstante, a segunda fase da reforma do ensino em Portugal, iniciada em agosto de 1772, que tinha por alvo principal os estudos maiores, o atual ensino de nível superior,⁸⁵ fixava no exame de oratória um ponto de intersecção entre os saberes menores e

⁸¹ *Idem*.

⁸² *Ibidem*, p.25-26.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 3 edição revisada. Campinas, SP: Autores Associados. 2010 (Coleção Memória da Educação), p.82.

⁸⁵ *Ibidem*, p.90.

maiores. Ou seja, o estudo de retórica foi instaurado como eixo articulador entre o ensino básico e superior, grosso modo, “consistindo a única matéria exigida nos exames que davam acesso à Universidade de Coimbra por mais de três décadas”.⁸⁶ Diante disso, não é de se surpreender que esta venha a desempenhar no Brasil um papel determinante, permanecendo vigente, como evidenciam os currículos do Colégio Pedro II⁸⁷, até a segunda metade do século XIX.⁸⁸

O crescente processo de alfabetização iniciado com a Reforma, e consequente reação contrarreformista, somando-se ao aumento da demanda por escolarização no continente como um todo, incluindo Portugal, foi um dos fatores que levou os membros da Ordem a fundar as primeiras instituições de ensino públicas para a educação e a instrução de clérigos e leigos, o que se tornou um instrumento eficaz para a renovação da fé cristã e catequização de novos féis, que eram princípios fundamentais aos inicianos. No ano de 1543, passados três anos do reconhecimento da ordem pela autoridade papal, os jesuítas fundaram o seu primeiro colégio para não religiosos em Goa, na Índia. Semelhantes a essa, outras instituições de ensino controladas por membros da ordem, proliferaram-se por todo o continente europeu e demais partes do mundo, bem como no Extremo Oriente, no Tíbet, na China e na Japão.⁸⁹ Durante esse período, os jesuítas foram os principais responsáveis pela educação na Europa Ocidental, tanto que, quando de sua expulsão, existiam cerca de quinhentos colégios da Companhia na Europa, reunindo por volta de 150 mil alunos. Na América espanhola havia 78 colégios, em Portugal, 24. No Brasil colônia, quando a Companhia foi responsável pela maior parte das instituições de ensino, até a sua expulsão de todos os domínios portugueses, havia 13 residências jesuíticas, das quais nove eram colégios, além do seminário em Belém e do noviciado na Bahia.⁹⁰ As instituições de ensino jesuíticas multiplicaram-se rapidamente ao longo dos séculos XVI e XVII, chegando a um total de 728 casas de ensino em 1750, nove anos antes da expulsão dos membros da Companhia de Jesus de todos os territórios lusitanos, e 23 anos antes da supressão da Ordem pelo papa Clemente XIV.⁹¹

Esse rápido processo, no qual os jesuítas tomaram a dianteira, tornou necessário a instrumentalização e a uniformização das práticas educacionais, o que levou à elaboração

⁸⁶ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Op. cit.*, p.10.

⁸⁷ Cf.: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*

⁸⁸ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Op. cit.*, p.10.

⁸⁹ SCHWENGBER, Jacson. *Verney leitor de Quintiliano: a apropriação da retórica latina na formação intelectual do século XVIII*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Porto Alegre: UFRGS, 2012, p.25.

⁹⁰ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Op. cit.*, p.14.

⁹¹ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.57.

de um compêndio chamado *Ratio Studiorum*, que pode ser entendido, segundo Hansen, como um “plano (ou ordem) de estudos”. Marcadamente, tratava-se de um manual pedagógico, no qual estavam presentes orientações não apenas quanto aos conhecimentos a serem ministrados, como também a “condutas e comportamentos a serem adotados por mestres e alunos”⁹², explicitando a ideia de supervisão educacional, caracterizando, ainda que de forma aproximada, um sistema educacional propriamente dito.⁹³ Conforme estabelecia o plano, os estudos nas instituições de ensino jesuíticas estavam divididos nos níveis de curso inferior e curso superior. O curso inferior, ou estudos menores – que corresponderia aos estudos de nível primário e secundário, o atual curso de nível médio, conforme as diretrizes contidas no *Ratio* –, caracterizava-se como um curso de humanidades, composto por cinco classes ou disciplinas de gramática (inferior, média e superior), humanidades e retórica.⁹⁴ Estas matérias não estavam dissociadas entre si, ao contrário, formavam um todo harmônico onde a palavra ocupava o centro:

a dialética, chamada no *Ratio* de humanidades, destinava-se a assegurar a expressão rica e elegante. E a retórica buscava garantir uma expressão poderosa e convincente. No conteúdo trabalhado nesses cursos o latim e o grego constituíam as disciplinas dominantes. A elas subordinavam-se a língua vernácula, a história e geografia, ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos.⁹⁵

O curso superior possuía um caráter mais filosófico e pautava-se nas disciplinas de teologia e filosofia, contendo as classes de lógica, ciências, cosmologia, psicologia, metafísica, física e matemática, além do ensino de hebraico. O plano de estudo destinava-se à formação de religiosos e de leigos, contudo, no território brasileiro, os estudos maiores estavam, na prática, limitados à formação dos futuros clérigos catequistas, de maneira que o que de fato se organizou no período colonial no Brasil foi o curso de humanidades, os estudos inferiores.⁹⁶ Portanto, com vista a avaliar a tradição retórica e clássica no contexto brasileiro oitocentista, a análise deste processo de formação intelectual lusitano se justifica, uma vez que a base fundamental deste conhecimento pautado pela palavra era a literatura greco-romana clássica, e “mesmo no universo sagrado da formação cristã e católica, a produção intelectual dos antigos se fazia presente”.⁹⁷

⁹² SCHWENGBER. *Op. cit.*, p.25.

⁹³ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.56.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Ibidem*, p.57.

⁹⁶ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.56.

⁹⁷ SCHWENGBER. *Op. cit.*, p.26.

Conforme o *Ratio studiorum*, a retórica deveria dar conta de três elementos essenciais que, segundo os princípios do ensino jesuítico, resumiam e normalizavam a educação: preceitos, estilo e erudição. Para tanto, recuperou-se os texto de autoridades antigas, sobretudo de autores latinos como Cícero e Quintiliano, além de personalidades gregas, como Aristóteles e Aftônio de Antioquia. Obras como *De oratore* de Cícero, *Retórica para Herênio*, atribuída ao mesmo autor, e a *Instituição oratória*, de Quintiliano, foram amplamente lidas e difundidas entre os estudantes e professores. Da mesma forma, diversos manuais, compêndios e tratados de retórica, que tinham por base os textos de autores clássicos, tiveram extraordinária difusão, sendo imitados e emulados, caso do compêndio do jesuíta Cipriano Soares, *De Arte Rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti ab eodem Auctore recogniti, et multis in locis locupletati*, publicado em 1562, de grande circulação na Europa, no Brasil e no Oriente, com cerca de cem edições.⁹⁸ Segundos as regras prescritas aos professores de retórica na *Ratio studiorum* os textos de Cícero deveriam ser usados como modelo para o estudo e o exercício da elocução e da disposição, fazendo da retórica ciceroniana ao mesmo tempo objeto de estudo e modelo para os exercícios do estilo, atribuindo-se aos manuais uma função mnemônica, conforme a própria tradição ciceroniana. A repetição e memorização ocupavam, assim, parte fundamental na retórica jesuítica, de maneira que o orador deveria compor seus discursos pela memorização das suas estruturas, diante do que se coloca a importância dada a *eruditio*, o conhecimento das coisas, dos lugares comuns, dos argumentos e dos tópicos do discurso. O orador além de elencar os argumentos a serem utilizados, selecionava as palavras, os tropos e os ornamentos que comporiam o discurso. O orador ideal descrito por Cícero deveria ter por formação, antes de tudo, o conhecimento dos temas para deles falar com propriedade e com elocução adequada, com fundamentos de filosofia, história e direito.⁹⁹ Contudo, na formação da retórica jesuítica, o conhecimento da história e das letras, era adquirido não por meio do estudo direto de manuais de história ou letras, mas da leitura e explicação de autores clássicos.¹⁰⁰

⁹⁸ HANSEN. *Op. cit.*, p. 27.

⁹⁹ SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.52.

¹⁰⁰ HANSEN. *Op. cit.*, p. 27.

2 - Reforma no ensino português: o Alvará de 1759 e as Aulas Régias

Com a expulsão dos jesuítas, abria-se a necessidade de uma reformulação do sistema de ensino em Portugal. Nessa reforma, a influência de Luís António Verney, padre e filósofo português, e um dos mais ilustres representantes do Iluminismo naquele país, cuja obra *O Verdadeiro Método de Estudar*¹⁰¹ apresentava uma crítica ao sistema de ensino dos inicianos, teve sensível importância no projeto de Pombal. O forte conteúdo “europeizante” do tratado e seu caráter combativo à cultura do presente contexto lusitano, constituíram o modelo para a reforma do ensino realizada no reinado de D. José I, que se pretendia ampla e profunda.¹⁰² Reflexo do “século das luzes”, o uso da razão aparece como tópico recorrente no *Verdadeiro Método*, contudo, como característica própria do *Esclarecimento* ibérico, este não possuía um intuito laicizante do ensino, ao contrário, tinha por objetivos “ser útil à Republica e à Igreja”, mais propriamente ao Estado, ao Reino português e à Igreja Católica. Diferentemente do ensino jesuítico, que se pautara por um humanismo de cultura e de formação¹⁰³, para Verney, a erudição não poderia estar dissociada da eloquência, e a retórica não seria contrária ao conhecimento objetivo, dando à história um uso pragmático para fundamentar a relação entre filosofia e teologia.¹⁰⁴ Se conforme a tradição letrada jesuítica a aplicação da retórica estaria limitada ao púlpito, na concepção de Verney “todo lugar é teatro para a retórica”.¹⁰⁵

O Alvará Régio de 1759, como dito anteriormente, centrou sua reforma nos estudos menores (isto é, o estudo das humanidades, no âmbito do ensino secundário), instituiu as chamadas Aulas Régias e concentrou nas mãos do Estado português a responsabilidade pela instrução escolar, cobrando um imposto, o subsídio literário, a partir 10 de novembro de 1772.¹⁰⁶ Porém, durante a instauração das mesmas, houve grandes dificuldades, sobretudo por tratar-se de um território muito vasto, o que exigiria “um grande esforço de sistematização dos princípios educacionais, assim como de severas normas de conduta, para professores e alunos”.¹⁰⁷ A divulgação do Alvará contou com o

¹⁰¹ Embora Verney nunca tenha reconhecido a autoria do Método, é consenso entre os historiadores e mesmo entre os comentadores da época se tratar de uma produção de sua pena.

¹⁰² SCHWENGBER. *Op. cit.*, p.10.

¹⁰³ DAINVILLE, François de. apud. HANSEN. *Op. cit.*, p. 29.

¹⁰⁴ SCHWENGBER. *Op. cit.*, p.16.

¹⁰⁵ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949(1746). 02V. p.05.

¹⁰⁶ VILLALTA, Luis Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 12ª ed.2012 (1997), v.1, p.348.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Aulas Régias no Império Colonial Português: o global e o local*. p.67. Texto foi elaborado a partir de extratos da tese *Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794*. UFRJ, 2001.

envio de muitos exemplares de compêndios de comentadores portugueses, além de obras de autores clássicos como Quintiliano, Cícero e Tito Lívio. Esta reforma do sistema de ensino tinha um projeto “civilizador” por parte da Coroa portuguesa para seus súditos de além-mar, “na tentativa de unificar a formação de suas camadas letradas”.¹⁰⁸ Diante disso, no contexto brasileiro, o governo metropolitano, assumiu uma postura pragmática em relação à educação colonial. Se durante o domínio jesuíta a instrução tinha por propósito primeiro a catequização, com a reforma, a Cora realizou uma série de medidas culturais e educacionais orientadas no sentido de possibilitar a produção de matérias-primas na Colônia, as quais poderiam trazer benefícios à Metrópole, via incremento da “constituição de academias científicas e literárias, e a criação de instituições educacionais e aulas voltadas para estudos práticos e científicos”, criadas inteiramente dentro do espírito iluminista e em consonância com o teor das reformas pombalinas, a exemplo do Seminário de Olinda.¹⁰⁹ Da mesma forma, procurou-se reforçar os vínculos entre Portugal e Brasil, por meio de incentivos a ida de brasileiros para a Universidade de Coimbra¹¹⁰, com vista a manter os vínculos de dependência entre Colônia e Metrópole.

Neste processo reformador, a linguagem teve centralidade, entendida como veículo à civilização, via imposição da língua portuguesa e supressão dos dialetos locais, exemplo da proibição da língua geral no Brasil. Por conta disso, a reforma se ateve apenas ao ensino das chamadas humanidades, entre as quais o latim, o grego, a retórica e a poética, reservando o ensino científico ao nível dos estudos maiores, universitário, cuja reforma ocorreu em 1772. Com a restauração do ensino das humanidades se pretendia revitalizar o universo intelectual português que, segundo o Alvará, entrara em decadência durante o período de controle jesuítico da educação que interrompera a tradição do humanismo quinhentista, o qual necessitava ser recuperado. Entendendo o estudo das letras humanas como a base de todas as ciências e que da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias, a reforma no ensino português caracterizou-se por uma reforma literária, relativa às letras e à palavra, enquanto discurso oral ou escrito, com suas regras, “abarcando tanto as gramáticas portuguesa e latina, quanto os estudos da retórica e da poética. Neste sentido, o que a reforma teria buscado seria uma adaptação da palavra às novas necessidades”.¹¹¹

¹⁰⁸ *Ibidem*, p.70.

¹⁰⁹ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.93.

¹¹⁰ VILLALTA, Luis Carlos. *Op. cit.*, p.348-349.

¹¹¹ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Op. cit.*, p.74.

Para o desenvolvimento da nação era preciso promover um ensino capaz de atender às necessidades culturais de Portugal. Para tanto, necessitava-se de homens capazes de revitalizar o universo intelectual e alinhá-lo aos parâmetros do restante do continente europeu, que conquistara o mundo das letras e progredia na investigação empírica no campo das ciências do método histórico, hermenêutico e crítico no âmbito teológico e jurídico. Nesse sentido, os estudos menores cumpririam função preparatória para a educação universitária, formando espíritos cultos e conseqüentemente mais úteis aos projetos da Coroa. Segundo Verney, isso se daria por meio do ensino da Antiguidade clássica, capaz de promover a ancestralidade de Portugal, unindo-a as demais nações europeias civilizadas, graças a uma herança comum, sob o rótulo da latinidade, além de incentivar o ensino de línguas modernas, tais como o francês, a fim de integrar-se ao caudal intelectual da Europa culta. O conhecimento da cultura clássica se daria por meio do ensino do latim, uma vez que o aprendizado da língua ocorreria pela leitura de autores clássicos, associado ao ensino de história e geografia da Antiguidade, a fim de melhor compreender os usos e costumes antigos e ter maior entendimento da língua latina. Diferentemente do ensino de latim adotado pelos jesuítas, que o tratavam como língua litúrgica, o ensino agora tinha por princípio a gramática latina com vista a servir de fundamento para a gramática portuguesa, valendo-se dos exemplos retirados dos autores clássicos.¹¹²

Ao estudo das línguas clássicas, tais como latim, grego e hebraico, e da gramática, estava associado o ensino de retórica. Enquanto um orientava os alunos na maneira como falar e ler corretamente, o outro dava conta da arte do bem falar, o meio de melhor ordenar os pensamentos, ornar o discurso e ampliar a persuasão e cooptação dos espíritos, sendo entendida a retórica como instrumento fundamental a todas as práticas humanas, o comércio, a política, as artes e a vida em sociedade. Diante disso, o ensino de poética adquiria uma função auxiliar, fornecendo os exemplos, as regras e os modelos discursivos, por meio da leitura dos poetas clássicos como Homero, Virgílio, Horácio e outros, e seus comentadores modernos. “O importante não era transformar todos os alunos em poetas, mas criar leitores e, assim, talvez, criar um sentimento de pertencimento a uma dada tradição cultural. Com a poética, completava-se o estudo e o aluno deveria estar apto a ingressar na universidade.”¹¹³

¹¹² *Ibidem*, p.76.

¹¹³ *Ibidem*, p.78.

A respeito da reforma, a historiografia costumou pautar-se pela precariedade de sua implantação, devido às distâncias dilatadas do Império Português – que levavam à falta de professores qualificados, ocasionando que muitos mestres não examinados passassem a ministrar aulas – ao atraso nos ordenados e à dificuldade no envio dos livros, uma vez que a imprensa era proibida nos domínios coloniais. Os problemas de ordenamento só vieram a melhorar a partir de 1770, com a criação do imposto do subsídio literário. No entanto, a arrecadação era complexa e os atrasos no recebimento persistiam. Contudo, como destaca Correa Lima de Almeida, o mais importante a ser ressaltado – não obstante as restrições no alcance e na eficácia da implantação da reforma nos territórios de ultramar – é que tais dificuldades não implicavam “dizer que esta [reforma] não tenha tido algum impacto, ainda que numericamente muito restrito”,¹¹⁴ se tomarmos como base a elite letrada do Brasil oitocentista, a qual José Murilo de Carvalho chamou alegoricamente de “ilha de letrados”¹¹⁵, dado seu isolamento diante do caudal circunstante. De qualquer forma, pode-se concluir que boa parte dos membros desta elite tenham cursado as Aulas Régias, inclusive aqueles que mais tarde iriam ingressarem na Universidade de Coimbra.¹¹⁶

Ainda que quando da reforma universitária portuguesa, em 1772, D. José I tenha feito menção de estender os benefícios dos estudos maiores ao “maior número de povos e de habitantes deles que a possibilidade pudesse permitir”, o mesmo é prudente ao assumir “ser impossível adotar-se um plano que permitisse estender os benefícios do ensino a todos igualmente, pois nem todos os indivíduos destes reinos e seus domínios se hão de educar com destino dos estudos maiores”.¹¹⁷ De maneira que o monarca destaca que a alguns súditos bastariam os sermões dominicais para instrução, propriamente aqueles cujas funções situavam-se no âmbito dos serviços braçais e fabril, enquanto a outros competiriam os exercícios de ler, escrever e contar, ao passo que aos demais, a instrução em língua latina e nas letras humanas lhes aprofundasse.¹¹⁸ Conforme o espírito da época, sabendo o governo de antemão o quanto era impossível estabelecer uma rede de escolas nas colônias, orientava-se, então, pelo “discurso elaborado pelos iluministas, [segundo o qual] para a maior parte da população bastaria ‘ler, escrever e contar’; para a elite ilustrada, aí sim, uma educação secundária, visando, posteriormente, cursar o ensino superior no

¹¹⁴ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Op. cit.*, p.69

¹¹⁵ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.51.

¹¹⁶ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Op. cit.*, p.69.

¹¹⁷ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.96.

¹¹⁸ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.96.

Reino”.¹¹⁹ Com a expulsão dos jesuítas, as aulas deixaram de ser ministradas nos seminários e colégios da ordem e passaram a ser realizadas pelos professores em suas casas. Ao contrário do curso de humanidades ministrado pelos jesuítas, cujo objetivo primeiro era formar novos sacerdotes, embora fossem aceitos estudantes leigos, as Aulas Régias pautavam-se por disciplinas capazes de ser úteis ao cotidiano dos homens. O regime de aula instaurado pela reforma pombalina tinha um caráter autônomo, ou seja, tratava-se de aulas isoladas onde os alunos podiam frequentar somente uma cadeira por vez, de acordo com as que existiam em sua localidade, já que a escassez de professores era constante e na maioria dos locais não havia mestres regentes em todas as disciplinas, ficando muitas delas restritas às principais vilas da cidade, fazendo com que os interessados em instruir-se tivessem que se deslocar por várias localidades, dificultando e delongando a conclusão de todo o ciclo de ensino.¹²⁰

De acordo com a lei de 6 de novembro de 1772 que previa mudanças nos estudos menores referentes às primeiras letras, isto é, os estudos menores correspondentes ao ensino primário, previa-se a criação de 440 aulas de ler, escrever e contar, além da ampliação do ensino secundário de humanidades, pela criação de 205 classes de latim, 31 de grego, 39 de retórica e 28 de filosofia racional e moral, no reino de Portugal. Quanto aos domínios de além-mar, coube ao Brasil a nomeação de um total de 43 mestres, sendo distribuídos 16 deles para o ensino das primeiras letras, 15 para o ensino de latim, seis para a cadeira de retórica e mais três para grego e filosofia (cada), o que corresponderia a apenas 5,1 do total de Aulas Régias criadas pela Coroa.¹²¹ Entre as localidades a que se destinava a instalação destas referidas Aulas Régias, o território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul não estava compreendido.

3 - Educação na Província do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul

A ocupação do território correspondente ao Continente de São Pedro se deu de forma tardia, sendo fruto político expansionista do Império Português, que buscava ampliar seus domínios ao sul, em direção ao Rio da Prata. A região foi marcada por

¹¹⁹ VALLE, Hardalla Santos do.; ARRIADA, Eduardo. *A falta de homens de Letras: a educação no Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.45, p. 36-48, mar.,2012, p.40.

¹²⁰ ALBANO, Paula Lorena Cavalcante; STAMATTO, Maria Inês S. *História ensinada e as Aulas Régias na Capitania do Rio Grande (1808-1821)*. Anais do II Encontro Internacional De História Colonial. Mnome – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008, p.2.

¹²¹ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.97.

diversos conflitos armados ao longo dos séculos XVIII e XIX, envolto em disputas entre as coroas ibéricas pela soberania local. Diante disso, a povoação acabou por adquirir um forte caráter militar e pastoril, uma vez que a Coroa portuguesa promovia doações de sesmarias com o intuito de garantir a ocupação do território. Assim, o povoamento foi marcado por forte caráter rural, apartado dos centros urbanos, e pela presença das estâncias, de maneira que “a oferta de pessoas habilitadas para o exercício do letramento era escassa, dificultando as relações de ensino”.¹²² O Continente de São Pedro por muito tempo apresentou uma precária formação intelectual, sendo tardia a implantação de um sistema público de educação em comparação com o restante do país. Também não existia interesse por parte dos governantes em estabelecer o ensino para a população em geral, uma vez que o subsídio literário - criado em 1772, e implantado no ano seguinte no Brasil, o qual determinava a destinação do imposto único para a manutenção do ensino público, com vista a configurar uma receita para pagamento dos ordenados aos professores, além de financiar a compra de livros para a constituição de bibliotecas públicas e ampliar os estabelecimentos de ensino -, por uma decisão do Vice-Rei Marquês de Lavradio, a legislação não foi aplicada no Continente de São Pedro. Essa restrição esta que só cessaria com o Decreto de 24 de novembro de 1813.¹²³ Contudo, como destaca Eduardo Arriada, mesmo diante de um contexto desfavorável, “existem registros da atuação de diversos mestres nas Vilas, ministrando aulas de ‘primeiras letras’ e de ‘gramática latina’, após a autorização da respectiva Câmara”.¹²⁴

Em meio a esse contexto, diante do baixo nível de investimento na instrução pública, se presenciou maior liberdade de ensino, por conta da ineficiência do Estado, com a abertura de escolas autônomas, com aulas ministradas por mestres não devidamente habilitados nos parâmetros prescritos pelo Alvará Régio, tendo a iniciativa privada prevalecido e proliferado. Como o próprio rei português em dado momento admitiu a necessidade tocante a alguns homens de se instruírem unicamente nas primeiras letras, cabendo-lhes apenas aprender a ler, escrever e contar, o ensino primário ocupou a maior proeminência em sua implantação por parte do governo, ficando, pois, o ensino secundário quase que reservado à iniciativa privada, estando restrito somente aos filhos da elite provincial, tendo por objetivo organizar os compêndios e métodos de ensino de maneira a

¹²² VALLE, Hardalla Santos do.; ARRIADA, Eduardo. *Op. cit.*, p.36.

¹²³ TAMBARA, Elomar; MARCOLA, Valdinei. Uma tentativa de inserção da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no sistema colonial de ensino - O Projeto de Paulo Gama. *Revista História da Educação*, vol. 14, núm. 31, maio-agosto, 2010, p.270.

¹²⁴ VALLE, Hardalla Santos do.; ARRIADA, Eduardo. *Op. cit.*, p.39.

percorrer o mais rapidamente possível todas as disciplinas preparatórias previstas para assim se poder ingressar nos cursos superiores. Apesar dos dados apresentados por José Murilo de Carvalho quanto ao pretenso “atraso cultural” do Rio Grande do Sul, o que revelaria o isolamento da Província em relação ao restante do país, além do baixo grau de instrução da elite local, onde, segundo este, o número de estudantes egressos sul-riograndenses na Universidade de Coimbra no início do século XIX era muito pequeno se comparado ao da região sudeste, levando-se a concluir que “a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central”,¹²⁵ este dado não tem tanta relação com a vida cultural propriamente da província, pois o Rio Grande do Sul já era tido como uma das províncias mais ricas do país.

Carlos Dante de Moraes destacava que, embora “às vésperas da nossa independência política, existia uma única aula de latim em Porto Alegre, e nenhuma de primeiras letras, custeada pelos cofres públicos, e m toda a Capitania”, a vida cultural no Rio Grande do Sul teria começado cedo, pois a região já contava com “um número apreciável de humanistas e homens de cultura. Estes não são apenas rio-grandenses, mas brasileiros de outras plagas, filhos de Portugal ou de outros países”.¹²⁶ Diante disso, duas observações devem ser feitas. A primeira se dá em função de que os índices de instrução escolar, bem como o interesse que a mesma despertava na sociedade do restante do Brasil do século XIX, não eram muito significativos. Assim, o caráter elitista do ensino sul-riograndense não representa um dado dissonante da totalidade do território. Segundo Villalta, em 1818, quando as reformas pombalinas já se encontravam mais bem sedimentadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, era abarcada pelas Aulas Régias em São Paulo¹²⁷, do que se pode concluir que, sendo esta localidade maior e mais populosa, o percentual era bastante baixo, não devendo ser muito diferente do da região sul, menos povoada e com uma elite agropastoril, subsidiária da economia agroexportadora, orientada para o mercado interno. Como destaca o mesmo autor:

A instrução na Colônia processava-se, assim, em grande parte, no âmbito do privado, preenchendo o vazio da escola pública e semipública inexistente ou escassa; quando se ultrapassavam os domínios da informalidade, estabelecendo-se vínculos formais entre professor e aprendizes, criava-se um ambiente se não tipicamente escolar, ao menos muito próximo de sê-lo. [...] Muitos letrados da Colônia formaram-se nesse sistema de mestre e aprendiz, tais como os "mestres de risco", que praticavam a arquitetura e a engenharia, os boticários e os

¹²⁵ CARVALHO. *Op. cit.*, 1998, p.58.

¹²⁶ MORAIS, Carlos Dante. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959, p. 180.

¹²⁷ VILLALTA, Luis Carlos. *Op. cit.*, p.357.

cirurgiões, os quais, depois de aprenderem na prática, prestavam um exame para serem autorizados a exercer a profissão. [...] Membros das academias literárias setecentistas passaram por esse tipo de formação, sendo poucos entre eles os que estudaram nas universidades. Outros letrados, todavia, não enfrentaram nem as escolas nem os mestres-escolas: foram autodidatas, retirando dos livros que encontravam nas bibliotecas os elementos para sua formação intelectual.¹²⁸

A respeito do ensino secundário na Província de São Pedro, o memorialista Felicíssimo Manuel de Azevedo (1823 - 1905), comerciante e ourives em Porto Alegre, além de membro do Partido Republicano Riograndense e do jornal *A Federação*, em seu relato sobre o sistema educacional na cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XIX, relembra suas aulas com o mestre Antônio Álvares Pereira Coruja (1806 – 1889):

Visitemos agora a sua aula de latim e francês. A saída do último discípulo da escola primária, às onze horas da manhã, aparece o professor no quarto, que já descrevemos, dando aos alunos uns-Bons dias, senhores; feito o que toma lugar na cabeceira da mesa, ficando os discípulos assentados no banco em frente a mesma. É chamado um por sua vez. Depois da lição da artinha (de cor) faz ele diversas perguntas de gramática que o discípulo vai respondendo entre o temor e a esperança de acertar. O professor principia mansamente a sua explicação procurando fazer-se bem compreendido; mas se o discípulo, baldo de inteligência fácil, não compreende logo a explicação dada, começa o professor sem demora a inflamar-se gritando loucamente e acabando as mais das vezes pela aplicação de alguns bolos. Amansa-burros além do francês, em que não era forte, conhecia bem a língua latina estando bastante familiarizado com os clássicos. Traduzia mimosamente os poetas latinos com Virgílio, Horácio, Ovídio, etc. Teve o prazer de apresentar excelentes discípulos em latinidade que traduziram facilmente os melhores livros clássicos. O seu curso de latim era feito em cinco anos.¹²⁹

Azevedo cursara o ensino secundário ao que tudo indica entre os anos finais da década de 20 e primeira metade de 30, uma vez que aos 12 anos foi enviado ao Rio de Janeiro a fim de trabalhar no comércio. O ensino descrito pode representar uma esfera restrita aos homens do início do século XIX na província, contudo corresponde possivelmente à realidade dos membros da elite sulina. Como se pode perceber, ainda que o sistema de ensino tenha sido precário na região sul e de alcance social limitado, a instrução se estabeleceu de diferentes formas, bem como o fato de muitos destes não terem passado por Coimbra não significar que não pudessem ser homens de letras e de grande arcabouço literário. Nesse sentido, a presença de um ensino voltado para a Antiguidade clássica também se fazia presente, seja na figura dos manuais e compêndios utilizados para

¹²⁸ *Ibidem*, p.357-360.

¹²⁹ AZEVEDO, Felicíssimo M. de. *A primeira escola de Porto Alegre* [155-162]. In: Anuário da Província do Rio Grande do Sul para 1885. Porto Alegre: Gundlach, 1884. apud ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS, 2007, p. 99.

a formação, ou mesmo por meio da tradição cultural que compreendeu o universo intelectual luso-brasileiro ao longo dos séculos XVI a XIX.

A segunda observação se dá em razão de os registros apontarem para um baixo índice de estudantes sul-rio-grandenses nas universidades europeias, como a de Coimbra, resultando que nestas terras não houvesse uma elite de “letrados”. Conforme destaca Medianeira Padoin, “a elite rio-grandense era composta por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes”, cuja definição mais apurada necessitaria de uma análise pormenorizada de seus personagens, uma vez que se levar em conta somente os nascidos no território rio-grandense, o número de pessoas que possuíram uma formação no ensino superior seria bastante reduzido, em comparação ao da região central do país. Contudo, conforme argumenta, se levarmos em consideração que a elite rio-grandense era formada também por pessoas oriundas de outras províncias, bem como de outros países, que, “por vínculos econômicos e/ou de trabalho, por laços maçônicos e político-ideológicos, vieram para a província e formaram um grupo social”¹³⁰, o perfil desta elite sulina modifica-se. Havia “oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Uruguai, Argentina, Itália, Açores, Portugal, Estados Unidos que colaboraram para que o perfil intelectual desta elite fosse mais denso do que possa parecer”.¹³¹ Os próprios redatores dos periódicos *Correio da Liberdade* e *O Noticiador* são um exemplo disso: Manoel dos Passos Figueroa e Francisco Xavier Ferreira, respectivamente. Figueroa, popularmente conhecido como *Calchas*, era português de nascimento, radicado na cidade de Rio Grande, onde se casou com Ana Cândida de Rocha Figueroa;¹³² era também, além de jornalista, escritor de livros didáticos e apoiador da *Sociedade Militar*.¹³³ Por sua vez,

¹³⁰ PADOIN, Maria Medianeira. *A Revolução Farroupilha*. In: PICCOLO, Helga L. Landgraf. PADOIN, Maria Medianeira Padoin (Direção) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 2 - IMPÉRIO. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 41.

¹³¹ PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino: a revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1999, p.233

¹³² Ao contrário do que afirmou Abeillard Barreto, Figueroa tinha nacionalidade portuguesa e não rio-grandense. Da mesma forma, este era pai da poetisa gaúcha, integrante da *Sociedade Pártenon Literário*, Amália dos Passos Figueroa, e não seu bisavô. A confusão de deveu, ao que tudo indica, ao fato de dele ser já bastante velho quando do nascimento da filha, em 1845, estando por volta dos 70 anos. Cf.: SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1969, 3 vol., 840pp.

¹³³ A *Sociedade Militar* foi grupo formado por oficiais do exército simpatizantes de D. Pedro I. Seus membros eram em sua maioria portugueses, em vista de que, segundo dados da época, 147 oficiais, ou 72%, eram portugueses. Fundada no Rio de Janeiro após a Abdicação do Imperador, a *Sociedade Militar* dedicavam-se reprimir os liberais e pregava o retorno de D. Pedro I ao trono do Brasil. Em 1833, houve a tentativa dos simpatizantes do ex-Imperador de fundar uma Sociedade Militar na Província do Rio Grande do Sul, que segundo a imprensa liberal contava com o apoio do Comandante de Armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto. Por sua vez, os exaltados organizaram-se na *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, fundada no Rio de Janeiro em 1932, por intermédio de Evaristo da Veiga, que defendia a necessidade de um acordo entre liberais exaltados e moderados frente a um inimigo comum. As ideias desta eram divulgadas através do

Xavier Ferreira, o *Chico da Botica*, também de origem portuguesa, e igualmente estabelecido em Rio Grande.¹³⁴

O próprio Antônio Álvares Pereira Coruja – que além de educador regente de aulas de primeiras letras, Gramática Latina e Filosofia Racional e Moral em Porto Alegre, fora também historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, autor de vários livros didáticos e gramaticais, e deputado provincial – era carioca de nascimento, e aprendeu latim quando sacristão na igreja Nossa Senhora Mãe de Deus, ensinado pelo padre Tomé Luís de Sousa. Também era maçom e participava das reuniões da *Sociedade Continentino*, desde sua fundação, em 1831 e juntamente com Pedro José de Almeida, o Pedro Boticário, fora redator do jornal *O Compilador*, patrocinado pela mesma sociedade benemerita e que circulou entre 3 de outubro de 1831 e novembro de 1832.¹³⁵ À elite rio-grandense apresentavam-se diferentes possibilidades de instrução e formação, tanto política quanto intelectual, advindas da província ou mesmo de fora dela. Assim, este grupo tinha acesso a aulas privadas, seminários e cursos superiores, leitura de obras, periódicos e folhetos em circulação. Além disso, muitos deles participavam de sociedades literárias secretas¹³⁶ – exemplo da *Sociedade Continentino*, estabelecida na casa do major João Manuel de Lima e Silva, onde funcionava secretamente a *Loja Maçônica Filantropia e Liberdade*¹³⁷, fundada em 25 de dezembro de 1831 em Porto Alegre, sob o auspício do *Grande Oriente do Passeio*, passando logo em seguida para a filiação ao *Grande Oriente do Brasil*, retomando novamente para a tutela da primeira; a loja era encoberta pelo nome de *Gabinete de Leitura da Sociedade Continentino*, onde era publicado o periódico *O Continentino*, redigido por alguns de seus membros. A respeito da influência maçônica, é preciso um tratamento mais detalhado.

jornal *O Noticiador*. SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836)* / Bento Gonçalves da Silva; org. por Liana B. Martins, Márcia E. Miranda e Viviane O. da Silva. - - Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005, p.24.

¹³⁴ Francisco Xavier Ferreira era também farmacêutico e poeta, além de maçom, membro da sociedade *Grande Oriente do Brasil*. Também foi um dos criadores da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. MATIAS, Ana Cristina Pinto. *Francisco Xavier Ferreira e o início da imprensa no extremo Sul*. Mafuá, Florianópolis, ano 7, n. 12, setembro 2009. Disponível em: <http://www.mafua.ufsc.br/numero12/ensaios/cristina.htm> Acessado em 15/11/2014.

¹³⁵ PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917, p.40.

¹³⁶ PADOIN, Maria Medianeira. 2006, *Op. cit.*, p.41.

¹³⁷ Foi na *Loja Maçônica Filantropia e Liberdade*, da qual Bento Gonçalves era Venerável-Mestre, onde aconteceu a famosa reunião, na noite de 18 de setembro de 1835, entre as principais lideranças farroupilhas, quando se decidiu pela destituição do então presidente da província, Fernandes Braga, no dia 20 de setembro do mesmo ano, dando início à Revolução Farroupilha.

4 - Iluminismo e Maçonaria: a construção de uma *Nova Roma*

Quanto à participação em sociedades secretas é importante destacar o papel da maçonaria como meio de divulgação de ideias, com forte influência do Iluminismo europeu, orientada pelas “três grandes Luzes condutoras”: a *liberdade*, a *igualdade* e a *fraternidade*. Ideias que também fazem parte da tríade defendida pelo liberalismo, que corresponderia aos fundamentos teóricos para a organização ou reorganização dos Estados Nacionais, sendo constantemente referidos nos discursos de personalidades “ilustradas”¹³⁸, nos quais a referência a elementos oriundos a Antiguidade clássica era significativa. Particularmente, a maçonaria ibérica possuía características próprias, sobretudo em função do contexto colonial, marcado pela forte presença da Igreja Católica e da Inquisição, infligindo a perseguição muitas vezes aos membros de sociedades secretas (o que também se evidenciou no contexto europeu), além de existirem barreiras à circulação de livros e divulgação de ideias.

Diante disso, a maçonaria representava um espaço propício à liberdade de pensamento e de acesso a uma bibliografia política e filosófica atualizada, além de um espaço de sociabilidade para seus participantes, estabelecendo, inclusive, pontes entre os continentes americano e europeu, de maneira que ao se falar em homens “ilustrados” no contexto brasileiro oitocentista, uma vez que muitos dos membros da elite intelectual pertenciam ou eram simpatizantes das sociedades secretas como a maçonaria, falava-se muitas vezes de maçons.¹³⁹ Exemplo disso é o fato da maioria dos representantes da elite rio-grandense serem maçons, muitos dos quais se tornaram os principais expoentes da história do Rio Grande do Sul por seu protagonismo na Revolução Farroupilha, como o próprio Bento Gonçalves da Silva, que possuía o título de 18º Grau Maçônico. Da mesma forma, Francisco Xavier Ferreira e o Padre Bernardo Viegas, redatores de *O Noticiador*, eram ambos maçons. “Assim, ser maçom na época era uma condição de “status” social e cultural, pois os que pertenciam aos quadros da maçonaria e/ou sociedades eram na maioria letrados – leigos ou clero –, militares e pessoas de posses.”¹⁴⁰

Em seus discursos, as lideranças políticas dos séculos XVIII e XIX refletiam a necessidade de o homem conhecer a natureza e a história como forma de conquistar o mundo, de maneira que a razão e o conhecimento das coisas representariam armas em

¹³⁸ PADOIN, Maria Medianeira. 1999, *Op. cit.*, p.246.

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.233.

favor de suas conquistas, dando uma dimensão utilitária e pragmática à cultura. Ideais como liberdade passaram a ser parte constituinte dos discursos de membros da maçonaria, o que, por conseguinte, os voltava para o universo da tradição clássica greco-romana, como fonte originária de uma “luz primitiva”¹⁴¹, perdida ao longo dos séculos. A iniciação possibilitava, simbolicamente, tornar-se contemporâneo desse surgimento e reviver aqueles tempos heroicos. Não obstante, uma característica bastante presente entre os maçons brasileiros, e amplamente utilizada no início do século XIX, foi a adoção de um nome simbólico por parte do iniciado na maçonaria. Este fato que relaciona-se à forte perseguição que os maçons sofreram por parte do Estado e da Igreja Católica, de maneira que com vista a protegerem-se das autoridades civis e eclesiásticas, passavam a adotar nomes falsos. Da mesma forma, esta prática associava-se à ideia de uma morte simbólica para um novo nascimento, uma espécie de batismo, nomes que em geral remetiam à figuras cívicas ilustre da história, de maneira que um contingente significativo dos participantes das sociedades secretas optavam por um nome simbólico referente à Antiguidade clássica.¹⁴² Segundo Alexandre Mansur Barata, em análise do livro de registro dos iniciados nas primeiras décadas do século XIX, dos 96 nomes simbólicos escolhidos, 54 estavam relacionados à cultura clássica, e o mesmo pode ser apontado por estudo similar realizado por Oliveira Marques para o conjunto dos maçons portugueses no mesmo período, quando

num total de 89 nomes simbólicos, 50% eram de heróis ou temas ligados a Antiguidade. Seguidos de longe vinham por figuras históricas francesas (12,3%), figuras históricas portuguesas (12,3%), figuras mitológicas (7,9%), figuras históricas britânicas (5,6%), bíblicas (5,6%), de diversas nacionalidades (4,5%) e alusivas a virtudes (1,1%).¹⁴³

Disso se denota o fascínio que a Antiguidade continuava a exercer, como parte significativa do universo da cultura ilustrada, propriamente entre os filósofos iluministas, os quais atribuíam ao Mundo Antigo de Grécia e Roma, o valor original de todas as coisas: “do uso da razão, de uma concepção de vida secular, das virtudes cívicas e da participação ativa dos cidadãos na vida em sociedade”.¹⁴⁴ Segundo Peter Gay, ainda que não se deva tomar os *philosophes* como grupo monolítico, atribuindo-lhes certa unidade de pensamento,

¹⁴¹ STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 97, 138.

¹⁴² BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2002, p.138.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ *Idem*.

“o Iluminismo foi uma mistura volátil de classicismo, de incredulidade e de ciência; os filósofos, em uma frase, eram os pagãos modernos”.¹⁴⁵

O classicismo foi base da educação no século XVIII; a educação dos colégios e a retórica haviam acostumado as pessoas a dissertarem sobre as virtudes republicanas de Roma e Esparta e sobre o autoritarismo de Nero e Tibério, de forma alusiva a seus próprios contextos monárquicos.¹⁴⁶ O *Espírito das Leis* esteve a ponto de ser proibido pela Universidade de Sorbonne, que acabou, porém, por conceder permissão à Montesquieu, uma vez que este não atacava em sua obra diretamente a monarquia francesa, nem se baseava em exemplos contemporâneos como as repúblicas de Genebra ou Itália, mas tinha por modelo as sociedades clássicas de Esparta e Atenas, a partir de autores como Cícero, Tito Lívio, etc.¹⁴⁷ Da mesma forma, Rousseau, em suas teorias políticas, pensava sempre na Roma antiga e em Esparta em paralelo à sua Genebra, onde o povo poderia dirigir a conduta dos que exercem o poder sem a necessidade de representação.¹⁴⁸ Nas artes também se manifestava o apreço dado ao Mundo Antigo, como em *Brutus*, de Voltaire, na qual se maldizia os tiranos como César e elogiava-se as virtudes republicanas de Bruto e Catão, de onde se depreende a tradição taciteana da historiografia.¹⁴⁹

Como destaca Momigliano, “verdadeiro objetivo de Tácito era desmascarar o governo imperial, enquanto fundado na corrupção, hipocrisia e crueldade”¹⁵⁰, e o fazia muitas vezes na figura do *bárbaro*, como referência ao abandono das tradições romanas, atribuindo ao passado valor superior aos costumes presentes na sociedade de sua época. O bárbaro, em Tácito, representa a antítese do homem romano, apresentado como um espelho crítico da sociedade imperial por meio do contraste com as instituições germânicas¹⁵¹. Ao longo do século XVIII, os filósofos iluministas transformaram Tácito em um “inimigo ilustrado dos príncipes obscurantistas”:

¹⁴⁵ GAY, Peter. apud BARATA, Alexandre Mansur. *Op. cit.*, p.37.

¹⁴⁶ Era comum ao período conferir à Esparta, bem como à Atenas, o título de república, ainda que esta só venha a rugir mais tarde entre os romanos, em razão da sua estrutura cívica e social, bem como da mobilização dos cidadãos na tomada de decisões, o que caracteriza um vaticínio da época. Da mesma forma, a tradução do termo grego *politeía* (Πολιτεία) como república, por meio do diálogo platônico, suscitou confusões conceituais a respeito das noções de *res publica* e regime/forma de governo entre os leitores modernos.

¹⁴⁷ DÍAZ-PLAJA, Fernando. *Griegos y Romanos en la revolución francesa*. Madrid: Revista de Occidente, 1960, p. 10.

¹⁴⁸ HOFFDING, Harold. *Rousseau*. Madrid, 1931, p.163.

¹⁴⁹ DÍAZ-PLAJA, Fernando. *Op. cit.*, p.09.

¹⁵⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.167.

¹⁵¹ GIACOMONI, Marcello Paniz. *Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra Epitoma Rei Militaris, de Flavius Vegetius Renatus* [manuscrito]. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do

[...] Tácito havia ensinado aos leitores modernos o que era a tirania. Não há dúvida de que havia filósofos e moralistas, de Platão a Epiteto, que tinham coisas importantes a dizer a respeito deste termo. Mas os filósofos valem-se de termos abstratos. Tácito retratava indivíduos. Ele era tão lúcido, tão memorável, que nenhum filósofo poderia competir com ele. Foi Tácito que transmitiu a antiga experiência da tirania aos leitores modernos. Outros historiadores e biógrafos — como Diodoro, Suetônio e Plutarco — tinham muito menos autoridade: tinham sido incapazes de reproduzir um retrato convincente em tamanho original de um déspota. Tucídides, Xenofonte, Políbio, Lívio, Salústio competiam entre si pela atenção do leitor moderno na questão do governo republicano. Tácito não tinha rival na questão do despotismo”.¹⁵²

Assim como Tácito fazia suas críticas à sociedade imperial romana usando a figura alegórica do *bárbaro*, os filósofos iluministas, na medida em que procederam ao regate da historiografia taciteana, imprimiam a censura ao despotismo monárquico por meio do elogio a Roma Republicana e às virtudes cívicas de Atenas e Esparta. Nas palavras de Barata, “ao demonstrarem suas afinidades com a Antiguidade clássica, os filósofos iluministas reafirmavam a possibilidade de construir uma sociedade baseada na vitória da razão, do espírito crítico, da filosofia sobre um mundo marcado pela ignorância e pela superstição”¹⁵³, bem como da liberdade sobre o despotismo.

As ideias da Ilustração passaram a ter influência no contexto luso-brasileiro a partir do século XVIII, sobretudo com a ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de primeiro-ministro do rei D. José I (1750-1777), com vista a superar o atraso do Império português, sobretudo quando comparado aos grandes Estados europeus como França e Inglaterra, e encontrar uma forma de modernizar o país. Nesse contexto, o pertencimento às sociedades secretas como a maçonaria possibilitava meios de sociabilidade e de formação intelectual, além de atribuir prestígio social e reconhecimento como membro de uma comunidade marcada por princípios próprios da modernidade e ilustração. As lojas maçônicas contribuíram para a construção e mobilização das diversas forças sociais, representando um canal de divulgação do ideário liberal e também republicano.¹⁵⁴ Nestes meios, procedia-se o culto e estudo da Antiguidade, em razão das bases teóricas para a construção de um espaço de cultura política e representativa que esta fornecia, consistindo-se assim em locais marcados pelo debate de ideias, de onde se apresentavam noções de ordem social e política aos seus membros, contribuindo para a criação de uma esfera pública e cívica. “No fundo,

Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009, p.105
2011.

¹⁵² MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*, p.182.

¹⁵³ BARATA, Alexandre Mansur. *Op. cit.*, p.132.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.25.

portanto, era como cidadãos do mundo, ilustrados, habitantes de uma nova Roma que os maçons gostariam de ser vistos. Era na interseção entre luzes e sombras, entre virtudes e vícios, que a imagem do maçom se projetava.”¹⁵⁵

5 - O argumento de autoridade e a autoridade da Antiguidade

A historiografia em geral tratou o ensino jesuíta a partir da perspectiva de que este, por se encontrar na ponta de lança da reação contrarreformista, representaria um retrocesso medieval ante o progresso iniciado desde a Renascença à Modernidade. Contudo, ainda que sua pretensão fosse, de fato, defender a hegemonia católica diante do avanço protestante, os jesuítas não eram de todo refratários ao pensamento científico nascente. Estes promoveram a reformulação da escolástica enquanto absorveram elementos próprios do renascimento, como a dimensão humanista da formação, com vista à formação integral do homem, voltada para um conhecimento de ordem geral, no intuito de facultá-lo do conhecimento comum próprio à natureza humana.¹⁵⁶ Promovendo também apropriações de conjuntos de elementos provenientes da cultura antiga, procurando equilibrar essa herança às contingências do catolicismo tridentino, lançando mão dos “clássicos da Antiguidade para promover a instrução cristã, em lugar da literatura que lhe era contemporânea, já que esta se encontrava impregnada de anticatolicismo”.¹⁵⁷

Segundo Hansen, a instrução escolar jesuítica, prisioneira da orientação religiosa, estava calcada na repetição e na imitação dos textos clássicos greco-latinos, valorizando o exagero, os lugares-comuns, a retórica e a eloquência, de maneira que a instrução se encontrava subordinada à civilidade das aparências, “constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados”.¹⁵⁸ O ensino eloquente, retórico, imitativo, possuiria um caráter pretensamente ornamental e reprodutivista, tendo por objetivo a perpetuação da ordem patriarcal e estamental (e colonial, no caso dos demais domínios portugueses como o Brasil) da sociedade, perpetrando no cotidiano o aparato repressivo do Estado, a fim de inculcar a obediência à Igreja e ao Estado, reproduzindo a ordem social vigente.¹⁵⁹

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.139.

¹⁵⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, p.21.

¹⁵⁷ SAVIANI, D. *Op. cit.*, p.57.

¹⁵⁸ VILLALTA, Luis Carlos. *Op. cit.*, p.351.

¹⁵⁹ *Idem*.

A repetição de autores antigos, bem como a imitação destes, se insere num contexto onde o “lugar de fala”, o que segundo Certeau constitui uma instituição de dupla função, a qual se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros, articulando o discurso com um lugar social, através da relação da linguagem com o corpo social.¹⁶⁰ Uma vez que os discursos eram retoricamente produzidos, não correspondiam a uma categoria psicológica, do “eu” enquanto sujeito autônomo e autoral, mas a representações de posições hierárquicas do próprio estamento social, constituídas como um tipo ideal retórico evocado no intuito de transferir a *auctoritas* [autoridade] da sua posição institucional ao sujeito enunciador do discurso. O lugar de fala corresponderia ao lugar social do orador. Um lugar de poder e institucional, de maneira que, reconhecida a posição de onde se fala, as citações de autores greco-latinos, bem como de seus comentadores e das Escrituras, legitimavam sua posição na estrutura social e atribuíam autoridade ao discurso, na medida em que se reconhecia a autoridade daqueles que deviam necessariamente ser lembrados no ato de fala, segundo os gêneros, a circunstância e ao público a quem se dirigiam. Conforme a tradição retórica ciceroniana presente, com base no *De Oratore*, no qual o papel da memória na reunião das referências e exemplos a serem utilizados, organizados e memorizados anteriormente ao pronunciamento do discurso, encontra centralidade, de maneira que

o orador modelava o “eu” da enunciação aplicando “paixões” da *Ética Nicomaquéia*, de Aristóteles, e caracteres, constantes ou provisórios, de *Caracteres*, obra de Teofrasto, aluno de Aristóteles. O uso de citações latinas evidenciava a discrição letrada do “eu” da enunciação, que falava constituindo uma audição culta, enquanto reciclava exemplos de poetas (Virgílio, Ovídio, Horácio, Lucano), oradores e retores (Cícero, Quintiliano, Sêneca, Marciano Capela) e historiadores (Tácio, Tito Lívio, Suetônio, Políbio) como exemplos e avalistas da autoridade do que dizia¹⁶¹.

Segundo as práticas sociais próprias da sociedade moderna, existe o reconhecimento da individualidade dos agentes sociais, vinculadas à concepção iluminista de valorização da singularidade, da autonomia e da originalidade do pensamento, diante das quais prerrogativas como direitos autorais sobre a produção intelectual e noções correlatas, tais como plágio e crítica se fazem presentes. Diferentemente, pensamento intelectual presente no contexto luso-brasileiro nos séculos XVI, XVII e XVIII não possuía autonomia crítica, uma vez que caracterizava uma representação da estrutura hierárquica da sociedade preenchida por signos da autoridade construídos retoricamente no ato da fala. De maneira que deve se entender o autor do discurso como ente que autorizava a si

¹⁶⁰ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 76-77.

¹⁶¹ HANSEN. *Op. cit.*, p. 33.

mesmo como posicionamento hierárquico ao citar autoridades reconhecidas.¹⁶² Da mesma forma, em se tratando do público a quem se dirige o discurso, este não correspondia a um auditório composto por indivíduos autônomos, mas sim a estamentos sociais inseridos no corpo místico do reino.

O recurso à citação de terceiros como fonte de autoridade conferida ao discurso perpassa os anos que sucedem à supressão do ensino jesuítico, permanecendo ao longo do século XIX na tradição *bacharelesca* luso-brasileira. José Murilo de Carvalho atenta para a problemática abordagem a ser enfrentada em países pós-coloniais devido ao processo de dominação de longa duração e que encontra na importação de ideias seu ponto nevrálgico. Isso se deveria ao controle do sistema educacional por parte da metrópole, exercido por Estado e Igreja que no Brasil se caracterizou de forma mais rígida que nas colônias espanholas, com a restrição da criação de universidades e escolas superiores na colônia, obrigando os habitantes dessas regiões a buscarem na metrópole a graduação. Características próprias do ocidente ibero-americano, em contraste com o mundo anglo-saxônico, que no campo das ideias possuía visões de mundo, estilos de pensar, modos de discurso e práticas retóricas particulares.¹⁶³

Fazer uso de citações de autores estrangeiros entre as figuras letradas do contexto brasileiro oitocentista era uma prática comum.¹⁶⁴ Em sua análise sobre os debates realizados pelo Conselho de Estado Imperial, composto por um número pequeno de seletos homens (12 conselheiros, mais um ministro e o Imperador), que corresponderiam à parte mais elevada da elite política da época, Carvalho destaca que, em se tratando de grupo homogêneo, atestava-se a inexistência de um auditório diversificado e mal informado ao qual se poderia buscar convencer através de argumentos que conquistassem a adesão por meio da sensibilização ao exibicionismo e à erudição. Contudo, ali também “as falas eram marcadas por abundantes citações de autores estrangeiros, além de muitas expressões latinas”¹⁶⁵, o que não caracterizaria recurso ao impressionismo por parte de uma minoria intelectual diante de um público desprovido de instrução, cuja orientação se faria pela anuência concedida ao discurso procedente de um lugar de poder. Entretanto, diante da tradição argumentativa luso-brasileira, ainda que o orador não se dirigisse a um auditório ao qual se pretendia convencer através da petição de autoridade por meio de citações de terceiros, o lugar de fala continuava a constituir um lugar de poder inserido na estrutura

¹⁶² *Ibidem*, p.35.

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 2000, p.126-127.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.127.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.128.

social hierárquica ainda com traços do Antigo Regime e o discurso caracterizava uma representação desta mesma estrutura. Ainda que a produção autoral passasse a ser valorizada, os discursos permaneciam sendo produzidos segundo concepções a respeito da natureza humana, de maneira que os clássicos da Antiguidade continuavam a representar fonte de autoridade.

Diante desse contexto, o argumento de autoridade corresponderia a uma representação de posições hierárquicas, conferindo o poder simbólico presente na autoridade dos textos e autores a quem se evoca, bem como a autoridade do passado e da história, ao orador que dele se investe, autoridade esta reconhecida pelo auditório a quem o discurso se dirige. Segundo Chartier, a construção do dispositivo representativo, por meio de signos da força, apresentados de maneira que se acredite na força de que são efeitos, “opera a transformação da força em poderio (autoridade), da força em poder, e isso duas vezes, de um lado, modalizando a força em poderio e, de outro, valorizando o poderio em estado legítimo e obrigatório, justificando-o”.¹⁶⁶ Assim, mais que um recurso supérfluo, a referências a elementos da Antiguidade clássica corresponderia à construção do *éthos* simbólico do orador, conferindo-lhe autoridade e justificando sua posição desde seu lugar de fala.

Aristóteles, em sua obra sobre a Retórica, distinguiu três diferentes formas de argumentos: aqueles que são baseados no caráter do orador, qual chamou de *ethos*; aqueles baseados nas emoções do auditório, denominado *pathos*; e o discurso propriamente dito, baseado em argumentos lógicos, e lhe deu o nome de *lógos*.¹⁶⁷ De maneira que os argumentos estariam fundados em no caráter de quem fala, na condição de quem ouve e no próprio discurso, através da prova ou aparência de prova. Ao *éthos* corresponderia à imagem corporificada que o orador constrói de si e da qual se investe no ato do discurso, sendo a efígie que este apresenta ao seu auditório, incluindo seu caráter, sua personalidade, os traços de comportamento, a escolha de vida e dos fins, daí a origem da palavra ética.¹⁶⁸ O *éthos* é pessoa exposta diante do público, construída no e pelo discursivo, como parte componente dele, perfigurando-o, e que deve corresponder às expectativas do auditório sendo capaz de responder às perguntas e demandas deste último. De maneira que o *éthos* diz respeito a uma instância do saber específico, não próprio de um especialista, mas um saber ligado às virtudes gerais e à natureza, o que corresponderia a um *éthos*

¹⁶⁶ CHARTIER, Roger. *Poderes e limites Representação. Marin, o discurso e a imagem*. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.170.

¹⁶⁷ Cf.: ARISTÓTELES, *Retórica*.

¹⁶⁸ MEYER, Michel. *O que é a retórica?* In: _____. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007, p.34.

compartilhado por todos, universal, concernente a todos os homens, em que cada um deve poder se reconhecer, e ao qual pode se identificar, capaz de torná-lo ilustre e exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. Sendo assim, as virtudes morais, os bons atos, os talentos e a confiança sobre ele depositada, conferem ao orador uma autoridade, sua ética, seu “saber específico” de homem, dotado de conhecimento sobre as coisas dos homens, humanismo que corresponde a sua moralidade, que constitui sua fonte de autoridade. “O *éthos* é o orador como princípio [e também como argumento] de autoridade”.¹⁶⁹ Não obstante,

não podemos mais identificar pura e simplesmente o *éthos* ao orador: a dimensão do uso de palavra é estruturada de modo mais complexo. O *éthos* é um domínio, um nível, uma estrutura — em resumo, uma dimensão —, mas isso não se limita àquele que fala pessoalmente a um auditório, nem mesmo a um autor que se esconde atrás de um texto e cuja “presença”, por esse motivo, afinal, pouco importa. O *éthos* se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas.¹⁷⁰

Diante disso, a referência a autores clássicos greco-romanos, associado às instâncias passional e lógica da argumentação, corresponderia ao *éthos* discursivo que buscar levar o auditório a identificar-se com a fala do enunciador, a incorporar certo modo de ver o mundo, sendo levado a habitar o mesmo “mundo ético” deste¹⁷¹. A busca de autoridade discursiva através da invocação da Antiguidade associa-se ao lugar que esta ocupa no contexto intelectual da época, como fonte de exemplos a serem seguidos e berço do conhecimento universal. Nos clássicos encontra-se a matriz primitiva da sociedade ocidental, da civilização e do saber, assim, se apela à natureza, ao lugar primeiro das intenções humanas mais primitivas, como sendo um lugar de pureza e originalidade, anteriores aos desvios e aos vícios das sociedades posteriores, onde se edificaram os princípios que fundamentaram as civilizações seguintes, sendo estas suas tributárias.¹⁷² As sociedades antigas representariam a linguagem própria à natureza das coisas, tendo experienciado, primeiramente, o saber e as verdades, até que o vício o corrompesse e os destruísse, passando a representar os modelos a serem seguidos pelas civilizações vindouras. De maneira que mesmo os processos políticos em que seus agentes se viram como inaugurando um novo momento na história, como protagonistas de uma revolução, o retorno à Antiguidade se fez presente, a exemplo da Revolução Francesa, onde revolução

¹⁶⁹ *Idem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 35.

¹⁷¹ CAVALCANTI, J. R. *Considerações Sobre o Ethos do Sujeito Jornalista*. In: Motta, A. R. e Salgado, L. (Org.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p.174.

¹⁷² STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.*, p.97.

representaria recomeço, regeneração.¹⁷³ A isso se associa a própria visão a respeito do passado e da história que se possuía nos contextos luso-brasileiro entre os séculos XVI e XIX, que será analisada mais profundamente no próximo capítulo.

¹⁷³ *Ibidem*, p.96.

Capítulo II - Entre gregos e romanos: os antigos e a Nação brasileira

1 - O lugar dos antigos na afirmação dos modernos

Qual o lugar dos antigos na afirmação dos modernos? É com base nesse questionamento que se ampara a análise dos usos da Antiguidade clássica no discurso político da imprensa periódica sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX. Para isso, se faz necessária uma reflexão preliminar acerca das relações entre Antiguidade e o presente vivenciado pelos redatores dos referidos jornais, bem como um exame com respeito ao processo de leitura e interpretação dos elementos clássicos utilizados. Conforme destaca Vicente Kunst, o “contato que intelectuais estabelecem entre suas respectivas sociedades e suas visões sobre o mundo antigo não é privilégio do nosso escritor, nem mesmo de seu período – tal estratégia retórica é muito mais antiga”.¹⁷⁴ Diante disso, há de se ter em mente que as aproximações estabelecidas entre os diferentes períodos históricos têm origem a partir da leitura que os seus protagonistas realizaram não somente do passado, mas como avaliaram o próprio presente. Dessa maneira, não somente o passado interfere sobre o presente, mas também o presente influencia a nossa concepção acerca do passado.

Ainda que, segundo algumas linhas interpretativas da historiografia, toda e qualquer história seja uma história sobre o presente, posto que todo entendimento a respeito do passado está enraizado neste, assim como é suscitado por questões pertinentes ao contexto,¹⁷⁵ não se pode desprezar o fato de que o presente é fruto do passado, de maneira que este influi sobre as concepções existentes e prefigura as perspectivas contemporâneas. Por conseguinte, não se trata de limitar o passado ao presente nem de conferir autonomia ao primeiro, mas sim partir da mútua influência entre ambos, sem procurar lhes estabelecer fronteiras. A relação do presente com o passado se articula de diversas maneiras, e as marcas que aquele imprime a este são interpretadas e significadas de acordo com a especificidade do contexto e da cultura de cada momento, da mesma forma, a cultura de cada ambiente é também o resultado de uma construção, originada igualmente de um processo de interpretação e significação, pelo qual se configuram as memórias e se criam as identidades, com vista a explicar o passado para o presente e este para ele próprio, em

¹⁷⁴ KUNST, Rafael Vicente. *Op. cit.*, p.128.

¹⁷⁵ Cf.: CROCE, B. *Teoria y historia de la historiografia*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1955.

um cenário onde presente e passado comungam.¹⁷⁶ Assim, o universo cultural que compreende a formação dos indivíduos constitui as perspectivas destes sobre a forma como interpretam o mundo a sua volta, suas visões acerca do passado e do presente que vivenciam; da mesma maneira, as interpretações do passado prefiguram o contexto cultural alterando nossa realidade, podendo, então, modificar quem somos. Diante disso, as leituras e os estudos que realizamos nos conformam de alguma forma, assim como nós lhes atribuímos sentidos, significando-as, enquanto estas, de certa forma, também nos conferem significado.¹⁷⁷

O mesmo se aplica aos homens da imprensa na província do início do século XIX. Suas perspectivas a respeito do passado prefiguravam sua visão do presente, da mesma maneira que influenciavam a leitura que realizavam dos textos clássicos que, por sua vez, conferiam significado às interpretações de sua realidade. Essa reflexão pode nos orientar acerca do papel da Antiguidade clássica nos horizontes políticos oitocentistas, posto que a proximidade que os jornalistas analisados tiveram com os antigos não se restringia a meras glosas e instrumentos retóricos, como se poderia concluir prematuramente. Seus conhecimentos foram incorporados às suas experiências, interferindo no modo como eles interpretavam o mundo que os cercava, de maneira que “os povos antigos faziam parte do presente dos autores”, sendo, precisamente por eles, também moldados de acordo com as suas vontades e o seu contexto.¹⁷⁸

Quando falamos nos usos da Antiguidade clássica, temos por objetivo as formas de como não somente o arcabouço cultural antigo – a tradição clássica – foi apropriado pelos redatores dos jornais, mas também o espaço temporal que corresponde a ele e sua relação com o contexto em questão. Por sua vez, por tradição clássica entendemos o conjunto de elementos do passado greco-romano “herdados” e retrabalhados desde a Idade Média. Herdados mais no sentido de legado do que de transmissão, uma vez que, segundo Arnaldo Momigliano, a noção de herança seria inadequada para definir o modo como a história e outras atividades intelectuais originárias da Antiguidade chegaram até nós, pois os humanistas, desde os séculos XIV e XV, dedicaram-se a restituir a validade dos modelos antigos, resignificando-os, de maneira que se tratou menos de uma transmissão direta de

¹⁷⁶ KUNST, Rafael Vicente. *Op. cit.*, p.128.

¹⁷⁷ VERNANT, Jean-Pierre. *A Travessia das Fronteiras*. São Paulo: Edusp, 2009.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p.130.

um “legado” do que de escolhas conscientes.¹⁷⁹ A isso se associam os silêncios e a gravidade atribuídos a certos autores e obras, visto que nem todos os expoentes da Antiguidade foram investidos da mesma importância e divulgação, do que se denota uma opção, também em parte inconsciente, dos homens e do tempo.

Diante disso, a maneira como os jornalistas oitocentistas procedem a leitura de seu presente, pensando historicamente, dentro de uma lógica de sociedade que tem por objetivo o progresso e o desenvolvimento, pode ser vista como “uma confrontação permanente com os originais gregos e com aquilo que os romanos fizeram de seus modelos”,¹⁸⁰ uma vez que estes eram, antes de tudo, leitores dos antigos. Isso nos leva a procurar compreender como funcionam esses usos do passado, ou, ainda, de que modo a Antiguidade se institui como fonte de autoridade. É bem verdade que a prática da argumentação por paralelo, bem como o argumento de autoridade, constituía uma técnica recorrente nos manuais de retórica que fizeram parte da formação marcadamente humanista dos letrados brasileiros nos oitocentos;¹⁸¹ contudo, conforme o que foi visto no capítulo anterior, tal prática não se tratava de meros floreios; correspondia a uma instância da forma de pensar e interpretar a realidade hierarquicamente, segundo seu lugar de fala, afirmando sua posição nessa estrutura.

Não obstante, ainda que os jornalistas analisados reconhecessem o distanciamento entre eles próprios e a Antiguidade, é possível de se constatar a dimensão exemplar que os modelos greco-romanos desempenhavam, articulados a uma compreensão propriamente moderna de progresso, de maneira que o horizonte histórico descrito “formula-se a partir de um regime de escrita que instaura, sem cessar, a imitação, a comparação e o confronto com os antigos, perpetuando o diálogo entre os séculos”.¹⁸² O que corresponde ao modelo de história enquanto portadora de exemplos e ensinamentos, a chamada *historia magistra vitae*, que se oferecem à imitação dos leitores no presente.¹⁸³ Contudo, pode-se constatar uma relação entre a presença da autoridade dos antigos, como portadores de exemplos, com a formação de um conceito moderno de história, de maneira que a autoridade do

¹⁷⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. L'historiographie grecque. apud OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009, p. 54.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.* p,54.

¹⁸¹ Conforme dito anteriormente, a retórica ocupava uma posição privilegiada no currículo do ensino básico brasileiro e constituiu-se em um dos pilares da educação intelectual das gerações do século XIX, bem como desde a reforma universitária em Portugal, em 1772, tornou-se a disciplina obrigatória para admissão dos cursos superiores. O mesmo aconteceria com relação aos cursos jurídicos no Brasil a partir de 1827. Cf. SOUZA, R. A. *Op. cit.*

¹⁸² *Ibidem*, p.59

¹⁸³ *Ibidem*, p63.

passado, “num ambiente de disputas e indeterminação quanto aos modos possíveis de representar adequadamente esse passado, a partir das novas expectativas” elaboradas pelos homens de imprensa ao inserirem o passado numa ordem temporal singular.¹⁸⁴ De maneira que se pode falar na existência de certo “regime de historicidade”, conforme Manoel Luiz Salgado Guimarães, presente nesta forma peculiar de voltar-se para o passado, “o que impõe considerar maneira própria e específica de lidar com o tempo e seu transcurso, produzindo a este respeito um sentido e ao mesmo tempo uma explicação”.¹⁸⁵ Conceber a história enquanto “mestra da vida” significa supor, para além do pretense e necessário aprendizado com a história, a implicação de uma temporalidade na qual o passado e o presente possuem uma relação de proximidade e intimidade, de forma que se torna possível o aprendizado com os fatos sucedidos em outro tempo e inseridos em suas próprias conjecturas, servindo de referencial e horizonte para o tempo posterior e outras experiências humanas. Posto que se o passado em nada teria ou poderia ensinar aos homens de épocas futuras se acaso houvesse radicais distinções entre os diferentes momentos históricos, de maneira que cada época guardaria em si mesma seu próprio sentido e sua própria explicação.¹⁸⁶

As referências à Antiguidade não se tratam apenas da legitimação de autoridade como sinal de controle de certa erudição por parte daqueles que escrevem e pretendem o convencimento, mas também o fornecimento de exemplos de grandeza e fonte, de emulação para o presente com vistas ao futuro. Os homens da imprensa do XIX olhavam para o passado da Antiguidade clássica segundo um futuro que se projetava como sendo aquele decorrente do próprio movimento da história, conferindo sentido a esse futuro, enquanto um lugar de sucessão e progresso, possibilitando uma nova forma de encarar o passado, percebendo-o como referência e atribuindo-lhe certa utilidade pelo que poderia fornecer de ensinamentos ao presente, fazendo assim do aprendizado da história não somente algo necessário, como igualmente indispensável para o progresso do futuro, dando sentido a experiência do tempo. Nas palavras de Guimarães:

Somente quando tornados “contemporâneos”, rompendo a barreira do tempo e tornando o passado próximo do presente, a história pode, na perspectiva dos modernos, cumprir seu papel de mestra, fazendo dessa coleta sistemática das

¹⁸⁴ TURIN, Rodrigo. *Os Antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade Clássica no IHGB (1840-1860)*. Disponível em <http://acrh.revues.org/3748> Acessado 15 de novembro de 2014.

¹⁸⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As Luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota*. In: KURY, Lorelai. *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1914)*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007, p. 75.

¹⁸⁶ *Idem*.

exponenciais de outros tempos um empreendimento dotado de sentido e finalidade, e por isso justificável diante das demandas decorrentes de sua tarefa.¹⁸⁷

Conforme destaca Hartog, os antigos sempre existiram, mesmo para eles próprios, uma vez que a invocação dos antepassados, o *mos maiorum* romano, o conselho dos anciões (*gerousía* e *areópago*), existiam como modelo desejável a ser seguido, bem como estes povos procuravam escrever sua história e dela construir sua identidade, de acordo com as motivações do presente.¹⁸⁸ A noção de antiguidade é, portanto, relativa. Com a vitória de Roma, a Grécia passa a ser concebida como o princípio da Antiguidade, o berço (a metáfora do nascimento é conveniente) da filosofia e da razão, de maneira que muitos pensadores romanos atribuíam-lhe grande autoridade.¹⁸⁹ Os romanos, diz Hannah Arendt, “sentiam necessidade de pais fundadores e de exemplos autoritários também em matéria de pensamento e de ideias, aceitando os grandes antepassados na Grécia como em teoria, Filosofia e Poesia”.¹⁹⁰ De maneira que os romanos entendiam a si mesmos como tendo os gregos como seus antepassados – o que se relaciona com a própria fundação da cidade de Roma, por meio do troiano Eneias, de onde provém, como veremos adiante, a noção de autoridade entre os romanos.

Ainda segundo Hartog, se os antigos existem desde sempre, os modernos não. É somente com o Renascimento que estabeleceu a equivalência entre Antiguidade e mundo greco-latino pagão, quando se formula a antinomia antigo/moderno, que a partir deste ponto iria “desfazer-se e refazer-se no ritmo das ‘querelas’ que, em vagas sucessivas, escandiriam sua história”.¹⁹¹ Por conseguinte, o referido par antitético não é suscetível de *territorialização* (com ressalva aos meio acadêmicos), de maneira que tudo se passa na temporalidade, sendo “uma das formas por meio da qual uma cultura se relaciona com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, de conceder-lhe um espaço sem lhe ceder demasiado espaço”.¹⁹² Ou seja, a relação entre antigos e modernos não se situa alocada em um determinado momento histórico, mas se encontra na própria relação do tempo, conferindo ao passado permanente contraponto ao presente. É nesse ponto que o autor levanta a hipótese de que tais ‘querelas’ constituem uma busca por respostas, por meio do paralelo estabelecido entre antigos e modernos, traçando semelhanças entre a Antiguidade

¹⁸⁷ *Ibidem*, p.76.

¹⁸⁸ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003, p.118.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p.118-121.

¹⁹⁰ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990, p.167.

¹⁹¹ HARTOG, François. *Op. cit.*, p122.

¹⁹² *Idem*.

e a sociedade de cada contexto, em momentos de crise intelectual, caracterizada por “um regime de historicidade sob o qual se viveu [que] esboroa-se, rompe-se ou vacila e nada se divisa ainda, não se sabe ainda dizer o que virá, quer se procure apressar-lhe o advento ou, ao contrário, retardar sua emergência, quer se o espere ou se o tema”.¹⁹³ Assim, os antigos foram encarnados e reencarnados de diferentes formas ao longo da história, invocados sempre que “algum grupo ou mesmo indivíduos isolados encontravam neles algo de significativo”, sejam “lições, semelhanças, desafios ou mesmo o simples atrativo do exótico”,¹⁹⁴ crendo ser a autoridade neles contida capaz de resolver uma contenda, por fim a um conflito, dissipar a insegurança. Os anos que corresponderam ao Primeiro Reinado, e os conflitos que se seguiram à Independência e que marcaram as sessões da Assembleia Nacional Constituinte – e sua conseqüente dissolução pelo Imperador –, desencadearam novas insurreições em diferentes regiões do país, cuja oposição ao autoritarismo de Dom Pedro acabou por levá-lo a abdicar. Isso deu início a um período de disputas pelo poder em diferentes setores da sociedade brasileira. Este tempo caracterizou-se como um momento de crise política e social que acabaram por se refletir no campo intelectual, onde os homens passaram a interpretar e conceituar o que se experienciavam e projetar o que estaria por vir.

A busca por respostas capazes de promover a estabilização daquele momento histórico de incertezas ante o futuro da Nação levou aqueles homens de política a conectar a sua realidade à Antiguidade. Nos embates políticos levados à estampa pelos periódicos em circulação na província, gregos e latinos eram recorrentemente invocados a fim de que a autoridade neles contida fosse capaz de resolver uma contenda entre opiniões divergentes ou de justificar determinado posicionamento. E isso se associa ao universo intelectual em que estes homens estavam inseridos, um contexto em que os antigos gozavam de grandes prerrogativas, sobretudo como fonte de ensinamentos. Contudo, a opção por determinado conhecimento dos antigos e a forma como estes são usados na formulação dos argumentos se justifica a partir da perspectiva de história de seus autores.

De acordo com a perspectiva de uma história em que o passado corresponde a um local de saber, oferecendo, pelo uso de exemplos, conhecimento para interpretação e explicação do presente, o que se buscava era, por meio da emulação – e não a simples imitação – de práticas próprias da Antiguidade, alcançar o progresso e a prosperidade, de maneira que o futuro passa a ser visto com maior otimismo estando apoiado nos

¹⁹³ *Ibidem*, p.122-123.

¹⁹⁴ KUNST, Rafael Vicente. *Op. cit.*, p.131.

referenciais antigos,¹⁹⁵ na experiência do passado. “Fazendo o que os próprios antigos praticaram, poderemos ocupar um posto nessa cadeia de melhoramentos. Nem tudo foi dito, portanto, e não estamos destinados exclusivamente a comentários e glosas”.¹⁹⁶ Encontrando paralelo em sua própria histórica com a de gregos e romanos, seria possível traçar uma trajetória para a Nação brasileira que se encontrava naquele período em um momento de *stasis*,¹⁹⁷ ao qual, assim como na História Antiga, se seguiria um período de prosperidade e progresso. Assim, buscar exemplos e semelhanças nos antigos era também um exercício de contar a própria história do Brasil, com seus heróis e líderes, que despontavam em momentos de conturbação, e situá-la temporalmente na própria história da civilização. Contudo, essa visão do tempo como portador de progresso estava inscrita em uma concepção mais ampla, a da história como ciclo, de maneira que, uma vez tendo-se atingido o ápice de desenvolvimento, só se pode tornar a descer.¹⁹⁸ A história neste contexto assume uma perspectiva cíclica na medida em que os episódios do passado se repetem, conferindo valor à experiência do passado. Essa perspectiva cíclica estaria inscrita, ao mesmo tempo, em uma dimensão de história evolutiva, visto que o processo de desenvolvimento das sociedades humanas apresenta a mesma forma sequencial e *etapista* (indo da origem à decadência), tendo o progresso e a civilização como fim, e após este, o declínio e colapso social. Não obstante, esta noção de temporalidade está circunscrita por uma concepção que ao mesmo tempo em que anulava as distâncias existentes entre o passado e o presente, igualmente situava a Antiguidade como a origem e, por isso, juventude do mundo, próxima à natureza das coisas.

Retomando o questionamento com o qual se iniciou o presente capítulo, Hartog, de forma semelhante, teorizou a respeito do que significou a Antiguidade para os protagonistas da Revolução Francesa – que seria última grande querela dos antigos e dos modernos. Para o autor, tratou-se de uma querela política, centrada sobre a questão da liberdade, onde os revolucionários lançaram mão de modelos das repúblicas antigas tendo como pretensão a inauguração de uma nova época. Diante disso, não se tratou de um “retorno” ao Mundo Antigo, mas sim da instauração de uma nova relação com uma

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.132.

¹⁹⁶ HARTOG, François. *Op. cit.*, p.125.

¹⁹⁷ Moses Finley define o termo como o “conflito entre partes” de uma sociedade política – expressão que usa como tradução livre do termo. Para o autor, este conflito seria essencial à continuidade de sua existência e ao seu bem-estar, sendo um grande equívoco encarar de forma pejorativa todos os exemplos nas *polis* gregas quanto o seria denegrir a política contemporânea, uma vez que somente em *Utopia* existiu uma sociedade sem qualquer dissensão a respeito de questões contingentes à organização político-social. FINLEY, Moses. *O legado da Grécia*. Uma nova avaliação. Brasília: Editora UnB, 1998, p.34. O

¹⁹⁸ HARTOG. *Op. cit.*, p.125.

Antiguidade, então redescoberta e diversamente questionada.¹⁹⁹ Da mesma forma, o que à primeira vista poderia parecer paradoxal, em se tratando de pessoas e um movimento que se dizia revolucionário, ao pretenderem inovar como uma vanguarda de um novo tempo, a referência à Antiguidade, antes de tudo, oferecia um “contexto e uma linguagem para conceber e desenhar um espaço político ainda inédito, para designar e apropriar-se do político como tal”.²⁰⁰ Como assinala Hannah Arendt, os membros da Assembleia francesa não possuíam nenhuma experiência prévia em que se pudessem basear, “apenas ideias e princípios não testados pela realidade para guiá-los e inspirá-los, e todos esses tinham sido concebidos, formulados e discutidos antes da revolução”.²⁰¹ À vista disso, eles tinham uma dependência maior das lembranças da Antiguidade, apropriando-se da linguagem política e mais do que da experiência e da observação concreta do passado, de maneira que

eles se voltaram para o estudo de autores gregos e romanos, não – e isso é decisivo – em razão de qualquer sabedoria eterna ou beleza imortal que os próprios livros pudessem conter, mas quase que exclusivamente com o propósito de conhecer as instituições políticas sobre as quais davam o seu testemunho.²⁰²

Portanto, para a autora, foi a busca da liberdade política, e não da verdade, que levou os revolucionários de 1789 a voltarem-se para a Antiguidade em busca de elementos concretos que os fizeram idealizar e almejar essa liberdade.²⁰³ Hartog, por sua vez, atribui maior peso à experiência do passado, ao afirmar que

ao contrário do procedimento moderno do historiador, que postula e produz diferença entre um passado e um presente, os revolucionários procuravam fazer que o passado “viesse” para o presente: invocavam-no, evocavam-no, convocavam-no na imediatez do presente, na urgência, senão na angústia. Ganhavam assim o poder de “reconhecer-se” em Licurgo, por exemplo, e de encontrar palavras para exprimir o inédito de sua própria ação, ou ao menos de crê-lo. Praticavam, em suma, o paralelo, e desenvolviam também eles o tópos da *historia magistra vitae*. Ainda uma vez, não se tratava de imitar para reproduzir, mas de apelar aos antigos para que ajudassem a dar forma ao seu próprio presente, a dizê-lo e a agir sobre ele, no preciso momento em que todas as balizas vacilavam, sem se darem conta de que o próprio tópos estava em vias de vacilar.²⁰⁴

Em razão desse paralelo estabelecido, os jacobinos, segundo o autor, teriam cometido o que iria tornar-se *a falta maior da disciplina histórica nascente*: o anacronismo, ao postular uma temporalidade homogênea e indiferenciada. Da mesma forma, as referências

¹⁹⁹ *Ibidem*, p.143.

²⁰⁰ *Ibidem*, p.144.

²⁰¹ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p.96.

²⁰² *Ibidem*, p.98-99.

²⁰³ *Ibidem*, p.99.

²⁰⁴ HARTOG. *Op. cit.*, p.144.

à Antiguidade clássica, presentes nos períodos da primeira metade do século XIX, estabeleciam pontes temporais entre o passado e o presente em questão, buscavam reconhecer-se por meio de invocações e evocações e nelas encontravam orientação diante das incertezas do devir e base fundamental para os suas formulações teóricas. A Antiguidade para estes era considerada um lugar de autoridade, uma vez que foram gregos e romanos aqueles que pela primeira vez estabeleceram os princípios da sociedade civil tendo por modelo nada além da natureza, de maneira que esta “luz primitiva”²⁰⁵ conferia a estes a espontaneidade do desabrochar humano. A Grécia era a terra dos começos.²⁰⁶

Segundo o conceito de autoridade existente entre os romanos, conforme exposto por Hannah Arendt, este estava associado ao caráter sagrado de sua fundação. Em Roma, desde o início da República até o final do Império, prevalecia esta convicção de que, uma vez que alguma coisa tenha sido fundada, esta permanece obrigatoriamente para todas as gerações futuras.²⁰⁷ Com vistas a isso, participar da vida política em Roma significava, antes de qualquer outra coisa, preservar a fundação da cidade – a isso explicaria o porquê de Roma, diferentemente das *poleis* gregas, ao invés de estabelecer colônias em diferentes regiões, em razão da incapacidade de se conseguir repetir o ato sagrado de sua fundação, seu processo de colonização se deu através da expansão dos limites da fundação original ao longo de toda a península itálica e do mediterrâneo. Tal fundação se investe de caráter sagrado na medida em que, segundo a tradição mítica, Eneias, príncipe troiano, fugira à queda de Tróia levando consigo o espírito trôade que ressurgia no solo italiano, investindo, assim, o aspecto político da cidade de caráter religioso.²⁰⁸ Ainda conforme Arendt, a essa dimensão religiosa corresponderia, precisamente, o ato de religar (*religare*), ou seja, restabelecer a ligação com o passado, que devido ao esforço sobre-humano do qual a cidade se originou, constituíram bases sólidas que projetaria Roma à eternidade. Diante disso, a atividade política possuía um aspecto religioso, uma vez que conduzir a administração pública correspondia à manutenção do momento fundacional. É nesse contexto, como destaca a autora, que a palavra e o conceito de autoridade aparecem: “*auctoritas*”, derivada do verbo “*augere*”,²⁰⁹ que significa aumentar, de maneira que à

²⁰⁵ STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.*, p.97, 138.

²⁰⁶ HARTOG, *Op. cit.*, p.146.

²⁰⁷ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, p.162

²⁰⁸ *Ibidem*, p.163.

²⁰⁹ Pierre Grimal define o caráter sagrado que é conferido à *auctoritas*, pertencendo a esta toda uma família de termos de ressonância religiosa, como em *augustus* (divino), título dado em 27 a.C. pelo Senado romana a Otávio, que venceu seu adversários triúmviros, possuindo, pois, o poder de fato, faltando-lhe apenas o poder de direito, adquirido através da outorga desta honraria. Da mesma forma, no centro deste grupo semântico encontra o verbo *augere*, o qual o autor traduz por “crescer”, “aumentar”, semelhante ao sentido profano que

autoridade corresponde ampliar a fundação.²¹⁰ Por conta disso, eram os anciãos aqueles que eram dotados de autoridade, pois estes estavam mais próximos e descendiam daqueles que haviam lançado as bases fundacionais de todas as coisas futuras. Nesse sentido, a autoridade era sempre derivativa e tinha suas raízes no passado: a autoridade dos vivos derivava dos mortos. Por conseguinte, em vista desta dimensão revulsiva, se coloca o contrato com a esfera autoral, fazendo de autores um perfeito antônimo de artífice, aquele que constrói. Contudo, *actor* significa a mesma coisa que o “autor”, de maneira que ao autor não corresponderia necessariamente o construtor, mas sim aquele “que inspirou toda a empresa e cujo espírito, portanto, muito mais que o do efetivo construtor, se acha representado na própria construção”. Com efeito, o autor é aquele que aumenta a expressão daquilo que nele foi inspirado.²¹¹

Diante disso, a referência aos antigos conferia de autoridade o discurso na medida em que a esta correspondia à matriz primeira, estando conforme a natureza própria das coisas. A autoridade dos antigos provinha de seu lugar enquanto fundadores do mundo Ocidental. Em vista do que foi até agora apresentado, a análise que se fará dos periódicos será no sentido de avaliar a forma como os homens da imprensa rio-grandense da primeira metade do século XIX interpretaram a Antiguidade clássica e como esta foi utilizada para explicar o contexto vigente, oferecendo exemplos e modelos a serem seguidos. Assim, o capítulo se dividirá entre as concepções de decadência moral do cenário nacional durante a Regência, a importância conferida às leis para a constituição das Nações, os modelos políticos de organização da sociedade e os exemplos oferecidos pelos antigos como instrumento de moralização.

acabou adquirindo o termo, ainda durante a época clássica, em seu uso cotidiano, mas que conservava laços com o sagrado. Conforme o autor “nada do que se produz ou cresce no mundo o faz sem a vontade ou a autorização dos deuses. A força que dá origem tanto aos seres quanto aos acontecimentos provém das divindades”. Desta expressão de depreende a noção de “augúrios”, presságios permitem adivinhar a presença dessa força que possuem as divindades, o que fazia com que na Roma antiga, a procura dos sinais, dos augúrios, fosse uma instituição do Estado, conferida à sacerdotes, chamados áugures, que detinham os segredos de sua interpretação. Com efeito, esperava-se obter o conhecimento do porvir e saber o que os deuses fariam “crescer”. Cf.: GRIMAL, Pierre. *Os erros da liberdade*. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1990, p.36-37.

²¹⁰ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, 1997, p.163-164.

²¹¹ *Ibidem*, p.162-166

2 - Das Leis à Decadência

Segundo Nestor Ericksen, *O Noticiador* foi o primeiro jornal “aboliconista” da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.²¹² Ainda que atribuir tal caráter ao periódico possa parecer demasiado, uma vez que suas pretensões políticas não se limitavam unicamente à extinção da escravatura, desde cedo em suas publicações este manifestou seu posicionamento quanto à existência de tal instituição e ao quão danosa era ao bem-estar da Nação. Em matéria da sessão *Interior*, em página de capa do segundo número do jornal é traçado um comentário sobre a Lei de 07 de novembro de 1831, que determinava por parte da Inglaterra o fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, declarando livres os africanos desembarcados em portos brasileiros desde aquela data. Em seu texto, o jornal manifestava grande apoio à promulgação da lei, ressaltando o quanto seus redatores apressaram-se por levar a público em suas páginas as disposições da referida legislação que “proíbe, debaixo de certas penas, o vergonhoso contrabando de carne humana, medida desde muito altamente reclamada pela justiça, pela moral, e pela política, e vivamente desejada pelos verdadeiros amigos da prosperidade nacional”.²¹³

A lei de 07 de novembro de 1831 ficou conhecida na época pelo jocoso epíteto de “lei para inglês ver”, dada à inexistência de órgãos fiscalizadores do Estado com vistas a garantir o seu cumprimento. A este ponto, o jornal já alertava para o seu descumprimento, havendo

[...] em todas as províncias marítimas, vis especuladores valendo-se da fraca vigilância do governo [que] estão a cada passo infringindo o tratado celebrado com a Inglaterra, e continuando o infame tráfico com mais escandalosa impudência; e o Brasil se vai cada dia mais sobrecarregado do tão funesto gérmen da corrupção, e imoralidade, capaz de o reduzir a um verdadeiro estado de bruteza; em quanto eles aferrolham em seus cofres o vil preço de sua sórdida avareza. O que sobretudo admira é, que muitos dos que mais parecem detestar a selvática raça, e dela mais se têm mostrado receosos, em todas as nossas comoções políticas, são os que se têm declarado mais opostos à extinção do bárbaro comércio: tanto é certo, que o homem quando arrastado pela insaciável sede das riquezas, é inconsequente, é injusto, é desumano, é suscetível, em suma, de toda a casta de alentado, e de atrocidade. *Quis non mortalia pectora cogis, auri sacra fames*.²¹⁴!²¹⁵

²¹² ERICKSEN, Nestor. *Op. cit.*, p. 73.

²¹³ O NOTICIADOR, nº2, 6 de janeiro de 1832, p.5.

²¹⁴ A referência a esta citação de Virgílio se encontra em *Eneida*, 3.58-59, e pode ser traduzida como “*A que não obriga os corações humanos, ó sagrada (maldita) fome de ouro?*”. O texto do autor romano refere-se ao episódio em que o filho de Príamo e Hécuba, Polidoro, é morto por Polimêstor, rei da Trácia. Durante a Guerra de Tróia, Príamo, prevendo a queda de sua cidade, enviou seu filho aos cuidados de Polimêstor, seu genro, casado com Ilíone, sua filha mais velha, para que o protegesse durante a guerra e o educasse. Junto dele, o rei troiano enviou grande tesouro, para garantir a Polidoro uma existência compatível com sua condição de príncipe se os troianos fossem derrotados. Quando chegou à Trácia a notícia de que Tróia estava prestes a ser

No libelo acima transcrito, encerra-se o referido parágrafo com uma citação de Virgílio, extraída de sua obra maior, *Eneida*, poema épico que canta as armas do varão assinalado pelos deuses, Eneias, que da Tróia prófugo, à Itália trouxe-lhe o destino (fado, em latim *fatum*), desafiando a vontade dos deuses, tendo contraído a sua ira sobre si, e fundaria nesse solo a cidade de cuja nação latina vem a sublimada Roma.²¹⁶ Tal citação carece de referência por parte do jornal, sem que este atribua ao seu autor original a devida menção; tampouco apresenta de onde em sua obra a frase fora retirada. Da mesma forma, o texto impresso não traz uma tradução para o referido excerto.

Disso podem-se aferir algumas características a respeito do contexto jornalístico do período, bem como da formação intelectual de seus produtores e consumidores. Primeiramente, a falta de referência a Virgílio, além de indicar certa familiaridade com a epopeia clássica, também manifesta a proximidade do comentador, bem como de seu auditório, com a língua latina, de maneira que a tradução do fragmento *virgílico* se fez desnecessária.

Contudo, é preciso cautela ao se considerar tais conclusões, ficando, pois, na esfera do provável, uma vez que em outros periódicos da Província do mesmo período se pode verificar a presença de tradução das citações em latim, bem como era recorrente fazer uso das palavras de terceiros sem que se apontasse sua autoria. Da mesma forma, conforme a tradição escolástica, na qual ressoava a literatura clássica, se costuma repetir frases e passagens de autores consagrados, sendo possível, assim, que se tenha conhecimento de fragmentos da *Eneida*, seja por meio de discurso e sermão de outrem, ou por textos de comentadores, sem que jamais a tenha lido. Não obstante, é sabido que a obra de Virgílio, e de outros autores clássicos, circularam o território rio-grandense, como se verifica em um anúncio publicado pelo jornal *O Mensageiro*²¹⁷, de 8 de janeiro de 1936, na sessão *Avisos*:

derrotada, Polimêstor assassinou seu hóspede, degolando-o, para se apoderar do tesouro, sepultando-o na costa Trácia. Quando Eneias chega à região, ele e seus companheiros cortavam ramos de árvores que haviam crescido sobre o local que servira de sepultura para Polidoro, para adornar o altar onde se realizava um sacrifício, gostas de sangue dos ramos começaram a cair, ouvindo-se então uma voz implorando que o parassem de dilacerar e se poupasse o finado, revelando-se a Eneias ser Polidoro, e que ali se encontrava seu túmulo, de cujas árvores haviam nascido das lanças que o tinham atingido quando Polimêstor o mandou matar. Prosseguindo, Polidoro exortou Eneias a desistir de fundar uma cidade naquele lugar poluído pelo sangue derramado. Seguindo o desejo da voz, Eneias prestou-lhe as honras e deixou a região, seguindo para Itália.

²¹⁵ NOTICIADOR, nº2, 6 de janeiro de 1832, p.5.

²¹⁶ VIRGÍLIO. *Eneida*, I.6-19.

²¹⁷ *O Mensageiro* foi o primeiro periódico oficial dos farroupilhas a existir na Província – seguido por *O Americano*, *A Estrela do Sul* e *O Povo* – durante a presidência interina de Marciano José Pereira Ribeiro, quando da tomada de Porto Alegre pelos farrapos, em 20 de setembro de 1935, sendo posto em circulação no dia 3 de novembro do mesmo ano, deixando de ser publicado seis meses depois, em 3 de maio do ano seguinte, no

Na Rua da Graça, na casa de Antonio Alvares Pereira Coruja [...] se vende os livros seguintes: Syntaxe de Dantas, Dictionarios Francezes da Academia, Obras grandes de Virgilio, Eutropio, Horacio, e Phedro, Orothographia de Madureira, Dictionarios de Moraes 4ª Edição, Magnus Lescicon Latino, 6 volumes da Colleção de Leis do Brasil, e Dictionario Geographico de Vosgien, e Compêndios de Grammatica Nacional.²¹⁸

A censura à desenfreada busca por riquezas, capaz de arrastar os homens às práticas mais inconsequentes e atroz, presente na condenação feita pelo jornal ao comércio de escravos, manifesta o mesmo teor e premissa presente em diversos autores clássicos, tais como Platão, Políbio e Tito Lívio, além de autores renascentistas e modernos, como Dante Alighieri, Montesquieu e Rousseau, que procuram explicar a razão da decadência de uma sociedade, conferindo à ânsia por riquezas em excesso o elemento que arrastaria as sociedades à ganância e à opulência do luxo, entregando-as aos excessos.²¹⁹ Para os pensadores da Antiguidade, a ruína estava associada a diferentes esferas da sociedade, atrelada a modificações em nível econômico e cultural que, por sua vez, acarretariam transformações no nível político, sinal da decadência.²²⁰

Fatores como invasão de inimigos, derrotas militares e também o comércio, poderiam influenciar no universo “espíritual” da cidade, corrompendo os costumes e a moral de seus habitantes. As cidades gregas eram fundadas nas regiões mais elevadas, o que facilitava a sua defesa, de maneira a melhor observar a aproximação de inimigos. Reservavam também uma faixa de terra despovoada ao longo de seus limites, distanciando-se assim do litoral, no intuito de proteger-se da influência estrangeira e de ideias estranhas que comprometeriam a harmonia e o equilíbrio estabelecidos. Da mesma forma, Cícero, em *Da República*, dando voz à Cipião, elogia a sabedoria dos antepassados romanos que, a fim de evitar tais riscos, fundaram a *urbe* longe do litoral,²²¹ resguardando-os assim, pois os

seu 48º número. Era impresso na tipografia de V.F. de Andrade, localizada na Rua da Ponte na capital, no formato 22 x 32, tendo como redator Vicente Xavier de Carvalho, de linha moderada, que até assumir a redação do jornal atuara como professor de francês nesta cidade, tendo se exilado no Rio de Janeiro a partir de 1836 após a retomada de Porto Alegre pelas tropas imperiais. Conforme: SILVA, Jandira M.M. da. *Op. cit.*, p.59; BARBOSA, Abeillard. *Op. cit.*, p.62; ERICKSEN, Nestor. *Op. cit.*, p. 26.

²¹⁸ *O Mensageiro*, nº 19, 8 de janeiro de 1936, p. 76. Por se tratarem de títulos de livros, optei por transcrever conforme impresso no jornal, sem adaptar o texto à ortografia atual. Além da referência a obras de Virgílio, encontram-se menções a outros nomes provenientes da Antiguidade clássica: Flávio Eutrópio, historiador romano do século IV d.C., autor de *Breviarium historiae Romanae*, um compêndio da história de Roma, de sua fundação até a subida do Imperador Valente ao trono; o poeta Horácio, que com frequência é citado nas páginas da imprensa do período; e Fedro que, ao que tudo indica, se trata do fabulista romano do século I d.C., Caio Júlio Fedro.

²¹⁹ VEYNE apud GIACOMMANI

²²⁰ GIACOMONI. *Op. cit.*, p. 116.

²²¹ VARGAS, A. Z. *Usos da Antigüidade: imprensa, civilização e decadentismo no sul do Brasil republicano*. Liber Intellectus, v. 02, p. 02, 2007, p.6.

pontos próximos às costas não seriam apropriados para fundar cidades as quais pretendem alcançar estabilidade e poderio, visto que as cidades marítimas estariam expostas, não só a frequentes perigos, mas a toda má sorte de acontecimentos. Igualmente, também são “frequentemente, nas cidades marítimas, a mudança e a corrupção dos costumes, pois os idiomas e comércios estranhos não importam unicamente mercadorias e palavras, mas também costumes, que tiram estabilidade às instituições dessas cidades”.²²² Esta teria sido a razão da decadência de Cartago, pois os próprios habitantes de cidades litorâneas seriam pouco afeitos aos seus lares, errando seus espíritos ao soprar dos ventos nas ondas do mar, de onde provém a dispersão dos cidadãos, convidados a navegar pela sedução do enriquecimento, amolecendo os homens, que abandonam assim o cultivo dos campos e o prazer das armas, esquecendo-se de suas obrigações militares. A proximidade do mar, com suas importações, atrairia para as cidades contíguas ao mar os vícios provenientes dos encantos dos sítios marítimos, que parecem “convidar à preguiça e ao fausto e a todas as corrupções enervadoras do ócio”.²²³

Igualmente, Tito Lívio procurou retratar as possíveis causas para a decadência dos costumes dos ancestrais de Roma, assumindo um discurso moralizador, ao considerar aqueles que seriam os genuínos valores romanos do passado, no presente então esquecidos, baseados no ascetismo, na frugalidade (*frugalitas*), na antiga e nobre pobreza (*paupertatis*), na contenção individual (*parsimonia*), na devoção filial para com os deuses (*pietas*) e na rusticidade quase incorrupta dos antigos varões da *Urbes*.²²⁴ Lívio atentava para os riscos dados à exaltação das riquezas materiais, por parte da aristocracia romana, causadora da avareza (*avaritio*), considerada responsável pelas discórdias civis entre seus membros,²²⁵ que encaminhara a República para os seus estertores. Para o autor paduano, o princípio da decadência de Roma se deu com a entrada de riquezas do Oriente em sua cidade, tendo o luxo estrangeiro na esteira do exército da Ásia penetrado o seu interior, sendo “ele quem introduziu na cidade os leitos adornados de bronze, os tapetes preciosos, os véus e tecidos delicados, [...] sendo toda essa extravagância apenas a semente da futura luxúria que estava por vir”.²²⁶ Políbio, por sua vez, enfatiza que as riquezas que afloraram após as vitórias nas Guerras Púnicas significaram a ruína futura de Roma, pois uma vez que uma sociedade política atravessasse incólume “*por muitos e grandes perigos*” e ao final obtém supremacia e

²²² CÍCERO, *Da República*, II. 3-4.

²²³ Idem.

²²⁴ COLLARES, Marco Antonio. *Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio*: livros 21-30 / Marco Antonio Collares. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p.89.

²²⁵ Idem.

²²⁶ TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*, XXXIX. 6. 186b-c.

soberania incontestes, obviamente sob a “influência da prosperidade generalizada, a vida em tal sociedade passa a ser mais extravagante”, devido ao “amor do poder e ao demérito inerente à obscuridade, bem como à ostentação do modo de viver e ao exibicionismo insolente da riqueza”.²²⁷ De mesma forma, Salústio confirma a interpretação de Políbio, pois com a submissão de Cartago, ficaram livres todos os mares e terras ao domínio romano, de maneira que a fortuna começou a mostrar-se cruel e a modificar tudo, a começar pelo aumento da ânsia de poder (*imperi*), seguido de riquezas (*pecuniae*), correspondendo, pois, ao pasto que alimenta todos os males.²²⁸ “Efetivamente, a avareza subverteu a confiança, a probidade e todas as outras boas qualidades; ensinou, em vez delas, a soberba, a crueldade, o desprezar os deuses, o considerar tudo venal”.²²⁹

Quanto à corrupção pela riqueza, no tocante a Platão, no diálogo de *As Leis*, este descreveu as comunidades pastoris, habitantes do alto das montanhas, que teriam sobrevivido à catástrofe do “dilúvio” que destruíra grande parte da humanidade, como sendo composta por homens cândidos e de boa índole, que desenvolveram entre si laços amistosos, dado o seu isolamento, e que desfrutavam da qualidade e da abundância de víveres, não sendo, pois, nem ricos, uma vez que não dispunham de ouro e de prata, nem pobres, de maneira que não eram impelidos pela pressão da pobreza a brigarem entre si,²³⁰ uma vez que “a comunidade que não conhece jamais nem a riqueza nem a pobreza é geralmente aquela na qual se desenvolvem as personalidades mais nobres, pois aí não há espaço para o crescimento da desmedida (*hýbris*) e da injustiça (*adikía*)²³¹, das rivalidades e das invejas”.

Não obstante, conforme destaca Paul Veyne, Platão não tinha dúvidas quanto à superioridade dos homens ricos sobre os pobres e de suas prerrogativas naturais em comandar os segundos. Contudo, sua crítica se dirigia aos ricos ociosos de seu tempo, aquilo que qualifica de oligarcas – uma vez que, diante de suas concepções de sociedade, não quis conferir-lhes o título de aristocratas –, por estes buscarem mais o enriquecimento pessoal, ao invés de dedicarem seu tempos às atividades administrativas e cívicas, que classifica como *lazer*, entregam seu tempo à cupidez e ao modo vicioso, aquilo que chamou por trabalho²³²: Platão jamais teve a menor simpatia pelas práticas comerciais e suas

²²⁷ POLÍBIO. *História*, VI. 57.

²²⁸ GIACOMONI. *Op. cit.*, p. 126.

²²⁹ SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 10, 22.

²³⁰ PLATÃO, *As Leis*, III, 679b-c.

²³¹ VARGAS. *Op. cit.*, p.7.

²³² VEYNE, Paul. *Os gregos conheceram a democracia?* Diógenes. Brasília, 6, p. 57-62, jan-julho 1984, p.71.

restrições visam evidentemente a refrear a cobiça por ouro e a prata, seguida do excessivo enriquecimento individual privado, de maneira que existisse por parte do Estado controle das transações e inclusive do aumento das fortunas privadas, que como já foi dito e reiterado, em lugar de aproximar o cidadão da virtude, dela o afastavam.²³³ Aristóteles, igualmente, afirmava que a cidade não deveria se comportar feito um comerciante, que ama o dinheiro e não julga ter o bastante, devendo pois ter dimensões suficientes para dar aos habitantes condições de viver livre e moderadamente, fruindo ao mesmo tempo de lazer.²³⁴ Conforme concluiu Veyne, a importância da participação dos cidadãos, a militância cívica, associa-se ao tema do luxo e da decadência “que encheu bibliotecas, de Sólon e Platão a Rousseau, passando por meio milênio de ‘decadência’ de Roma, de Catão a Elagábalo ou a Rômulo Augusto”, aquilo que o autor diz ser uma “sociologia ingênua”.²³⁵

De forma semelhante, o jornal *Correio da Liberdade*, em um artigo intitulado “*A sede das riquezas, que produz a grandesa dos Impérios é também a origem da sua ruína*”, manifesta seu olhar quanto ao acúmulo de riqueza como sendo a raiz da desigualdade política e da transformação do regime aristocrático em despotismo:

Nada há mais fácil a traçar, que os diversos degraus, pelos quais uma Nação passa da pobreza à riqueza, da riqueza à desigual partilha dessa mesma riqueza, desta desigual partilha ao despotismo, e do despotismo a sua ruína. Aplica-se um homem pobre ao comércio inteiramente se se entrega a ele, à agricultura, faz a sua fortuna? [trecho corroído] e a Nação inteira insensivelmente se acha animada do espírito do trabalho, e do interesse. Então a sua indústria se desperta, o seu comércio se estende, ela cresce todos os dias em riquezas e poder. Mas se a sua riqueza e o seu poder se reúnem insensivelmente em um pequeno número de mãos, então o gosto do luxo e das superfluidades se apoderará dos Grandes. Porque se deste se excetuarem alguns avaros não se adquire senão para despender. O amor das superfluidades irritará nestes Grandes a sede do ouro, o desejo do poder, eles quererão comandar como déspotas seus concidadãos.²³⁶

O mesmo afirma Políbio, ao teorizar sobre a sucessão das formas de governo nas sociedades, correspondendo à primeira forma a autocracia, quando em consequência das inundações e epidemias, da parte de colheitas e de outras adversidades análogas, diante da necessidade dos homens em domar a natureza, os homens de maior força física e coragem passam a conduzir e dominar os demais, que os seguem, onde a força é único limite da autoridade, caracterizando uma autocracia.²³⁷ Com o desenvolvimento da noção do bem e do justo entre os homens, a subserviência pelo arbítrio da força dá lugar à obediência pela

²³³ PLATÃO, *As Leis*, III, 831c.

²³⁴ ARISTÓTELES, *Política*, V, 1327a.

²³⁵ VEYNE, Paul. *Op. cit.*, 1984, p.70-1.

²³⁶ CORREIO DA LIBERDADE, nº45, 17 de setembro de 1831, p.179.

²³⁷ POLÍBIO. *História*, VI. 5.

supremacia da razão, de maneira que os homens são compelidos a seguir os seus líderes não mais devido à sua força física, mas em função de suas qualidades pessoais, tornando os autocratas em reis.²³⁸ Não se estabelecendo mais pela força, os reis, buscando meios de diferenciar-se de seus súditos, passam a afirmarem-se em signos de seu poder, manifestos no vestir-se, em sua alimentação e em práticas sexuais, conduzindo-se para um governo de aristocratas. Da ostentação dos governantes nasce a inveja e a censura por parte dos súditos diante de seus excessos, e dos excessos dos reis dá-se a origem da oligarquia. A realeza tornada hereditária faz com que os filhos dos soberanos, por desconhecerem “totalmente a igualdade política e a liberdade de palavra, e tendo sido criados desde o nascimento à sombra das prerrogativas e privilégios dos pais, alguns deles se entregaram à cupidez e à ânsia desenfreada de ganhar dinheiro”, além dos abusos da bebida e dos demais excessos congêneres, de maneira que, “transformando dessa maneira a aristocracia em oligarquia eles despertaram no povo sentimentos semelhantes àqueles há pouco mencionados [a ideia que nasce nos súditos de depor os governantes e começaram conspirações] e, conseqüentemente, tiveram um fim calamitoso semelhante ao dos tiranos”.²³⁹ A riqueza em excesso pode encaminhar ao despotismo na medida em que a esta estão associadas a soberba e a ganância (*hybris*), fazendo com que os homens, bem como as Nações, julguem-se superiores aos seus concidadãos e às próprias leis. Conforme destacou Tucídides, em sua obra magna, *Guerra do Peloponeso*, ao retratar a postura dos corcíreus, colonos de Coríntio, que lançaram-se contra sua metrópole, sendo estes movidos por sua “insolência e arrogância por causa de suas riquezas, ultrajaram-nos repetidamente e afinal se apoderaram de nossa cidade de Epídamos”.²⁴⁰

O repúdio dos autores clássicos ao acúmulo de riquezas se dava em grande parte devido ao seu caráter degenerador das instituições internas das sociedades, modificando os costumes, provocando o esquecimento das tradições dos antepassados, bem como despertando a corrupção entre os homens, a inveja e a avaréza, inclinando-os à indolência, ao luxo e à promiscuidade, reféns de todos os males. Do mesmo modo, em outro texto de *O Noticiador*, seu autor destaca o valor dos costumes para a observância das leis, uma vez que devido ao abandono dos costumes, as leis passam a ser desrespeitadas, comprometendo a estabilidade e o equilíbrio das instituições:

Se o Egito, Roma, e a mesma Grécia foram outrora livres, e florescentes; se figurarão com glória nos anais do mundo; elas o deverão certamente à sabedoria

²³⁸ POLÍBIO. *História*, VI. 7.

²³⁹ POLÍBIO. *História*, VI. 8.

²⁴⁰ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, I. 38.

das suas leis e das suas instituições: mas essas belas leis e instituições desapareceram, e com elas a grandeza daqueles impérios, logo que os costumes deixarão de lhes dar auxílio, e se concorrer para sua estabilidade. Se pois em todos os países eles tem sido o sustentáculo das leis, e da liberdade, forçoso é que, em quanto a política se ocupa em regular a forma, e a constituição dos Estados, a moral trate de dirigir a conduta, e as ações dos particulares, por serem as virtudes a verdadeira origem das virtudes públicas. [...] O desprezo dos costumes arrasta sempre a decadência das leis, e o desprezo destes completa a perda daqueles: não havendo então um freio, que reprima a violência das paixões, a porta se abre à discórdia, à cobiça, à ambição, e a toda a casta de vícios laços sociais se aniquilam, e a ruína do Estado se torna irremediável.²⁴¹

Em sua obra *Das Leis*, Cícero, na forma de diálogo, discute com o irmão Quintos e seu amigo Ático a respeito de suas noções quanto à essência das leis e de sua importância para a manutenção da *Ubs* romana, e o peso da religião e dos costumes como sustentáculo das instituições, frente às grandes mudanças acarretadas pela conquista de dilatado território e diversidade de povos. Cícero executou sua composição em um contexto em que novas leis foram instituídas no intuito de mediar os conflitos entre cidadãos e estrangeiros (*peregrini*), o chamado *ius gentium*, decorrentes da incursão de diferentes populações no interior de Roma, afetando as leis tradicionais e levando a necessidade de estas serem adaptadas às transformações do período, a fim de garantir a permanência das leis tradicionais como condição para a manutenção da República como forma de governo.²⁴² Para Cícero, a lei mais que uma simples convenção dos homens, correspondia a uma exigência racional de se seguir o modelo da natureza, uma vez que “a lei é a força da natureza, é o espírito e a razão do homem dotado de sabedoria prática, é o critério do justo e do injusto”.²⁴³ Diante disso, era preciso que os homens conhecessem-se a si mesmo e a natureza das coisas, a vontade dos deuses manifestada pelos auspícios, para assim ter entendimento sobre as leis e assim proceder às boas ações conforme as leis, pois o conhecimento da natureza permitia aos homens o juízo sobre o bem do mal, o certo e o errado. Portanto, agir com justiça significava agir de acordo com a natureza, conseqüentemente de acordo com a vontade dos deuses. O conhecimento da natureza permitiria aos homens formular boas leis em conformidade com ela, e estas leis sadias “estimulariam os homens a gozarem de uma vida moderada e própria da virtude”,²⁴⁴ de maneira que estando as leis em conformidade com a natureza, e esta corresponde à razão de toda a virtude, o cumprimento das leis representaria um progresso moral que resultaria

²⁴¹ O NOTICIADOR, nº04, 29 de abril de 1832, p.13. O texto trás como epílogo um verso de Horácio: “*quid leges sine moribus vanae proficiunt?*” [Odes, III, 24.], traduzida geralmente por “*de que servem as leis sem os costumes*”. A frase não apresenta tradução, tão pouco referência.

²⁴² GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Lei e ordem na República Romana: uma análise da obra De Legibus* de Cícero. Revista Justiça e História. Rio Grande, v. 2, n. 3, 2002, p. 7.

²⁴³ CÍCERO. *De Legibus*, I, 6-7.

²⁴⁴ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Op. cit.*, p.10.

na prosperidade e no equilíbrio da sociedade e na felicidade dos homens, pois as leis retificariam os vícios e fomentariam as virtudes. Diante disso, em um contexto de mudanças, nos estertores da República romana, Cícero, por intermédio *Das Leis*, buscou “ressaltar a tradição e a importância da manutenção dos costumes ancestrais, do *status quo*, para garantir a manutenção da própria República, como forma de governo aristocrático”, bem como “os deuses que deveriam ser consultados e celebrados eram os antigos, não os novos, advindos das conquistas”.²⁴⁵ A mudança dos costumes deveria ser evitada, sob pena de corromperem as instituições tradicionais, daí a sua censura ao luxo excessivo e à ostentação, demonstrados pelos aristocratas enriquecidos, encetadas pelas riquezas advindas dos botins, dos saques e tributos chegados à Roma, a partir dos territórios conquistados.²⁴⁶ Destarte, Cícero atribuiu aos magistrados romanos importância fundamental para a manutenção da ordem social e sobrevivência da República, pois a conservação do Estado dependia, antes de qualquer coisa, da conservação das tradições religiosas e das funções dos magistrados, visto que a “[...] missão do magistrado consiste em governar segundo decretos justos, úteis e conforme as leis. Pois assim como as leis governam o magistrado, do mesmo modo os magistrados governam o povo”, por conta disso, “com razão pode-se dizer que o magistrado é uma lei falada ou que a lei é um magistrado mudo”.²⁴⁷ De maneira que aos magistrados caberia o exercício das leis de cuja observância depende o equilíbrio do Estado, graças a sua vigilância e prudência, imputando aos cidadãos obediência e civismo.

Por conseguinte, os legisladores, conforme o impresso, deveriam ser capazes de “fazer germinar estas virtuosas disposições; que conhecendo toda a influência das boas instituições sobre o espírito, e os hábitos dos homens, tiver a arte de imprimir em seus corações os sentimentos, de que carecerem, para os tornarem melhores, e mais ditosos”,²⁴⁸ pois aos legisladores caberia conhecer a natureza das coisas e segundo ela estabelecer as leis uníssonas às virtudes, no respeito aos costumes e à divindade.

Se é inegável, que nenhum povo pode ser feliz sem guardar as regras da boa moral, isto é, sem fazer reinar no interior a ordem e a justiça entre todos os membros, sem dirigir com prudência a sua marcha no exterior, sem reunir a coragem, a moderação, o amor ao trabalho, e a submissão às leis, sem ter em fim o amor da pátria como a alma de todas as suas ações; poder-se-á duvidar, que a política, que tem por objeto a felicidade do homem em sociedade, seja fundada

²⁴⁵ *Ibidem*, p.11.

²⁴⁶ *Ibidem*, p.12.

²⁴⁷ CÍCERO. *De Legibus*, III, 1.2. O periódico *Correio da Liberdade* reproduz em latim esta frase de Cícero: “O Magistrado é a lei falada” em matéria publicada na edição de número 10 do dia 18 de maio de 1831: “*Magistratus est lex loquens; lex autem est mutus magistratus*”.

²⁴⁸ O NOTICIADOR, nº04, 29 de abril de 1832, p.13.

sobre a moral; e que a virtude seja a base segura, e constante da prosperidade das nações? Que fará pois um legislador instruído, senão despertar no coração do homem estas afecções sociais, que nele foram gravadas pela mão eterna do Criador, e fazer delas o fundamento das suas instituições? Que fará se não estabelecer as suas leis sobre as leis imutáveis da natureza? E de que outro modo poderão elas ser mais estáveis, e duradouras? Não consistem todos os verdadeiros prazeres, os prazeres puros do homem, no desenvolvimento das suas qualidades naturais, no exercício das virtudes sociais? [...] Pois é a desenvolver estes germens felizes, e a dirigir estas benfazejas inclinações, que devem tender todas as leis de uma sociedade bem organizada. Os princípios desta política são seguros e invariáveis, e constituem na verdade uma ciência mui simples, e compreensível; por isso que se reduzem a facilitar a prática das virtudes: eles são também os únicos capazes de fundar a felicidade do gênero-humano, e de perpetuar a prosperidade dos impérios.²⁴⁹

Da mesma forma, o redator do impresso, em matéria publicada no número anterior, crítica ferozmente a não observância das magistraturas e das leis, aquilo que seria um “vício da nossa administração”, e deste vício, questiona, se seria a culpa do “governo” ou dos “governantes”? Ao final concluiu que de ambos, porém, sobretudo dos últimos, e afirma que não ser a forma de governo ou a falta de boas instituições que levam os povos a padecerem e as nações a gemer, incapazes de elevar ao cúmulo da grandeza e da felicidade, que não é tanto da espécie de governo, nem da bondade das leis, que depende a boa ou a má administração, e sim do modo por que são postas em exceção: “Que importa, que as leis sejam sabiamente promulgadas, se as não chegam a ser observadas?”²⁵⁰ Neste ponto se procede à crítica dos governantes, incapazes de conduzir a Nação à prosperidade, estando estes imersos em vícios, incapazes de promover as virtudes no povo.

A observância das leis adquiria centralidade em muitos discursos dos periódicos da época na medida em que estas representavam as insígnias do combate ao despotismo, a síntese do ideal constitucionalista. As leis corresponderiam ao cerceamento dos poderes dos governantes, limitando assim o seu arbítrio, e investindo-os de autoridade franqueada, enquanto representantes do povo, amparados por uma constituição. Em vista disso, não se admira que mesmo os periódicos de linha política legalista, defensores do centralismo monárquico e da manutenção do império unificado, se apresentassem como fiadores das leis. Diante disso, a Antiguidade clássica (além dos Estados Unidos e repúblicas italianas) manifestadamente aparece como arquétipo de sociedade constitucional, onde a sabedoria das leis fez a glória de gregos e romanos.

Não obstante, os antigos forneciam exemplos diversos para a legitimação de diferentes posicionamentos políticos. Se para os periódicos de linha liberal federalista,

²⁴⁹ O NOTICIADOR, n°04, 29 de abril de 1832, p.13-14.

²⁵⁰ O NOTICIADOR, n°03, 10 de abril de 1832, p.09.

como *O Noticiador*, o que sobressaía eram as referências a república de Roma, por suas virtudes cívicas e morais, bem como se fazia a crítica ao autoritarismo e ao despotismo, por meio dos apontamentos acerca da história de decadência do Império Romano; por sua vez, em jornais como o *Correio da Liberdade*, de orientação legalista, defensor da monarquia constitucional, os exemplos antigos se situavam no desejo da centralidade do governo, atribuindo à divisão dos gregos e a inexistência de um Estado unificado entre os helenos a razão de sua dominação pela Macedônia e por Roma, que divididos se encontraram enfraquecidos diante de grandes impérios expansionistas.

3 - *Entre nós reviva Atenas, para assombro dos tiranos*

Em texto publicado no número nove do *Correio da Liberdade*, intitulado *Das monarquias moderadas*, o redator do periódico traça um elogio ao governo de Pisístrato²⁵¹ em Atenas, argumentando que este governou antes de tudo como um cidadão, respeitando as leis e os costumes:

Pisístrato fez respeitar as Leis dadas por Sólon, e as respeitou ele mesmo. O Areópago continuou a ter o depósito delas, e o Senado foi ainda, ou pelo menos pareceu ser o Conselho do Príncipe, como o havia sido da República. Não esteve no poder de Pisístrato governar arbitrariamente. Ele governou pelas Leis, porque se viu na necessidade de aproveitar o Areópago, e o Senado, que velavam sobre a sua administração: dois Corpos tão temíveis, que o seu descontentamento teria sublevado todos os Cidadãos. Se na Democracia estes dois Corpos eram bastante fracos para equilibrar o poder do Povo reunido, vê-se que logo que o Governo passa a ser Monárquico, são assaz poderosos para equilibrar o poder do Monarca. Ora, esta Monarquia é um exemplo das Monarquias a que se dá o nome de moderadas. É nestas Monarquias, que verdadeiramente se é livre. A licença do povo tem um freio nas Leis, que o Monarca lhe faz respeitar, e a licença do Monarca tem igualmente um freio nas Leis, que o Areópago, e o Senado forçam a respeitar ele mesmo. Os Cidadãos estão ao abrigo da anarquia, porque não é o Povo que se governa; estão também ao abrigo do despotismo, porque o Monarca não governa com uma autoridade absoluta. Sua liberdade consiste em não ser sujeito senão às Leis, e tanto que este governo subsiste, pode dizer-se sem temor de fazer um círculo vicioso, que as Leis regulam o uso do poder soberano.²⁵²

²⁵¹ Pisístrato foi um tirano ateniense, que governou entre 546 a.C. e 527 a.C.. Membro da aristocracia de Atenas, nasceu em Brauron, no norte da Ática, sendo filho de Hipócrates, o filósofo, e primo segundo por parte de mãe do legislador Sólon, o qual promoveu reformas políticas e concedeu a Atenas um código de leis, na tentativa de resolver os conflitos sociais - o que mais tarde revelou-se insuficiente. Pisístrato obteve fama após conquistar o porto controlado por Mégara, pólis com a qual Atenas travara uma guerra. No presente contexto, Atenas encontrava-se politicamente dividida entre dois grupos, o da "Planície" (*pediakoi*), constituída pelos eupátridas ("bem nascidos"), aristocracia latifundiária tradicional e conservadora, liderada por Licurgo; e a facção da "Costa" ou "Litoral" (*paralia*), composta por comerciantes sob a liderança de Mégacles, da rica família dos Alcmeônidas. Diante disso, Pisístrato estabelecendo alianças com setores aristocráticos, formou uma "terceira via", dos chamados "Montanheses" (*diakrioi* ou *hyperakrioi*), encontrando apoio também nas camadas populares. Através dessa aliança chegou ao poder e instituiu a tirania.

²⁵² CORREIO DA LIBERDADE, nº9, 14 de maio de 1831, p.33. O redator ao final da sessão atribui a fonte do texto a Étienne Bonnot de Condillac, Abade de Mureau, filósofo francês, em sua obra *Cours d'étude pour*

Para o autor, o governo de Pisístrato consistiu em uma monarquia de caráter moderado, evitando atribuir-lhe o título de tirano, uma vez que este governou segundo as leis existentes, criadas por Sólon, fazendo respeitar os conselhos e as assembleias, não governando de forma arbitrária e absoluta, sendo um verdadeiro exemplo para os Estados monárquicos de caráter constitucional, com vistas a sua centralidade na observância das leis. Tal centralidade conferida às leis não somente corresponde ao cerceamento dos poderes do monarca, mas também à segurança dos cidadãos, que sob o seu resguardo estariam ao abrigo da anarquia e do despotismo. A este ponto corresponde uma linha argumentativa bastante recorrente entre os redatores legalistas dos periódicos oitocentistas, que buscavam destacar os riscos do autoritarismo em regimes semelhantes aos quais os liberais mais exaltados aspiravam, como o republicano, e de maneira mais subjetiva, advertiam contra “a sedução das teorias brilhantes e da opinião”.²⁵³ Uma das formas utilizadas pela imprensa era a da comparação entre a situação política da província do Rio Grande do Sul, bem como do Brasil como um todo, com a dos demais países vizinhos, criticando assim as pretensões de constituição de uma república, com vistas ao contexto platino, imerso em conflitos e guerras civis, marcado pela presença dos *caudilhos*, com isso se estabelecia uma relação entre democracia e tirania, especialmente nas zonas rurais. Destacava-se que o republicanismo, e a descentralização da monarquia, alimentavam a insubordinação das instituições e os excessos constitucionais, uma vez que os empregos públicos eram exercidos tendo por expectativa os ganhos,²⁵⁴ e seus magistrados, por meio da autoridade emanada do ofício de suas funções, agiam conforme suas próprias vontades, para o enriquecimento pessoal e para a perseguição de opositores, estando protegidos, lançavam o país em meio à anarquia. Nesse sentido, o autor do excerto destaca o quanto em regimes democráticos os conselhos tinham forças reduzidas diante do povo, sendo incapazes de conter-lhes em caso de sublevação. Contudo, no regime monárquico, estes se tornaram poderosos com vistas a equilibrar o poder do monarca. Diante disso, durante o Período Regencial e nos primeiros anos do Segundo Reinado, os debates que cercearam o estabelecimento do Império no Brasil, a monarquia era associada à ordem e tida como condição para o progresso e para a justiça,²⁵⁵ além de representar a redenção ante os perigos que seriam inerentes à república.

l'instruction du prince de Parme, que compreende a gramática, a arte de escrever, de raciocinar e pensar, obra bastante influente na França durante o período em que o ensino era controlado pelos jesuítas.

²⁵³ KLAFKE, *Op. cit.*, 2011, p.137.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.99.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 140.

A perspectiva negativa com vistas aos regimes democráticos, recorrente nos argumentos empregados pelos defensores da monarquia, manifestando a presença da tradição que lhes transmitia uma visão da Grécia antiga bastante diferente da que hoje temos, derivava de Platão, Xenofonte e Aristóteles²⁵⁶, que não sentiam inclinações pela democracia e acusavam o governo do *dêmos* em Atenas de ser gerido pela ignorância, da incompetência e da anarquia, comum também na perspectiva retórica que se origina em Isócrates e no período helenístico.²⁵⁷ Com respeito a este aspecto, se justifica uma breve digressão acerca da interpretação platônica do regime democrático. Platão, a partir dos referenciais teóricos socráticos, atribuía a existência de uma unidade entre o pensar e o agir, pela qual a excelência (*aretê*) da *práxis* encontra-se substancialmente subordinada à orientação cognitiva fornecida pelo saber (*episteme*), isto é, em toda e qualquer atividade humana, a excelência só poderia ser alcançada por meio do conhecimento pleno relativo àquilo que pretendia realizar, de maneira que, segundo esta concepção, não existem virtudes dissociadas do conhecimento das coisas.²⁵⁸

Com base nisso, Platão procede a sua crítica à democracia, em seu diálogo da *República*, por meio da chamada “analogia das profissões”: posto que a toda e qualquer prática esteja associada um saber, a excelência no agir só pode ser conquistada por meio do conhecimento prévio de como se fazer, semelhante a uma arte (*tekhne*). Sendo assim, o bom artesão é aquele que conhece o seu ofício e sabe bem a forma como deve executá-lo, possuindo faculdades que o orientem quanto aos meios e modelos a serem seguidos; da mesma forma, o bom marceneiro é aquele que conhece a respeito das técnicas da carpintaria, dos materiais adequados, das ferramentas a serem utilizadas e a maneira de como aplicá-las no exercício de seu trabalho; o bom médico é aquele que conhece as regras da arte médica e que sabe como pô-las em prática na cura das doenças, na manutenção da saúde etc.²⁵⁹ Conforme a filosofia socrática, o mesmo prevalecia quando se tratava da esfera ética, pois a prática moral deveria estar orientada a partir de um saber preliminar à sua execução, sendo assim, nenhum homem pode efetuar atos corajosos, justos, bons, sem conhecer a coragem, a justiça, o bem. Partindo dessa premissa, Platão desenvolve sua concepção de que a *pólis* corresponde a um organismo moral, marcadamente uma

²⁵⁶ Outros autores gregos anteriormente já haviam discorrido a respeito da democracia, Cf.: PÍNDARO, *Píticas* II, 86; HERÓDOTO, *Histórias*, III, 80; TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 36-41; EURÍPIDES, *Suplicantes*, 403. Contudo, Platão fora o primeiro a abordar mais aprofundadamente o tema.

²⁵⁷ FERREIRA, José Ribeiro. *Grécia e Roma na Revolução Francesa*. Revista de História das Ideias, Vol; 10 (1998). p. 229-230.

²⁵⁸ OLIVEIRA, Richard Romeiro. *Platão e a questão da democracia na República*. Revista Estudos Filosóficos nº 12/2014, p.31.

²⁵⁹ *Ibidem*, p.32.

comunidade de fundamento ético, cuja finalidade consiste na realização da justiça e da virtude, as quais só podem ser alcançadas via conhecimento de sua própria natureza (*physis*), de maneira que a perfeição (*telos*) de uma cidade depende de um saber específico. Logo, a *práxis* política estaria sujeita às exigências da racionalidade, articulando intrinsecamente o exercício do poder à posse de uma competência epistêmica. Assim sendo, a administração pública deveria estar sob responsabilidade de uma elite intelectual, que tendo como característica própria a sabedoria (*sophia*) e a excelência, possuiria conhecimento a respeito da natureza da verdadeira ordem moral que deve orientar a vida política. À luz disso, é compreensível a razão da crítica platônica à democracia, uma vez que a condução das coisas públicas estaria nas mãos de quem não possuía nenhuma instrução específica para tanto, instaurando um governo dos ineptos, que colocaria em risco a ordem moral e institucional da *pólis*.²⁶⁰

É com vista a isso que Platão expressa sua famosa alegoria com respeito ao regime democrático de uma nau desgovernada, na qual um comandante surdo e míope, diante de uma tripulação de marinheiros digladiando-se, reclamando cada um para si o leme do piloto, sem que jamais tenha aprendido a navegar, assediam o comandante para que lhes permita conduzir a embarcação.²⁶¹ Como destaca Romeiro Oliveira,

Por meio dessa imagem, Platão manifesta sua concepção rigorosamente cognitivista da atividade política e o fato de que o funcionamento ordinário da democracia constitui, em sua perspectiva, uma flagrante transgressão do princípio filosófico que preconiza que o múnus da autoridade deve estar sempre subordinado a exigências racionais e gnosiológicas.²⁶²

Contudo, a reflexão platônica não se limita à análise do sistema democrático, mas constitui uma crítica a respeito do próprio sistema político como um todo, no intuito de identificar os princípios morais subjacentes à natureza de seu próprio mecanismo e assim delinear o *éthos* inerente de cada regime (*politeía*), uma vez que estes corresponderiam à expressão da própria alma (*psykhé*) dos indivíduos, podendo-se, assim, conhecer o funcionamento da cidade a partir daquilo que se passa na *psykhé* de seus habitantes, bem como conhecer a alma através do funcionamento na cidade. Assim, o filósofo ateniense a partir da classificação das diferentes formas de governo, procura circunscrever os costumes e os modos de vida correspondentes a cada uma delas, uma vez que na sua perspectiva existia um vínculo intrínseco e essencial entre a organização da vida política e os costumes

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 33-34.

²⁶¹ PLATÃO. *República*, VI, 488 a-489a.

²⁶² OLIVEIRA, Richard Romeiro. *Op. cit.*, p.34.

e hábitos existentes na cidade, de maneira que acaba por estabelecer uma fórmula etiológica da decadência política, identificando as causas responsáveis pelo processo de gênese e de corrupção dos regimes. Diante disso, a narrativa platônica adquire um caráter de relato da decadência, onde se dispõe por meio da sucessão das formas políticas um movimento de degradação progressiva, indo de forma descendente do regime por ele tido como perfeito, a *sofocracia* ou governo dos sábios, aos diferentes níveis de corrupção apresentados pelos governos timocráticos, oligárquicos e democráticos, chegando àquele que o filósofo considera como extrema maior da deterioração política, a tirania.²⁶³

Uma vez que os regimes são tomados como uma expressão das estruturas da alma, estas se constituem a partir três elementos (*dynaméis*) principais: intelectivo (*logistikón*), irascível (*thymoeidés*) e apetitivo (*epithymetikón*). As formas de governo caracterizam-se de acordo com as mutações ocorridas no plano interno da *psykhé*, as quais alteram radicalmente a disposição moral dos indivíduos. Encontramos assim, a sofocracia, fundada na supremacia do intelectivo sobre os elementos colérico e apetitivo; da corrupção desta, segue-se o regime timocrático, quando a ordem racional é subvertida pelo desejo das honras e glórias, impulsionado pelo *thymós*, substituindo o governo dos sábios por governantes belicistas. De sua degradação advém a oligarquia, quando o desejo de riquezas se sobrepõe às honras e aos valores militares, estabelecendo uma sociedade censitária, com homens ambiciosos e avaros no poder diante de uma população empobrecida e alijada; da degeneração da oligarquia surge a democracia, proveniente das lutas e guerras civis (*stasis*) entre as classes subalternas e os oligarcas, caracterizada pela liberdade desenfreada e pela proliferação dos desejos. Para Platão, a democracia se caracterizaria pela liberdade irrestrita, tornando os cidadãos avessos à disciplina e a observâncias das leis e dos costumes, configurando um regime anárquico onde os indivíduos não reconhecem nenhuma forma de autoridade, consistindo o arbítrio irrefreável dos homens como seu valor máximo, permitindo o aparecimento de toda sorte de valores e de comportamentos, tendo como característica essencial a fragmentação política e a ausência de unidade.²⁶⁴

Na medida em que o mecanismo censitário próprio da oligarquia é abolido, o regime democrático estabelece nova ordem das coisas com base no princípio da igualdade cívica, nivelando todos os cidadãos, subvertendo todas as hierarquias e distinções, o que, para Platão, corresponderia às condições propícias ao advento da pior perversão política: a

²⁶³ *Ibidem*, p.39.

²⁶⁴ PLATÃO, *República*, VIII, 544c-557d-e.

tirania, o regime em que um único homem, aproveitando-se da liberdade excessiva própria da democrática, instaura a mais opressiva servidão.²⁶⁵

Diante do que foi exposto nesta breve digressão, pode-se melhor proceder à análise do contexto brasileiro da primeira metade do século XIX na perspectiva legalista com respeito ao liberalismo exaltado. A mesma crítica que se direcionava à democracia era imputada ao sistema republicano que - a despeito da exceção aceitável do modelo estadunidense, que conservava o caráter censitário - era tida como domínio da anarquia, da dispersão e do despotismo. Da mesma forma, o federalismo era condenado com vistas ao seu potencial desarticulador do poder central, colocando em risco a unidade nacional sob a ameaça de fragmentação do território brasileiro em pequenos estados precários, imersos em conflitos facciosos e expostos à influência estrangeira. A esse respeito, *O Noticiador*, apesar de ter por princípios os ideais federalistas, atentava para a importância da unidade nacional e lamentava a situação presente na província de Pernambuco quando das revoltas populares que marcaram a região entre os anos de 1831 e 1832, opondo liberais exaltados, que defendiam a expulsão dos portugueses do território brasileiro após a abdicação de Dom Pedro, e conversadores regressistas, que tinham por objetivo inicial a recondução do Imperador ao trono do Brasil.

Todos declamam contra a discórdia, todos lamentam o estado de desavenças, em que vive o nosso Pernambuco; entre tanto a intriga corre despeçada, e vai lavrando cada vez mais por todas as classes de Cidadãos. Não há quem não conheça, que a divisão traz a fraqueza, e que desta à escravidão há só um passo: mas o que vemos, e lamentamos é o quanto de pensado uns, e outros promovem a desunião, que nos vai levando a largos passos para um abismo insondável de desgraças.²⁶⁶

Mais adiante, questiona quais teriam sido as razões que levaram à transformação da república em Roma e instauraram o Império, concluindo que foram os antagonismos contingentes àquela sociedade, dividida entre diferentes facções que aspiravam exercer o controle do Estado.

Que Estado, que Reinos, que Impérios não tem a discórdia desbaratado, e perdido! Que outra causa primaria levou a total ruína a poderosíssima República Romana? Não foram os talentos, a astúcia e lãbia de Augusto, que deram cabo da liberdade, e o fizeram subir ao trono, trono ao depois tão enxovalhado pelos Neros, Tibérios, Caligulas, Dominicanos, Caracalas, e outros monstros? Foram sim as discórdias, que se suscitaram entre os Cidadãos; foram os partidos de Sula, e Mario, de César, e Marco Antônio, etc.etc. Nós estamos com o pé sobre um abismo; bem conhecemos; e prosseguimos no mesmo estado. Ah!

²⁶⁵ OLIVEIRA, Richard Romeiro. *Op. cit.*, p.45.

²⁶⁶ O NOTICIADOR, nº62, 13 de agosto de 1832, p.256.

Pernambucanos, essas intrigas, esses ódios, essas vinganças, que promovemos e nutrimos, não podem ter outro desenterro que não seja a guerra civil; e o resultado desta?

A temática acerca da crítica às pretensões de centralização e de autonomia mobilizava intensas batalhas retóricas na província do Rio Grande do Sul, apresentando diferentes concepções e interesses de setores antagônicos de uma mesma elite provincial.²⁶⁷ Enquanto o autonomismo era apontado como uma ação ilegal e antinacional de grupos facciosos, o centralismo era interpretado como signo do autoritarismo, A isso se somava um grande debate de proposições teóricas que buscava dar sustentação às pretensões políticas em pauta, discorrendo sobre a monarquia, a república e o federalismo. Neste caudal, a Antiguidade clássica cumpria função balizadora. Contudo, diferentemente do que se possa concluir, a noção de república não correspondia a um sistema contrário e oposto à monarquia. Esta seria uma antinomia enganosa, pois segundo o pensamento político de finais do século XVIII e princípios do XIX, estes dois regimes não necessariamente se achavam contrapostos.

Na época, a distinção que imperava acerca da organização política se dava entre os governos constitucionais limitados, dentre eles, as monarquias constitucionais de um lado, e os regimes absolutistas e despóticos do outro.²⁶⁸ Não obstante, como destaca Álvaro Antônio Klafke, com respeito à representação política, elemento incontornável na época, tanto para exaltados quanto para moderados, é “interessante notar que aos argumentos ‘democráticos’ dos republicanos se contrapunha um discurso que não só os negava como imputava a estes últimos, sempre, a pecha de autoritários”. A relação teórica entre república e democracia, ainda hoje problemática no tocante a quanto a cultura política “cívica”, produz instituições democráticas ou se é o funcionamento destas que engendra na sociedade uma cultura democrática. Segundo a perspectiva dos institucionalistas modernos, em finais do século XVIII e início do XIX, a cultura democrática não caracterizava um requisito indispensável para o funcionamento da estrutura de uma moderna república.²⁶⁹ Da mesma forma, Hannah Arendt assinala que “devemos insistir no uso relativamente recente da palavra democracia, que acentua o domínio e o papel do povo, em oposição à palavra república, com sua ênfase nas instituições objetivas”.²⁷⁰ Não obstante, existia uma grande

²⁶⁷ KLAFKE. *Op. cit.*, 2011, p.166.

²⁶⁸ RIVERA, José Antonio Aguilar. *Vicente Rocafuerte, los panfletos y la invención de la república hispano-americana*, 1821-1823. In: ALONSO, Paula. *Op. cit.*, p.14-15.

²⁶⁹ *Ibidem*, p.23-24.

²⁷⁰ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, 1990, p.96.

desconfiança em relação ao perigo das revoluções populares, como o manifesta *O Noticiador*:

Nós bem longe de combatermos o sistema Federativo, entendemos, que hoje é conveniente ao Brasil, e que todo o bom Patriota o deve desejar, pois que não é se não para prosperidade do nosso país: o que muito reprovamos, o que não parece compadecer-se com os ditames da reta razão, e com os sólidos interesses do Brasil é que a Federação seja promovida por meio de insurreição popular, a qual uma vez posta em cena probabilissimamente não só nos não traria a paz, se não poria em grande risco a Constituição, e consequentemente a própria Independência.²⁷¹

Outra questão contingente ao contexto se devia a certa (ou pretensa) confusão em torno da definição de federalismo e confederação. Segundo Ivo Coser, o primeiro seria um “sistema de governo no qual o poder é dividido entre o governo central (a União) e os governos regionais”, ou seja, um estágio intermediário “entre um governo unitário, com os poderes exclusivamente concentrados na União, e uma confederação, na qual o poder central seria nulo ou fraco”, pois confederação significaria “uma aliança entre Estados independentes”.²⁷² Diante disso, a distinção essencial entre ambas reside no poder que o governo central possui de aplicar as leis diretamente sobre os cidadãos dos Estados ou províncias, fato que é efetivo no sistema federativo, mas impossível em se tratando de uma confederação, uma vez que, neste caso, “a fonte da soberania encontra-se disseminada pelos Estados membros”.²⁷³ Conforme Klafke, a “confusão causada pelo uso indistinto dos termos federação e confederação nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX tem marcado, em grande medida, a percepção acerca dos arranjos político-administrativos do período”.²⁷⁴ *O Correio da Liberdade*, em sua crítica ao modelo confederativo, atenta para o fato de que

Aconteceu muitíssimas vezes, se se dá crédito à Plutarco, que os Deputados das cidades mais poderosas amedrontaram, ou corromperam os das mais fracas, e que o partido mais forte atraiu o juízo a seu favor. [...] Se os Gregos, diz o Abbade Millot, tivessem sido tão sábios, como corajosos, instruídos pela experiência, teriam sentido a necessidade de uma união mais íntima, e para porem em pratica esta mudança, se teriam aproveitado da paz que se seguiu depois dos seus primeiros sucessos contra os Persas. Mas longe desta sabia politica, Athenas e Esparta, ensoberbecidas de suas vitorias, ternaram-se logo rivais, e bem depressa inimigas, e se fizeram uma à outra mais mal do que haviam recebido de Xérxes.²⁷⁵

E na edição posterior, conclui da seguinte maneira:

²⁷¹ O NOTICIADOR, nº62, 13 de agosto de 1832, p.256.

²⁷² COSER, Ivo. Federal/Federalismo. apud KLAFKE. *Op. cit.*, 2011, p.143.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ KLAFKE. *Op. cit.*, 2011, p.143.

²⁷⁵ CORREIO DA LIBERDADE, nº30, 27 de julho de 1831, p.116.

Não nos aprecemos por tanto a concluir que as facções não agitassem até certo ponto as diferentes Cidades confederadas; ainda menos, que a subordinação e a harmonia necessária reinasse no sistema geral.²⁷⁶

Na perspectiva do periódico, o sistema confederativo iria imprimir no país uma relação de subordinação das províncias periféricas às províncias centrais em um grau muito maior do que a presente submissão alegada pelos federalistas. Por sua vez, a associação entre governo federativo e republicanismo era constante na crítica legalista, embasada, diga-se, em uma percepção atenta das demandas políticas dos republicanos brasileiros, que, como afirma Klafke, “muitas vezes acomodaram suas propostas sob a capa do federalismo”.²⁷⁷ Contudo, o elemento republicano, não estava dissociado do regime monárquico, “identificado fundamentalmente com a criação das assembleias gerais e com a forma de eleição do regente”, o que satisfazia a pretensão dos defensores do federalismo, inclusive.

Mas mais indicadora de uma proximidade [...] [seria] a parte das advertências, na qual a menção aos “costumes”, à “índole” e à “aristocracia natural” dos brasileiros apontaria como necessidade lógica um regime de governo mais forte, que preservasse a noção de hierarquia inerente a esse aristocratismo. Forte e, portanto, garantidor da integridade, [...] da unidade imperial.²⁷⁸

Dessa forma, se justifica a opção do *Correio da Liberdade* por distanciar a figura de Pisístrato da tirania, em razão de seu governo ter se pautado pelo respeito às leis existentes, ao passo que, no tocante aos seus descendentes, Hípicas e Híparco não procederam da mesma forma e obtiveram diferente sorte, como assinala o texto impresso ao destacar que

nas Monarquias, tais como a de Athenas no tempo dos Pisistrátides, o Monarca não pôde tudo; ele pode o bem, mas não pode o mal. Não pode o mal, porque basta uma injúria feita a um Cidadão para sublevar todo o povo, e o Tirano está derrubado. Híparco e Hípias são prova disto. [Para provar esta verdade não precisamos recorrer a exemplos tão remotos: infelizmente os nossos tempos tem sido férteis de semelhantes catástrofes; e agora mesmo o acabamos de ver entre nós].²⁷⁹

²⁷⁶ CORREIO DA LIBERDADE, nº31, 30 de julho de 1831, p.121.

²⁷⁷ KLAFKE. *Op. cit.*, 2011, p.145.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.133.

²⁷⁹ CORREIO DA LIBERDADE, nº9, 14 de maio de 1831, p.33. Nesse ponto, pode-se presumir tratar-se de uma referência à abdicação de Dom Pedro I, ao qual se imputava por muitos o título de absolutista. Contudo, vale destacar que quando da publicação de seu primeiro número, em 17 de abril de 1831, o então Imperador já havia renunciado ao posto, mas este episódio só foi noticiado na edição número 6, datada de 4 de maio do mesmo ano. Com respeito a tal intervalo, Klafke aponta para as possíveis justificativas, como as dificuldades de comunicação da época, bem como, mais que do atraso em receber os informes, pudesse se tratar de uma necessidade por “verificar o desenvolvimento dos acontecimentos, ou de manter contatos com correligionários, antes de um pronunciamento mais comprometido”. Cf Klafke, *Op. cit.* p.37.

O autor refere-se ao governo de Hípias que, inicialmente, continuou política de embelezamento e desenvolvimento da *pólis* ateniense, iniciada pelo pai. Porém, com o assassinato de seu irmão mais novo, Hiparco, pelos “Tiranicidas”, Harmódio e Aristogíton, Hípias, que até então tinha governado de forma moderada, integrando aristocratas de todas as facções no arcontado, passou a adotar uma série de medidas impopulares, até sua deposição, quatro anos depois, em 510 a.C., quando o rei espartano Cleómenes I ataca Hípias em Atenas contando com o apoio dos atenienses hostis à tirania.²⁸⁰ Para o redator da publicação, foi o desrespeito às leis e a inclinação despótica que levaram os filhos de Pisístrato a terem um final trágico, não tendo estes conduzido seus governos de forma equilibrada e moderada como seu pai.

Cabe aqui destacar que a avaliação sobre o governo de Pisístrato presente no impresso consta igualmente nos autores clássicos que escreveram a seu respeito. Segundo Heródoto, Pisístrato, ao se tornar senhor de Atenas, não perturbou o exercício das magistraturas, nem alterou as leis, mas “pôs em ordem a cidade e governou-a sabiamente, segundo os costumes tradicionais”.²⁸¹ Da mesma forma, Tucídides afirma que, de um modo geral, Pisístrato “não oprimiu o povo no exercício do poder; mas mantinha-o sem cometer injustiças, e realmente praticava de longa data a virtude e cultivava a inteligência de maneira excepcional para tiranos”, da mesma forma, “a cidade conservava as leis pré-existentes, com a única exceção de que os tiranos tomavam as medidas cabíveis no sentido de que somente alguém de sua família exercesse o poder”.²⁸² Para Aristóteles, Pisístrato gozava da reputação de ser democrata extremado e sua administração era feita mais como governo constitucional que tirânico.²⁸³

Entretanto, pra além da pretensa ordem, passível de ser conquistada apenas por intermédio do Estado monárquico centralizado, o periódico legalista conclui seu comentário acerca das monarquias moderadas sem extirpar o elemento instável próprio da disputa pelo poder e a ameaça seccionária, como característica contingente deste mesmo modelo político:

Vós vedes que os Atenienses não se teriam considerado livres se o Monarca tivesse podido ofender impunemente um só Cidadão. Ora esta opinião bastava para forçar a autoridade a conter-se nos limites prescritos pelas Leis. Neste Governo o Areópago e o Senado não recebiam a autoridade do Monarca, mas sim

²⁸⁰ Sobre este episódio: Cf.: TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, VI.54,56-58; Cf.: HERÓDOTO. *Histórias*, V.55, VI.123; Cf.: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, 17-20.

²⁸¹ HERÓDOTO. *Histórias*, I, LIX.

²⁸² TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, VI.54.

²⁸³ ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XIII-XV.

das Leis, a que Pisístrato era sujeito; Leis, que ele não podia mudar, porque eram protegidas por Corpos poderosos, e pela opinião, de que ele mesmo suportava o jogo. Nem todas as Monarquias Moderadas são constituídas como a de Athenas no tempo dos Pisistratides; e nós veremos muitas espécies delas. Este Governo por sua constituição é mesmo sujeito a variações contínuas, por que os Poderes, que se contrabalançam, fazem continuamente esforços para ter cada um a preponderância. O Monarca quer estender sua autoridade e limitar a dos Corpos, os Corpos querem estender a sua, e limitar a do Monarca. Assim a balança pende alternativamente, ora de um lado, ora de outro. Mas que é comum a todas as Monarquias Moderadas, e o que faz a natureza delas, é ter Leis fundamentais, que o Monarca não tem o poder de mudar arbitrariamente.²⁸⁴

Guilhermino César, sobre a imprensa desse período, a firma que:

[em] todos os jornais, da capital como do interior, predominava o tom polêmico, o partidarismo faccioso, dividindo as opiniões entre liberais e restauradores, aqueles adeptos de um nacionalismo extremado, jacobinos violentos, enquanto estes, na maioria portugueses, ou ligados aos restauradores, se opunham ao jacobinismo e à violência dos patriotas.²⁸⁵

Em se tratando das diversidades de tendências políticas e agrupamentos, não se pode falar em termos de partidos políticos propriamente, o que só viria a se constituir enquanto tal, segundo determinados critérios de organização, a partir do século XX. Da mesma forma, não existia um nítido recorte social no interior dos partidos, visto que tratavam-se de grupos inscritos na mesma elite, contrastando devido ao grau de proximidade de dependência com o governo central. Não obstante, a noção de “partidarização” era carregada de uma conotação pejorativa, pois apontava no sentido de sedições e ruptura com a integridade da ordem nacional, sobretudo em um momento onde se buscava a consolidação da independência, bem como a afirmação da unidade e nacionalidades brasileira. De maneira que os partidários estavam associados a facções, colocados na condição de inimigos da pátria.

Contudo, isso não impedia que mesmo os críticos mais ferrenhos de organizações políticas em torno de determinadas orientações e proposições também se articulassem na forma de agrupamentos e agremiações, para as quais a imprensa representava um instrumento de propagação e exposição de seus posicionamentos políticos. Segundo Marco Morel, as divisões políticas fundamentais se expressão através da tripartição de soberanias corrente em princípios do século XIX: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação, não se tratando de “uma visão estanque e rígida entre três realidades distintas, mas da compreensão do conceito de soberania além do ‘poder de decisão’, ou

²⁸⁴ CORREIO DA LIBERDADE, nº9, 14 de maio de 1831, p.33.

²⁸⁵ CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971, p.89.

seja, como relações de poder, onde as decisões são resultado de uma tensão entre o governo e as forças políticas e sociais”. Em linhas gerais, durante a Regência emergiram correntes político-partidárias, os chamados: Exaltado, Moderado e Restaurador, cujas fronteiras políticas eram bastante tênues, embora se buscasse delimitá-las.²⁸⁶

Os moderados tinham por princípio o equilíbrio, e para seus protagonistas, a justa medida lhes permitia posicionarem-se a respeito de qualquer assunto de forma racional. Em geral, defendiam um Estado forte e centralizador, embora o grau de centralidade variasse significativamente em suas ramificações por todas as províncias. O próprio jornal *O Noticiador* que buscava uma postura moderada na defesa do federalismo apresentava suas críticas ao tratar do partidarismo do período onde “de um foco de descontentes, e ambiciosos rebentam de dia em dia mil partidos, que ameaçam nossa existência no meio da desordem, e da anarquia”.

Tão perniciosos princípios, Senhores, princípios tão funestos devem ser combatidos por todos os homens de bom, Partidos, que não respeitão nem Lei, nem Ordem são o cancro das Sociedades, são a ruína dos Estados. Pela influencia de partidos sediciosos, e rebeldes Roma decaiu de sua antiga grandeza. Em quanto a Ordem Publica, e a Lei foram respeitadas Roma foi a Rainha das Nações; mas quando ambiciosos partidos acreditarão poder mais, que a Lei, Roma foi presa da anarquia; Roma perdeu a consideração, a Liberdade; as portas do Senado foram salpicadas com o sangue dos Césares; os Soldados de Mario, e de Sula cobriram de luto e de terror a Dominadora do mundo: as dissensões, e as rivalidades de Antônio, e de Lépido levaram a consternação, e o pranto ao seio das famílias, e reduzirão a um montão de ruínas a Pátria dos Cincinatos, e dos Cícero. E quererão, Senhores, quererão os Exaltados, ou os Retrogrados representar no Brasil tão lutuosa tragédia?²⁸⁷

O periódico assume neste ponto uma postura moderada, ao mesmo tempo conservadora, atrelada a dimensão legal do poder e das leis como mantenedoras da ordem pública, além de criticar o seccionismo partidário como uma ameaça à Nação brasileira, buscando no exemplo romano um modelo do quanto o faccionismo de uma sociedade pode levá-la a ruína, em um elogio à República patrícia de Roma, a qual as dissensões de *optimates* e *populares* arrastaram-na para o despotismo do Império. O episódio retratado no texto do periódico se refere à criação da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* - da qual o seu editor fora signatário -, criada no Rio de Janeiro por Evaristo Vieira, em 1831, defendendo a necessidade de um acordo entre liberais exaltados e moderados frente a um inimigo comum, os restauradores. Em 1833, *O Noticiador* se tornaria o propagador dos ideais desta sociedade, sobretudo em razão da tentativa de se criar na

²⁸⁶ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, p.33.

²⁸⁷ O NOTICIADOR, nº47, 22 de junho de 1832, p.196.

província uma ramificação da *Sociedade Militar*, fundada por oficiais do exército brasileiro, na maioria portugueses, em defesa do retorno do imperador D. Pedro I ao trono. O jornal *Correio da Liberdade* manifestava simpatia por tal sociedade, inclusive, seu editor, Manoel dos Passos Figueroa, mais tarde, após encerrar as publicações deste folheto, publicaria o periódico *Idade D'ouro*, de caráter restaurador, adito ao Partido Caramuru e defensor da Sociedade Militar. Por sua vez, os restauradores compunham uma tendência constitucional com forte matiz antiliberal (embora sem negar totalmente o liberalismo), colocando em destaque a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular.

4 - *Sejamos gregos na glória e na virtude, romanos*

Em um contexto de instabilidade política repleto de incertezas deixadas pela Abdicação de Dom Pedro I, o horizonte de expectativas que se apresentava a estes homens dedicados à imprensa, que experienciavam pela primeira vez um ensejo de República, a referência da Antiguidade clássica se investe no sentido de proporcionar aos homens os modelos cívicos pelos quais deveriam se guiar. Nisto se denota uma perspectiva de história cíclica, na qual diferentes povos atingem a civilização e após, a decadência. Perspectiva análoga se encontra em Lucrécio, para quem a decadência era também um dado da natureza, semelhante aos ciclos da agricultura, a formação das sociedades corresponderia igualmente à superação natural de ciclos orgânicos, seguindo um sistema que vai desde o nascimento, passando pela maturação, até o apogeu, e conseqüente decadência, e morte.²⁸⁸ Tucídides apresenta perspectiva semelhante na figura de Péricles, que ao se dirigir aos cidadãos de Atenas, relembra a glória da cidade que, entre todos os helenos, imperou sobre o maior número deles, enfrentando nas guerras os mais importantes adversários e os mais numerosos exércitos, unidos ou separados, habitando então a cidade mais rica em tudo e maior de todas, que, porém, agora manifestava alguma fraqueza, conforme a natureza das coisas, que sujeita tudo ao declínio.²⁸⁹

Na medida em que se aponta para as razões que levaram à ruína o Império Romano e a Grécia – como o abandono de costumes, o gosto pelo luxo e a degradação moral, que minaram as bases virtuosas sobre as quais estes Estados foram edificados – o que se busca com o paralelo estabelecido pelo periódico é orientar a recente nação brasileira a inspirar-se

²⁸⁸ GIACOMONI. *Op. cit.*, p.69.

²⁸⁹ TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, II. 64.3.

nos dignos exemplos dos homens ilustres que fizeram a glória de Atenas e Roma e, assim, obstinadamente persegui-los, a fim de construir uma pátria forte, fundada em virtudes morais conforme a natureza, em vez de alimentar os vícios cujo gérmen corroeu as estruturas internas das civilizações antigas.

Quando lemos no resumo da Enciclopédia este belo pedaço de eloquência histórica, não podemos resistir aos desejos de o traduzir em vulgar, para que os nossos judiciosos Leitores, pondo em paralelo esses heroicos costumes da antiguidade com os nossos, tirassem o resultado, de que somente pela estrada da virtude se pode chegar a verdadeira felicidade. Sem costumes regulares de que valerão as melhores Leis? O amor, e o respeito a Lei geram os bons costumes, ou para melhor dizer, produzem todas as virtudes patrióticas, põem em harmonia à todos os Cidadãos, liga-os por uma força irresistível para o interesse publico, torna o Corpo do Estado, se não invulnerável, ao menos invencível, e impõem silencia à todas as paixões. A Pátria é a Lei: e está é a Virtude; e se as grandes ações se reproduzem aonde a boa moral, se os Romanos por sua austeridade, e heroísmo conservarão as suas instituições e se fizeram tímidos e respeitados; sigamos o seu exemplo, reformemos os nossos costumes, para sustentarmos melhor a nossa liberdade: deste modo concorreremos para o Bem-Ser da nossa querida Pátria, mereceremos a estima, e opinião dos amigos da Ordem, e seremos admirados dos Povos estranhos.²⁹⁰

O que se depreende do texto, bem como dos anteriormente transcritos, é o elogio feito à República romana patrícia: de Cincinato, escolhido *ditador*²⁹¹ enquanto arava a terra e, abandonando o arado, saiu em socorro de Roma, vindo a renunciar a todas as honras e poderes, tendo passado apenas três meses, retornando à sua casa a tempo da colheita;²⁹² a Roma de Caio Fabrício Luscino, herói da batalha de Heracleia, austero e incorruptível;²⁹³ a República de Marco Fúrio Camilo, escolhido cinco vez como *ditador*, e honrado à sua morte com o título de *Segundo Fundador de Roma*.²⁹⁴ Heróis como estes fizeram o nome e a glória da Roma patrícia. Conforme dizia Cícero: “se Roma existe, é por seus homens e seus hábitos”, pois, não fossem as instituições antigas, o respeito às tradições, e os singulares heróis, “teria sido impossível aos mais ilustres cidadãos fundar e manter, durante tão longo tempo, o império de nossa República”.²⁹⁵

Em contrapartida, os personagens contemporâneos ao periódico considerados indignos, qual Dom Miguel I, eram referidos como *Tibério de Portugal*²⁹⁶ e *Caracala Miguel*²⁹⁷,

²⁹⁰ O NOTICIADOR, nº64, 20 de agosto de 1832, p.263.

²⁹¹ Para evitar confusão com o vocábulo moderno “ditador” e suas múltiplas conotações, se optou pelo uso do verbete em latim, referente à magistratura da Roma Antiga concedida pelo senado romano, em tempo de crise política e social, que prescrevia poder ilimitados durante seis meses àquele fosse escolhido.

²⁹² TÍTO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*, III, 26–29.

²⁹³ PLUTARCO, *Vidas paralelas*: A vida de Pirro e Mário, 18.

²⁹⁴ PLUTARCO, *Vidas paralelas*: A vida de Temístocles e Camilo, 1.

²⁹⁵ CÍCERO, *Da República*, VI, 1.

²⁹⁶ O NOTICIADOR, nº62, 13 de agosto de 1832, p.256.

referências aos imperadores romanos famosos por sua crueldade. A dimensão da virtude também era media entre as mulheres, conforme o paralelo traçado por *O Noticiador*, ao afirmar que sendo as mulheres formadas pelas instituições, elas mesmas teriam a capacidade de transformar em costumes essas mesmas instituições. Para o autor do impresso, a corrupção quase sempre tem início em figuras femininas e, contudo, “somente delas se derivam o amor do belo, a força moral, a generosidade, a grandeza d’alma e, sobretudo, essa política social, que constitui particularmente a civilização”. Diante disso conclui: “logo que as mulheres se degradam, a sociedade perece. Messalina é o símbolo de Roma debochada, Cornélia representa Roma livre, e virtuosa”.²⁹⁸ De forma análoga, como se evidência em matéria publicada no dia 20 de agosto de 1832, seu autor reflete sobre as leis e os bons costumes como produtores das virtudes patrióticas necessárias à prosperidade do Estado, atribuindo novamente a estes a razão da grandeza de Roma, Atenas e também de Esparta:

Foram os costumes de Atenas, de Roma e de Lacedemônia, que espantaram o Universo, cujos prodígios de virtude ainda hoje admiramos. Que zelo, que Patriotismo não inflamava os particulares! Que veneração não tributavam todos os Cidadãos aos Senadores de Roma! Com que transporte não vinham os outros Povos render homenagem às suas virtudes, e às suas Leis? Sombras ilustres dos Fabrícios e dos Camilos! eu vos invoco em testemunho: dízei; por que venturoso artifício se tornou Roma Senhora do mundo por espaço de tantos séculos? Foi somente pelo terror das Leis, ou pelas virtudes dos seus Concidadãos? Venerando Cincinato!, como te fizeste o exemplo da Pátria, e o terror dos seus inimigos? Ó Roma! Em quanto os Teus virtuosos Ditadores só te pediam instrumentos de agricultura, em recompensa das suas vitórias, tu reinaste sobre o Universo.²⁹⁹

Cícero, colocando-se diante de uma República decadente, alega que em época anterior a força dos costumes fora capaz de elevar varões insignes, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. Contudo, em sua época, ao contrário, os homens receberam a República como uma *pintura insigne*, da qual o tempo começara a apagar as cores, não cuidando estes em restaurá-la e dar-lhe novo brilho às antigas matizes, “como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e os últimos contornos”, e questiona:

²⁹⁷ O NOTICIADOR, nº68, 03 de setembro de 1832, p.282.

²⁹⁸ O NOTICIADOR, nº54, 16 de julho de 1832, p.226. Desse aspecto se depreende o caráter civilizador das mulheres, perspectiva bastante recorrente ao longo da história, presente inclusive na Epopeia de Gilgamesh, quando, com vista ao modo excessivo do protagonista de governar, a deusa Ninhursag, no intuito de castigá-lo, criou uma besta selvagem chamada Enkidu, que passou a molestar aos pastores que, queixosos, recorreram à Gilgamesh. O rei então enviou uma mulher chamada Shamhat, uma prostituta-sagrada, para ter com Enkidu. O contato com esta, através do ato sexual, civilizou a Enkidu, de maneira que, passadas algumas noites, este já não era mais uma besta, mas sim um homem, que comia do pão e bebia do vinho. Cf.: SANDARS, N. K. *A epopéia de Gilgamesh*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

²⁹⁹ O NOTICIADOR, nº64, 20 de agosto de 1832, p.263.

Que resta daqueles costumes antigos, dos quais se disse terem sido a glória romana? O pó do esquecimento que os cobre impede, não já que sejam seguidos, mas conhecidos. Que direi dos homens? Sua penúria arruinou os costumes; é esse um mal cuja explicação foge ao alcance da nossa inteligência, mas pelo qual somos responsáveis como por um crime capital. Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que, conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo.³⁰⁰

Para os autores clássicos, escritores e comentadores da história de Roma e Grécia, a noção de decadência nunca é um fato isolado, atribuindo-se a ela tanto fatores internos quanto externos, que convergem de forma centrífuga para a ruína dos Estados, de maneira que os elementos externos corrompem as estruturas internas e, por sua vez, modificam os costumes, afetando assim os princípios morais vigentes que orientam os homens.

A percepção sobre o passado contida nos textos publicados em *O Noticiador* se manifesta uníssona aos anseios moralistas presentes em Políbio, Cícero, Tito Lívio, Salústio, Tácito, Sêneca, entre outros. As causas últimas para o declínio das cidades e dos impérios antigos eram, em tais gêneros de reflexão, os indivíduos e seus comportamentos.³⁰¹ Conforme destaca Vargas, as raízes para a decadência podem ser reduzidas a três fatores intimamente ligados: político, cultural e moral. Tal associação denota o aspecto moralista destas apreciações, na medida em que correlacionam as diferentes instâncias de uma sociedade e seu grau de coesão a questões de cunho moral, uma vez que, até meados do século XX, as civilizações eram tomadas geralmente como a expressão de “sistemas de costumes”, estando os conhecimentos sobre a realidade reduzidos às esferas do *indivíduo*, da *moral* e da(s) *divindade(s)* ou da *sorte*, contudo:

No início do século XX, tendo os deuses e o acaso sido extirpados da realidade humana, restaram o indivíduo e sua moral como instâncias privilegiadas para o diagnóstico da realidade e para a proposição da sua reformulação a partir de assustadoras descrições dos caminhos então trilhados. A relação entre o fim do Império Romano e declínio é lugar-comum na tradição ocidental decadentista, o exemplo maior do sombrio destino de uma sociedade contaminada pela dissolução de costumes.³⁰²

Na visão dos antigos a respeito da decadência, o elemento exógeno à realidade em questão, a exemplo do luxo, degenera as instituições internas em razão de estas terem sido constituídas conforme a natureza das coisas. Assim, toda e qualquer transformação adquire um caráter deletério, visto que corresponde ao abandono dos princípios nos quais aquela

³⁰⁰ CÍCERO, *Da República*, VI, 1.

³⁰¹ VARGAS, A. Z. *Op. cit.*, p.7.

³⁰² *Ibidem*, p.7-8.

sociedade fora erigida pelos ancestrais, o que significa escamotear a tradição e abandonar os costumes antepassados (*mos maiorum*) aos quais a glória presente se deve.

O abandono dos costumes corresponde à corrupção moral da sociedade, quando aquilo que outrora fora passa a não ser mais. Essa mudança lança os homens a práticas que os distanciam dos elementos fundacionais daquilo que eram antes, levando-os a questionar as leis, bem como a transgredi-las. Da mesma forma, este abandono modifica os hábitos que definiam aquela sociedade, tal qual o excesso de riqueza que estimula o ócio, a indolência, a opulência e a depravação. Por conseguinte, o contato com diferentes culturas e a absorção de seu modo de vida representam um elemento degenerador, conquanto subvertem a ordem das coisas, como a “barbarização” de Roma ante sua expansão territorial.

Tais processos configuram aquilo que os gregos chamam de *stasis*, um estado caracterizado pela convulsão das instituições internas a uma sociedade na qual todas as forças convergem contra si. Segundo Finley, seria a marca do fracasso final do consenso e o abandono da política.³⁰³ Diante disso, a lei passava a ser uma das garantias possíveis para se tentar manter a ordem. Buscava-se na fabricação das leis a retomada de uma persuasão pela moral, por meio do resgate dos costumes.

O jornal *Noticiador* faz referência a este estado das coisas ao citar o Péricles tucidideano, quando:

As palavras as mais conhecidas mudaram de acepção: deu-se o nome de duplicidade a boa fé, de perfídia a moderação; de fraqueza, pusilanimidade e espírito de servilismo à prudência; entretanto que os lances de ferocidade tomarão o nome de agudos repentes de uma alma forte, e de um ardente zelo para a causa comum.³⁰⁴

³⁰³ FINLEY, Moses. *O legado da Grécia*. Uma nova avaliação. Brasília: Editora UnB, 1998, p.34.

³⁰⁴ O NOTICIADOR, nº6, 24 de janeiro de 1832, p.21. A publicação em questão trata-se de uma transcrição de um texto impresso pelo jornal *O Homem e a América* do Rio de Janeiro, editado em 17 de dezembro de 1831 em seu décimo número, ao qual o periódico rio-grandense refere ao final. Contudo, não se faz referência a obra de onde fora extraído o excerto, que se encontra em TUCÍDIDES. *Op. cit.*, III, 82: “A significação normal das palavras em relação aos atos muda segundo os caprichos dos homens. A audácia irracional passa a ser considerada lealdade corajosa em relação ao partido; a hesitação prudente se torna covardia dissimulada; a moderação passa a ser uma máscara para a fraqueza covarde, e agir inteligentemente equivale à inércia total. Os impulsos precipitados são vistos como uma virtude viril, mas a prudência no deliberar é um pretexto para a omissão. O homem irascível sempre merece confiança, e seu oposto se torna suspeito. O conspirador bem-sucedido é inteligente, e ainda mais aquele que o descobre, mas quem não aprova esses procedimentos é tido como traidor do partido e um covarde diante dos adversários. Em suma, ser o primeiro nessa corrida para o mal e compelir a entrar nela quem não queria é motivo de elogios”. Equivocadamente, o autor do libelo refere tratar-se da conjuntura de *stasis* em Atenas, conquanto a passagem mencionada refere-se à cidade de Cócira. Da mesma forma, nas versões contemporâneas da obra, tais palavras são atribuídas ao próprio Tucídides.

O excerto do periódico refere-se ao episódio relatado por Tucídides em que os corcíreus, divididos entre facções oligárquicas e democráticas, imergiram a cidade em uma rebelião. Tendo estes sido derrotados em batalha naval pelos peloponésios, divididos em suas alianças, alguns buscaram uma aproximação com os lacedemônios, rompendo então o pacto selado com os atenienses.³⁰⁵ Temerosos de que as naus inimigas retornassem para atacar a cidade após a batalha, os corcíreus ao perceberem a aproximação da frota ateniense e a fuga da frota peloponésia, lançaram-se a matar todos os seus inimigos pessoais e a executar todos os homens que estavam a bordo das naus que protegiam a cidade. No desenrolar dos acontecimentos, as diferentes facções passaram a matar uns aos outros, desrespeitando inclusive recintos sagrados manchando-lhe o chão de sangue, enquanto outros muitos cometeram suicídio.³⁰⁶

Após a chegada da frota ateniense, os corcíreus continuaram massacrando os seus concidadãos tidos como adversários políticos, acusando-os de conspirar para destruir a democracia, quando, na realidade, alguns foram mortos simplesmente por causa de inimizades pessoais. Outros, por serem credores, foram mortos pelos que lhes haviam pedido dinheiro emprestado. A morte se revestiu de todas as formas e todos os horrores imagináveis naquelas circunstâncias foram consumados, ao ponto de pais matarem filhos. Os excessos de crueldade a que a rebelião os levou pareciam ainda mais brutais em vista de seu ineditismo.³⁰⁷

O referido texto impresso *Noticiador* toma por base os eventos descritos por Tucídides ao elaborar sua crítica às sublevações vivenciadas no país naqueles anos, marcados pelas disputas entre as elites nacionais, divididas, grosso modo, entre centralizadores e liberais. A isso somava-se o perigo representado pelos portugueses, vistos como uma permanente ameaça absolutista, aos quais os mais exaltados exigiam a deportação, com vista aos privilégios de que gozaram no acesso aos cargos públicos e postos militares. Além disso, muitos lusitanos vieram anistiados ao fugirem de D. Miguel em Portugal, e desembarcarem no Brasil sendo acolhidos, na época, pelo monarca e mantidos pelos cofres públicos. À semelhança do texto tucidideano, o libelo afirma:

Foi sempre próprio das revoluções o fazer aparecer esses homens que com insinuações pífidas armam o Cidadão contra o Cidadão, os governados contra os governantes, e os povos contra a lei. Se temos desenfreados demagogos, Roma teve seus tribunos facciosos, seus Saturninos, seus Múcios; teve Athenas seus

³⁰⁵ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, III, 70-76.

³⁰⁶ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, III, 77-81.

³⁰⁷ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, III, 82.

Cléon, seus Cléofon. Por toda a parte elas têm acendido no povo o fanatismo de uma liberdade mal entendida, que o tem feito cometer mil criminosos excessos.³⁰⁸

Para Salústio, uma das razões que levaram Roma à crise fora a falta de virtudes (*virtus*) – semelhante à *aretê* grega, excelência e síntese de todas as virtudes – dos cidadãos de seu tempo, que fizeram os homens do passado da cidade, quando entre eles existia maior emulação pela glória: “cada um se apressava a ferir um inimigo, a escalar um muro” a ser visto em banquetes e na companhia de cortesãs, “eram as riquezas que consideravam, esta a boa fama, esta a grande nobreza. Eram ávidos de glória e liberais de dinheiro; queriam a fama grande e as riquezas honradas”³⁰⁹, moderados em sua vida pública e privada.³¹⁰

De forma semelhante, em outro momento do texto do dia 29 de abril, o autor declara o que a seu ver era preciso ser feito para alimentar as virtudes da Nação brasileira:

Quando porém todos os sentimentos generosos de um povo estão à ponto de extinguir-se; quando a corrupção tem lavrado até o coração mesmo do estado; preciso é então ir procurar a última centelha de virtude, excitá-la pelo amor inato da glória, de todos as paixões nobres aquela que por último amortece em uma nação corrompida. Trabalhar em fim por alimentá-la, para dar novo impulso, e criar novos órgãos à [máquina] social, e ir de virtude em virtude remontando até a sã moral.³¹¹

E prossegue se:

Mas será esta, Atenienses, a conduta, que haveis adoptado? Sede vós mesmos os vossos juízes, e julgai. Vós tendes esquecido as mais sabias, e salutareis instituições dos vossos antepassados; tendes perdido o gosto para os prazeres simples da natureza; tendes vos abandonado a todos os desvarios do luxo, e da opulência; e rompido todos os laços, que unem os cidadãos; a virtude já vos importuna; por vós foi votado ao extermínio o melhor dos homens (Sócrates), e condenado o justo (Aristide) à acabar no desterro; vós desdenhais dos que pronunciam ainda o antigo nome de pátria; a gloria não vos inflama já, e não é mais para vós, do que um nome vão; o amor dos prazeres, a moleza, a ociosidade tem corrompido nossos peitos; o desprezo das leis tem seguido o desprezo da Divindade, e Pluto é o único deus, que ainda venerais. Q’ué d’aqule tempo, em que um ramo de louro, uma coroa de murta, faziam toda a glória do mais ambicioso dos homens? Nossos maiores realizaram grandes coisas com pequenos meios; e nós, que temos nós conseguido com todos os Tesouros da Pérsia? Ah! Atenienses! Se o ouro tem tanto valor como cuidais; porque não comprais com ele um Miltiade, um Temístocles, cidadãos, e heróis?”³¹²

³⁰⁸ O NOTICIADOR, nº6, 24 de janeiro de 1832, p.21.

³⁰⁹ SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 7.

³¹⁰ GIACOMONI. *Op. cit.*, p.69.

³¹¹ O NOTICIADOR, nº04, 29 de abril de 1832, p.13.

³¹² *Idem*.

O estilo argumentativo da publicação manifesta semelhanças com o discurso que Ésquines proferiu contra Demóstenes. Na ocasião, um ateniense chamado Ctesifonte propôs que se atribuísse, em ocasião do festival das *Grandes Dionísias*, uma coroa de ouro – honra com que eram distinguidos os cidadãos beneméritos – a Demóstenes, pelos serviços prestados à cidade, entre os quais se contava a reparação das muralhas do Pireu, para a qual o próprio Demóstenes havia contribuído a partir de suas próprias finanças.³¹³ Ésquines, um dos mais arrebatados oradores atenienses, tradicional adversário de Demóstenes, insurgiu contra essa homenagem movendo uma ação contra Ctesifonte, alegando se tratar de uma violação à Constituição, uma vez que Demóstenes não havia ainda prestado contas dos seus atos administrativos e, além disso, em seu entender, nenhum mérito possuía que justificasse tal distinção honorífica.³¹⁴ O acusado era Ctesifonte, mas o verdadeiro alvo de Ésquines era, evidentemente, Demóstenes.³¹⁵

Em seu discurso *Contra Ctesifonte*, Ésquines tomou a tribuna e, com grande eloquência, procurou demonstrar que a homenagem proposta para Demóstenes era contrária às leis da cidade, ao que este respondeu com a *Oração da coroa* (considerada sua obra maior) em defesa de Ctesifonte,³¹⁶ De maneira semelhante ao recurso utilizado pelo redator do jornal, Ésquines interpela os cidadãos de Atenas a cada argumento:

Vede, ó atenienses!, que aparato se desdobra, que exército se forma em batalha; vede determinados homens solicitar em praça pública a abolição das leis dos costumes de Atenas. Quanto a mim, apresento-me cheio de confiança nos deuses, nas leis e em vós, porque, perante vós, a intriga não prevalecerá nem sobre as leis nem sobre a justiça... Quisiera, ó atenienses!, que o Conselho dos Quinientos, que as Assembleias do povo, fossem regularmente regidas por aqueles que as presidem, e que a legislação de Sólon, acerca da disciplina dos oradores, recobrasse seu império. [...] Bem o sabeis, atenienses: há nos povos três classes de

³¹³ PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas de Marta Várzeas. Coimbra: CECH, 2010, p. 18.

³¹⁴ *Idem*.

³¹⁵ Ésquines fora acusado por Demóstenes juntamente com Timarco, em 345 a.C., de traição ao conspirar com Felipe II da Macedônia contra Atenas, quando este fora enviado em 348 a.C. como embaixador ante a Assembleia da “*Confederação dos Dez Mil*” em Megalópolis, na Arcádia, em a fim de preparar uma liga pan-helênica contra a Macedônia. Com do fracasso do projeto, diante do isolamento de Atenas, o orador se viu na necessidade de estabelecer uma política de concessões, negociando a paz com os macedônios. Ésquines defendeu-se da acusação dirigindo um discurso contra Timarco, argumentando que este não tinha direito a se manifestar na Assembleia de Atenas devido ao seu estilo de vida depravado. Ésquines fora absolvido das acusações e Timarco perdeu seus direitos políticos (*atimía*). Contra Ésquines, Demóstenes dirigiu seu discurso *Sobre a Embaixada*, do qual se defendeu sendo novamente foi absolvido. Cf. PSEUDO-PLUTARCO. *Vidas dos dez oradores*, 840a-841a.

³¹⁶ Os Atenienses se colocaram ao lado de Demóstenes, absolvendo à Ctesifonte, apesar de que as objetos legais que Ésquines opunha ao outorgamento da coroa eram válidas, demonstrando claramente a votação dos cidadãos à Demóstenes, que nele viam o feroz adversário da expansão macedônica e o defensor da liberdade que tanto prezavam. O resultado foi a condenação de Ésquines, que não conseguiu nem a quinta parte dos votos, ao pagamento de uma multa. Como não podia pagar, teve de sair imediatamente da cidade e exilar-se, deixando assim definitivamente da cena ateniense, passando o resto da sua vida em Rodas e na Iônia como sofista. Cf.: PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*, 24.1-3.

governo: monarquia, oligarquia a democracia. As duas primeiras são regidas pela vontade dos chefes, a democracia pelas leis que dá a si própria. Tende por certo que, quando um de vós sobe ao Tribunal para julgar uma infração da lei, trata de sua própria liberdade. O legislador escreveu no início do juramento dos juizes: decidirei com justiça, tendo em vista as leis. E isto porque sabia que o culto das leis é a salvaguarda do poder popular. Animados deste espírito, castigai aquele que afronta a lei por meio de um decreto; não acrediteis que sejam pequenas faltas o que é um crime enorme.³¹⁷

Conforme a argumentação de Ésquines, homenagear Demóstenes com uma coroa de ouro representaria um desrespeito às leis estabelecidas e aos antepassados, visto que semelhante honraria não fora entregue a outros ilustres cidadãos que maiores serviços à Pátria prestaram:

Na sua opinião, é um homem melhor Temístocles, que controlam o exército quando você venceu a batalha naval persa em volume de Salamina, ou Demóstenes, que agora abandonou seu posto? E Milcíades, que venceu os bárbaros na batalha de Maratona ou este? [...] E Aristides, chamado o Justo, que tinha epíteto diferente do de Demóstenes diferente? No entanto, pelos deuses do Olimpo, eu acho que não é justo fazer menção a esta fera e aqueles homens nem sequer no mesmo dia. Bem, que ponha de manifesta Demóstenes em seu próprio discurso se em algum texto está reconhecida a concessão de uma coroa a algum desses homens. Caso foi ingratidão do povo? Não, ainda que magnânimo; e aqueles, se dúvida, dignos da cidade não criam que era preciso ser distinguido nas atas oficiais senão na memória dos que haviam experimentado o benefício, ao qual desde aquela época até este dia se mantém em situação de imortal. Que recompensas obtinham, merece a pena mencionar-lo.³¹⁸

Mais adiante:

[...] Vós a Demóstenes, que não transportara o ouro dos medos [persas], senão que o tem recebido como preda e ainda também agora o possui, com uma coroa de ouro vais coroá-lo. E Temístocles e os que morreram em Maratona e os de Plateia e as próprias tumbas dos antepassados, não credes que irromperam em lamentos se o que concerta com os bárbaros opor-se aos gregos vá ser coroado?³¹⁹

³¹⁷ No original em espanhol: “Ya veis ¡oh atenienses! qué aparato se despliega, qué ejército se forma en batalla; ya veis á determinados hombres solicitar en la plaza pública la abolición de las leyes y de las costumbres de Atenas. En cuanto á mí, me presento lleno de confianza en los Dioses, en las leyes y en vosotros; porque ante vosotros la intriga ne prevalecerá sobre las leyes ni sobre la justicia. Quisiera ¡oh atenienses! que el Consejo de los Quientos, que las Asambleas del pueblo, fuesen regularmente regidas por aquellos que las presiden, y que la legislación de Solon, acerca de la disciplina de los oradores, recobrase su imperio. [...] Lo sabéis, atenienses; hay en los pueblos tres clases de gobierno: monarquía, oligarquía y democracia. Las dos primeras se rigen por la voluntad de los jefes; la democracia por las leyes que á sí propia se da. Tened por seguro que cuando uno de vosotros sube al tribunal para juzgar una infracción de la ley, trata de su propia libertad. El legislador ha escrito á la cabeza del juramento de los jueces: Decideré con arreglo á las leyes. Pensaba que el culto de las leyes es la salvaguardia del poder popular. De este espíritu animados, perseguid al que ataca la ley por medio de un decreto; no creáis ligeras faltas lo que es un crimen enorme; no os dejeis arrebatar por nádie el derecho.” ÉSQUINES, *Contra Ctesifonte*, 1-9. (tradução nossa). Ésquines refere-se à fuga de Demóstenes do campo de batalha

³¹⁸ ÉSQUINES. *Contra Ctesifonte*, 182-185. (tradução nossa)

³¹⁹ ÉSQUINES. *Contra Ctesifonte*, 259. (tradução nossa)

Assim como Ésquines buscou destacar o quanto conferir uma coroa de ouro a Demóstenes representaria uma transgressão das leis instituídas em Atenas, segundo os costumes ancestrais, o redator de *O Noticiador* argumenta no sentido de enaltecer a importância das leis e dos costumes, sustentáculo destas, para a prosperidade das nações, bem como a prevalência dos legisladores para a observância das leis.

Nesta situação análoga, a crítica dirigida pelo jornal destinava-se aos governantes do período, que se entregavam aos deleites e à opulência do luxo, indolentes e incapazes de fazer despertar as virtudes cívicas no povo. Não mais sendo comovidos por aquilo que representara a glória dos mais ambiciosos homens de outrora, o ramo de louro, a coroa de murta, que na Atenas clássica, onde todo o cidadão tinha direito a se manifestar na Assembleia, era colocada sobre a cabeça dos homens, conferindo-lhe caráter sagrado pelo tempo de sua intervenção, símbolo da imunidade parlamentar.³²⁰ Por conseguinte, a coroa de murta contrasta com a coroa de ouro oferecida a Demóstenes, e a censura lançada à opulência presente na acusação feita por Ésquines de que este teria recebido ouro dos persas. O autor do folheto busca na autoridade contida na Antiguidade clássica exemplos que orientem a conduta dos homens e governantes da Nação brasileira:

Assim se expressava em outro tempo o Catão dos Gregos, o virtuoso discípulo de Platão, quando sensível aos males, que afligiam a sua pátria, desenvolvia a seus concidadãos as suas lições de moral, e de política, no momento em que ela tocando o maior cúmulo de glória, e assombrada pelo esplendor da sua administração; mas já fatigada da sua magnificência, enervada pelo luxo, e pela opulência, e estragada pela corrupção dos costumes, parecia impor por uma aparência de prosperidade, quando na realidade marchava precipitados passos, mas alegre, para a sua destruição. Brasileiros menos virtuosos! Se neste quadro alguma cousa achardes, que vos possa ser aplicada com utilidade, refleti, e aproveitai-vos.³²¹

Não há como afirmar que o redator de *O Noticiador* tenha lido ou pelo menos tido algum tipo de contato, ainda que distante, por intermédio de terceiros, com o discurso de Ésquines, assim como o mesmo ao aludir a autoria das palavras as quais estava por emitir, referiu-o apenas por “*Catão dos Gregos, o virtuoso discípulo de Platão*”³²². Tomando a obra de Plutarco, *Vidas Paralelas*, por base – a qual se sabe teve grande influência no contexto brasileiro do século XIX, sobretudo a partir da segunda metade, quando os sócios do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) buscaram nos modelos historiográficos da

³²⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. A democracia como difusão do poder. Curitiba: Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional, 2010, p.89.

³²¹ O NOTICIADOR, nº04, 29 de abril de 1832, p.14.

³²² *Idem*.

Antiguidade as bases de suas reflexões em torno da escrita da história nacional, evocando autores canônicos greco-latinos por meio de identificações e analogias, igualmente como o faziam os redatores dos periódicos que aqui são analisados, que acabavam por quase que eliminar as distâncias entre os séculos³²³ - pode-se concluir que, dado o seu equivalente colateral romano da obra de plutarquiana, vulgo Catão, trata-se de Fócion, o estrategista ateniense, discípulo de Platão, conforme aponta o impresso.³²⁴

Segundo Plutarco, Fócion representava um modelo de todas as virtudes, “pelas boas concepções e belas sentenças que continha, era cheio de instrução, muito útil e salutar, mas de um laconismo imperativo, austero e de forma alguma adocicado”.³²⁵ Fócion, diferente de outros em seu tempo que se deixaram seduzir pelas veleidades ouro, trajava vestimentas comuns e no mais das vezes andava descalço, residindo em uma casa simples em Melite, ao sul da Acrópole.³²⁶ Em razão disso, Fócion corresponderia ao modelo cívico a ser emulado por aqueles “brasileiros menos virtuosos”, que destes exemplos deveriam servir-se.

Nesse sentido, a evocação dos clássicos entre os periódicos também desempenhava um intento de cunho moral, seja na censura à ausência costumes sublimes dos quais as leis são forjadas e a partir de onde as virtudes florescem, seja na busca por fornecer exemplos excelsos aos homens de seu período.

Tanto o *Correio da Liberdade* como o *Noticiador* costumavam trazer uma coluna localizada geralmente na última página de cada edição, chamada *Variedades*. Nela mais do que tecer meros comentários acerca de generalidades, tratava-se de impor um apêndice de cunho moralista, à semelhança de pequenos provérbios que melhor orientassem e

³²³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 54. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, os letrados brasileiros empreenderam esforços no sentido de associar o uso do passado, por meio de exemplos biográficos, a finalidades políticas no presente, buscando oferecer modelos de conduta, utilizando-se das biografias de brasileiros ilustres, à maneira plutarquiana, com vista a estimular a imitação por parte de seus leitores. Sob esse propósito que se deu a publicação da *Revista Plutarco Brasileiro*, cujo primeiro número fora editado em 1847. Cf.: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109.

³²⁴ Plutarco procurou estabelecer pares biográficos similares, de acordo com suas trajetórias e virtudes, relacionando a cada par um personagem grego oposto a outro romano. Entre os pares mais célebres estão: Teseu e Rômulo, Temístocles e Camilo, Péricles e Fábio Máximo, Pirro e Caio Mário, Alexander e Júlio César, Demóstenes e Cícero, entre outros. Para François Hartog, o paralelo estabelecido por Plutarco em suas biografias caracteriza a expressão de uma política cultural de legitimação da existência de um império greco-romano, conforme Paul Veyne assim o definiu (Cf: VEYNE, Paul. *O Império Greco-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009). HARTOG apud OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 58.

³²⁵ PLUTARCO, *Vidas Paralelas*: Fócion e Catão, 1-7.

³²⁶ *Ibidem*, 17.

aconselhassem as pessoas no seu proceder, sobretudo no que diz respeito aos propósitos nacionais, funcionando como metalinguagem para os eventos vivenciados no contexto.

Em edição de 14 de maio de 1831, no seu nono número do *Correio da Liberdade*, o jornal trouxe pequenas passagens da história clássica, as quais analiso a seguir:

Perguntando-se a Dionísio (*o Moço*) a razão porque seu Pai, sendo um homem particular, havia conquistado o Reino de Saragoça, e ele tendo nascido já Príncipe, o tinha perdido, disse: *Meu Pai conquistou o Reino, quando se odiava o governo popular; e eu herdei o Principado, quando se odiava a tirania*. Sabia resposta; porque a opinião, de que procedem as conjunturas sinistras, ou favoráveis, é que dá os Tronos, e os tira.

Sendo Temístocles expulso de Athenas e de toda a Grécia, foi para os Persas, onde, sendo recebido pelo Rei com muita grandeza, dizia depois aos que o acompanharão: *Amigos, estávamos perdidos, se não nos perdéssemos...* Com razão: porque muitas vezes é mais proveitoso o desterro para os homens grandes, que a assistência na sua Pátria.

Pelópidas, vendo-se preso por Alexandre Ferreo, contra o salvo conduto, repreendeu-o asperamente. Indignado, Alexandre, lhe disse: *Aparelha te para morrer*. Pelópidas animosamente lhe respondeu: *Estimo essa tua resolução; porque mais ofendidos as Tebanos, te fação com maior brevidade pagar as penas de violares a fé pública.*³²⁷

O primeiro excerto faz referências a Dionísio II (ca. 397 a.C. - 343 a.C.), tirano de Siracusa, o qual Platão pretendeu converter à filosofia. Em sua obra *República* – como faz na *Carta VII* – Platão levanta a possibilidade de os reis ou seus filhos serem transformados em filósofos. É com esse objetivo que vai à Sicília, bem como, para dar apoio a seu discípulo e amigo, Díon, que pretendia transmutar a tirania siracusana em realeza constitucional.³²⁸ O que se denota da passagem é a possível alegoria à conjuntura política brasileira do período, uma vez que a Dionísio, o velho, corresponderia a figura de Dom Pedro I, o qual governou o Império diante de um contexto em que o medo de uma sublevação popular pudesse destituir a Metrópole e, assim, proclamar a Independência do Brasil, e que levou as elites a apoiarem a emancipação sobre aspectos conversadores, representados na pessoa do príncipe português. Diante disso, a Dionísio, o moço, corresponderia o papel de Dom Pedro II, na época ainda menino, que, diante do governo de seu pai e do caráter absolutista de que ele se investiu, renunciava-se o risco da deposição da monarquia em razão do ódio que se atribuía à tirania.

O segundo e terceiro excerto são possíveis fragmentos extraídos das biografias de Plutarco. Entre os biografados estão os dois personagens referidos pelo periódico:

³²⁷ CORREIO DA LIBERDADE, nº9, 14 de abril de 1831, p.35.

³²⁸ Sobre o episódio ver: PLATÃO, *Carta VII*, PLUTARCO, *Vidas Paralelas*: Vida de Díon.

Temístocles e Pelópidas.³²⁹ O primeiro destes dois excertos descreve o episódio em que Temístocles, quando no ostracismo, ironicamente, fora pedir abrigo entre os persas, reino que ajudou a derrotar durante a Guerra Médicas. A referência pode ser lida como uma metáfora às perseguições dirigidas aos portugueses, quando da Independência, e intensificada com a Abdicação de Dom Pedro I. Estes eram acusados de conspirar contra a nação brasileira, cenário diante do qual o periódico sempre manifestou moderação, alegando que, quanto às desordens vivenciadas no contexto, “não podemos capacita-nos que os Brasileiros adotivos, estabelecidos no país, e que nele têm todos os seus haveres, cujas famílias são por consequência puramente compostas de filhos do Brasil, se arrojassem a tanto”.³³⁰ Da mesma forma, caberia como referência ao próprio príncipe herdeiro, sendo ele brasileiro de nascimento, que para algumas correntes políticas, as quais o periódico combatia, deveria igualmente ser expulso do país.

O terceiro fragmento, “*Aparelha-te para morrer*”, refere-se ao episódio em que Pelópidas fora preso por Alexandre de Feras,³³¹ tirado tessálio, quando fora enviado como embaixador tebano para ter com o tirano, em função das agitações que este causara nas cidades livres da Tessália. “Todavia, o tirano, vendo-o mal acompanhado e sem armas, deteve-o prisioneiro e no mesmo instante apoderou-se da cidade de Farsale”. Chegando tal notícia a Tebas, “prontamente enviaram um exército” para Tessália. Enquanto prisioneiro, Pelópidas não diminuía seu ânimo, mas exortava os cidadãos de Feres a terem coragem, e que bastaria ver-se livre para dele, Alexandre, se vingar.³³² A alegoria se investe no sentido de que muitos magistrados e homens públicos agiam de maneira ímproba, ao que se lhes aguardava as duras penas em razão disso. Em nome de uma utilidade “moral” e “patriótica”, com vista a responder indagações do presente, o periódico procedia a apreensão da História Antiga, de acordo com seus propósitos políticos.

³²⁹ “Amigos, estávamos perdidos, se não nos perdêssemos...”. Cf.: PLUTARCO. *Op. cit.* - Vida de Temístocles, I, XXIX.

³³⁰ CORREIO DA LIBERDADE, nº1, 17 de abril de 1831, p.2.

³³¹ Xenofonte afirma que este sucedeu a Pólifron no governo de Fera, o qual Alexandre teria matado em vingança a morte de Polidoro de Feras, pondo fim a tirania de Pólifron. Cf.: XENOFONTE, *Helênica*, VI, 4.35.

³³² PLUTARCO, *Vidas Paralelas*: Vida de Pelópidas, II, XXVIII.

Conclusão

Diante do que foi exposto, o trabalho procurou dar conta dos questionamentos levantados, sobretudo, compreender a forma como a Antiguidade clássica foi utilizada no discurso político da imprensa oitocentista e qual a recepção que os jornalistas do período tiveram dos clássicos, em vista do seu contexto, atribuindo significados e sentidos às obras e autores antigos, bem como ao passado greco-latino. Assim, orientado por estes questionamentos, por meio da análise das fontes, pude perceber alguns traços característicos dessa presença dos antigos, comuns a ambos os períodos, tais como uma argumentação orientada por um viés moralista, a perspectiva de decadência da sociedade brasileira, as prerrogativas legais e sua observância. De maneira que os antigos foram incorporados ao discurso político da época como fonte de autoridade, de onde se poderiam extrair exemplos e modelos a serem seguidos pelos brasileiros de então.

Os usos da Antiguidade clássica justificavam-se através de uma concepção cíclica da história, marcada pela repetição de eventos segundo uma mesma regularidade, de maneira que o passado pudesse servir como fonte de ensinamentos, a chamada *historia magistra vitae*, propriamente. Não obstante, a essa concepção associava-se uma perspectiva histórica evolutiva, de maneira que as sociedades tinham por fim o progresso e a civilização, seguindo uma ordem ascendente, primeiramente, partindo de um estágio primitivo para um nível maior de desenvolvimento. Uma vez a sociedade tendo atingido seu ápice, configurava-se uma inflexão no sentido de uma curva descendente, na qual as sociedades passavam por um período de crise e decadência. Esse horizonte interpretativo dos sistemas sociais estava em consonância com o pensamento dos autores antigos a esse respeito, tal como a lógica etapista de sucessão, semelhante aos estágios da natureza através de seus ciclos, bem como pela crença pessimista de que ao crescimento exacerbado estava associada à síntese da deterioração da sociedade por meio da corrupção moral e abandono dos costumes tradicionais, levando ao descumprimento das leis e à cupidez.

Tal como entre os autores greco-latinos, que viam na expansão territorial e no crescimento material a origem da decadência, nos discursos presentes nos jornais são recorrentes as menções ao caráter pernicioso da acumulação de riqueza. Na perspectiva dos clássicos, a ruína de uma sociedade se devia a fatores internos e externos, estes influenciando aqueles, de maneira que mudanças na forma como a sociedade estava estruturada levavam invariavelmente a alterações no plano moral, em razão de às tradições

corresponderiam aquilo que de as sociedades eram formadas, de modo que qualquer mudança na sua organização significava consequentemente uma variação nos princípios pelos quais aquela sociedade foi fundada. Da mesma forma, entre os jornalistas da primeira metade do século XIX prevalecia esta mesma percepção, com vista à críticas e censuras lançadas contra o abandono dos costumes e conseqüente desrespeito às leis. O que se percebe neste discurso moralista é o seu caráter saudosista, no sentido de retorno a uma época de glória, ao mesmo tempo em que progressista, na crença da prosperidade futura. Diante disso, o discurso revela uma dimensão conservadora de progresso, uma vez que os requisitos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade se encontravam na permanência da tradição, através dos costumes. Não obstante, em vista do passado da sociedade brasileira, colonial e servil, não se apresenta a estes homens da imprensa os modelos a serem seguidos, bem como não constava deste mesmo passado as virtudes morais necessárias para o desenvolvimento futuro. De maneira que era na longínqua Antiguidade clássica onde se buscava estas referências. Semelhante ao que as nações europeias realizaram durante o mesmo período, na construção de suas nacionalidades, por meio da escrita de uma história à procura das origens da Nação, que na maioria dos casos remontava ao antigo Império Romano, o discurso político dos jornalistas rio-grandenses volta-se para à história clássica no intuito de encontrar os elementos fundacionais dos quais a Nação brasileira deveria ser construída.

Os exemplos fornecidos pela experiência grega e romana constituíam os modelos cívicos pelos quais a organização institucional do Estado brasileiro deveria pautar-se. Por conseguinte, as razões que levaram à ruína de Roma e à dominação dos gregos se apresentavam como exemplos oferecidos para que tais erros não fossem repetidos por nossa nascente Nação. Não obstante, era através da constatação destas razões que se procedia ao elogio à Antiguidade, na figura dos seus grandes homens virtuosos que fizeram a glória de gregos e romanos. Ao assinalarem os elementos que corromperam as instituições destas sociedades, apontava-se para os fatores que as promoveram como grandes civilizações. Assim, enaltecia-se a República romana patrícia, de Cincinato, Camilo e Fabrício, de cuja *virtus* fez-se o esplendor da cidade que iria conquistar o mundo. Da mesma forma, nos gregos se exaltavam as figura de seus legisladores, como Péricles e Sólon, que criaram sábias leis conforme a natureza das coisas. Desse modo, Roma aparecia como modelo cívico através das virtudes de seus cidadãos, enquanto a Grécia representava o ideal de magistrado, correspondendo, assim, aos arquétipos a serem emulados pelos brasileiros para que da glória dos antigos se fizesse a nossa.

Da mesma forma, era na Antiguidade onde se buscavam os moldes institucionais, na república romana e nas *pólis* gregas. Em um período de incertezas e de reconfiguração do governo, a imprensa desempenhava papel propagador e doutrinário dos diferentes projetos defendidos pelos diversos grupos, constituindo-se, assim, como um importante agente político durante o período. Diante disso, a referências aos antigos cumpria a função de apresentar os méritos próprios de cada tipo de governo. Da Antiguidade se poderia extrair a experiência negativa dos regimes democráticos e despóticos, uma vez que foram estes, respectivamente, que conduziram Atenas à submissão diante dos Lacedemônios, quando a administração da pólis esteve entregue à sofistas e homens incapazes, assim como em Roma, a lassidão do Império lançou a cidade à luxúria e à avareza. Igualmente, para o grupo político que defendia a manutenção a centralidade do poder do Império brasileiro, a divisão dos gregos era apresentada como causa de sua dominação pelos macedônios, bem como, na visão dos federalistas, foi o abandono da república e o autoritarismo do império que levaram Roma à ruína.

A Antiguidade, dessa maneira, corresponderia para os jornalistas um ideal de sociedade, tanto em suas virtudes quanto em suas fraquezas. A isso se deve a autoridade que a ela era conferida pelos idealizadores dos periódicos. Essa autoridade, advinda da tradição clássica, perpetrou-se ao longo dos séculos e sedimentou-se na formação intelectual luso-brasileira. Através do humanismo católico, que lançou mão da literatura antiga em oposição ao conhecimento reformista-protestante, vigente na Europa a partir do século XV, e da permanência da retórica como ferramenta fundamental para instrução, diante de uma sociedade pautada pela palavra, como era Portugal durante o domínio dos jesuítas no sistema educacional, lançou-se as bases de uma formação de ordem geral. A retórica funcionava como chave do saber e era através da leitura das obras de autores clássicos (além das escrituras)³³³ que se procedia a instrução. Esse traço permaneceu após as reforma no ensino português, com base nos princípios estipulados por Verney, conferindo à retórica e ao estudo da Antiguidade centralidade, uma vez que a esta correspondia o componente civilizador e àquela o elemento de centralidade cultural do Reino português com relação a Europa desenvolvida, em razão da herança latina que compartilhavam. Para os homens da imprensa rio-grandense, a tradição clássica foi legada nos diversos ambiente de ensino, onde obtiveram algum nível de instrução. De maneira que todos estes compartilham da mesma autoridade conferida aos antigos, constituindo um universo de valores simbólicos amplamente reconhecidos.

³³³ Este aspecto não foi alvo de nossa análise, ficando para um segundo momento a pesquisa desta vertente bíblica.

Bibliografia

Fontes de pesquisa:

O Noticiador. Rio Grande, 1832-1836.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

Correio da Liberdade. Porto Alegre, 1831.
(Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre)

Fontes antigas:

ARISTÓTELES, *Política*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*. Tradução e notas por F. M. Pires, São Paulo, Hucitec, 1995.

CÍCERO, *Da República*. Ed.: EBooksBrasil, 2005. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/darepublica.html>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

CÍCERO. *Das Leis*. Tradução de Otávio T. de Rito. São Paulo: Cultrix, 1967.

EURÍPIDES, *Suplicante*. Disponível em:
http://interclassica.um.es/divulgacion/traduccion/obras/tragedias/las_suplicantes_1/german_gomez_de_la_mata/1_296. Acesso em 25 de novembro de 2014

ÉSQUINES. *Contra Ctesifonte*. In: ESQUINES. *Discursos*. Testimonios y cartas. Introducciones, traducción y notas de José María Lucas de Dios. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução para o português de J. Brito Broca. Ed.: EBooksBrasil, 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

LUCRÉCIO. *A natureza das coisas*. Tradução de Antonio José de Lima Leitão. Lisboa: Typ. de Jorge Ferreira de Mattos, 1851.

PLATÃO, *As Leis*. Incluindo Epinomis. Prefácio de Dalmo de Abreu Dalari e tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 1999.

PLATÃO, *Carta VII*. Texto estabelecido e anotado por John Burnet; introdução de Terence Irwin; tradução e notas de José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Rio de Janeiro: PucRio; São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PLATÃO, *República*. Tradução por J. Guinsburg. Introdução e notas por Robert Baccou. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PLUTARCO, *Vidas paralelas*. Tomos I-VII. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=174. Acesso em 25 de novembro de 2014.

POLÍBIO. *História*. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1985.

PSEUDO-PLUTARCO. *Vidas dos dez oradores*. In: *Obras Morales y de Costumbres* (Moralia). Introducciones, traducciones y notas por Mariano Valverde Sánchez, Helena Rodríguez Somolinos y Carlos Alcalde Martín. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

SALÚSTIO. *Conjuración de Catilina*. In: SALÚSTIO. *Obras completas*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0000397117104464530a3>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução do grego de Manuel Odorico Mendes. Ed.: EBooksBrasil, 2005. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

Bibliografia Geral:

ALBANO, Paula Lorena Cavalcante; STAMATTO, Maria Inês S. *História ensinada e as Aulas Régias na Capitania do Rio Grande (1808-1821)*. Anais do II Encontro Internacional De História Colonial. Mnome – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Aulas Régias no Império Colonial Português: o global e o local*. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pp.65-90

ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diários y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ANTUNES, Manuel. *O marquês de Pombal e os jesuítas*. Brotéria, cultura e informação, Lisboa, v. 1 15, n. 2-4, p. 123-142, ago./out. 1982.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público* / Eduardo Arriada. – Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS, 2007.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2002.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese de doutorado em Letras. Departamento de Linguística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. TOPOI Revista de História, Rio de Janeiro, 7 Letras, n. 1, 2000, pp.123-152.

CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, J. R. *Considerações Sobre o Ethos do Sujeito Jornalista*. In: Motta, A. R. e Salgado, L. (Org.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COLLARES, Marco Antonio. *Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio: livros 21-30* / Marco Antonio Collares. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- DÍAZ-PLAJA, Fernando. *Griegos y Romanos en la revolución francesa*. Madrid: Revista de Occidente, 1960.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2009.
- ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- FERREIRA, José Ribeiro. *Grécia e Roma na Revolução Francesa*. Revista de História das Ideias, Vol; 10 (1998).
- FINLEY, Moses. *O legado da Grécia. Uma nova avaliação*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- GIACOMONI, Marcello Paniz. *Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra Epitoma Rei Militaris, de Flavius Vegetius Renuat [manuscrito]*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Lei e ordem na República Romana: uma análise da obra De Legibus de Cícero*. Revista Justiça e História. Rio Grande, v. 2, n. 3, 2002.
- GRIMAL, Pierre. *Os erros da liberdade*. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1990.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As Luzes para o Império: História e Progresso nas páginas de O Patriota*. In: KURY, Lorelai. *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1914)*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HANSEN, João Adolfo. *A civilização pela palavra*. In: LOPES, Marta Teixeira, FARIA Fº, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- HOFFDING, Harold. *Rousseau*. Madrid, 1931.
- JAUSS. Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Quando será o Brasil dos brasileiros: "fronteiras" sociais nas páginas do 'Correio da Liberdade' (Porto Alegre, 1831)*. Em: *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, pp.49-69.
- KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Filosofia e Ciências Humanas - Programa De Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.
- KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, Ed., 1999.
- MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa Farrroupilha*. Porto Alegre. Ed. EDIPUC, 1995.

- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MARTINDALE, Charles. *Redeeming the text – Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge University Press, 1993.
- MATIAS, Ana Cristina Pinto. *Francisco Xavier Ferreira e o início da imprensa no extremo Sul*. Mafuá, Florianópolis, ano 7, n. 12, setembro 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MELO, Carlos Augusto de. *O ensino de literatura brasileira no império*. Revista Travessias, 2009. v. 07.
- MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. A democracia como difusão do poder. Curitiba: Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional, 2010, p.89.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MORAIS, Carlos Dante. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- MONTESQUIEU. O espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- MULLETT, Michael. *A contra-reforma e a reforma católica nos princípios da Idade Moderna Européia*. 29. ed. Lisboa: Gradiva, 1985.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.
- OLIVEIRA, Richard Romeiro. *Platão e a questão da democracia na República*. Revista Estudos Filosóficos nº 12/2014.
- PADOIN, Maria Medianeira. *A Revolução Farrroupilha*. In: PICCOLO, Helga L. Landgraf. PADOIN, Maria Medianeira (Direção) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 2 - IMPÉRIO. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp.39-70.
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino: a revolução farrroupilha (1835-1845)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1999.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucy. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PETIT, Philip. Republicanismo. *Una teoría sobre la libertad y el gobierno*. Barcelona: Paidós, 1999.
- PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. *Do humanismo à contra-reforma em Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra, 1998.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo de Macedo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- SANDARS, N. K. *A epopéia de Gilgamesh*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 3 edição revisada. Campinas, SP: Autores Associados. 2010 (Coleção Memória da Educação).

- SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SCHWENGBER, Jacson. *Verney leitor de Quintiliano: a apropriação da retórica latina na formação intelectual do século XVIII*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835/1836)* / Bento Gonçalves da Silva; org. por Liana B. Martins, Márcia E. Miranda e Viviane O. da Silva. - - Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.
- SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA. *Breve histórico da imprensa sul -riograndense*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1969, 3 vol., 840pp.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 206.
- TAMBARA, Elomar; MARCOLA, Valdinei. Uma tentativa de inserção da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no sistema colonial de ensino - O Projeto de Paulo Gama. Revista História da Educação, vol. 14, núm. 31, maio-agosto, 2010.
- TOYSHIMA, Ana Maria da Silva. *O Humanismo católico e a educação: Companhia de Jesus e Portugal no século XVI*. Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM, 2014.
- TURIN, Rodrigo. *Os Antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade Clássica no IHGB (1840-1860)*. Disponível em <http://acrh.revues.org/3748> Acessado 15 de novembro de 2014.
- VALLE, Hardalla Santos do.; ARRIADA, Eduardo. *A falta de homens de Letras: a educação no Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.45, p. 36-48, mar.,2012.
- VARGAS, A. Z. *Usos da Antiguidade: imprensa, civilização e decadentismo no sul do Brasil republicano*. Liber Intellectus, v. 02, p. 02, 2007, p.6.
- VÁRZEAS, Marta. Plutarco. *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas. Coimbra: CECH, 2010.
- VAZ Artur Emilio Alarcon. *A lírica de imigrantes portugueses no Brasil meridional (1832-1922)*. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Minas Gerais.
- VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949(1746). 02V.
- VEYNE, Paul. *Os gregos conheceram a democracia?* Diógenes. Brasília, 6, p. 57-62, jan-julho 1984.
- VIANA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: DAC; SEC, 1977.
- VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.
- VILLALTA, Luis Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 12ª ed.2012 (1997), v.1, pp.331-385
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANEXO I

Tabela 1 – Relação quantitativa de incidência de elementos da Antiguidade clássicos presentes no jornal *Correio da Liberdade*

Referência clássica	Incidência	Localização (edição e página)
Agásicles	1	Nº 13 p. 49
Agripina	1	Nº 12 p. 46
Alcámenes	1	Nº 35 p. 140
Alcídes	1	Nº 01 p. 01
Alexandre de Feras	1	Nº 09 p. 35
Alexandre, O Grande	3	Nº 06 p. 23 Nº 26 p. 99 Nº 31 p. 121
Aníbal	1	Nº 35 p. 138
Apolo	1	Nº 30 p. 136
Aqueus	2	Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121
Aquiles	1	Nº 06 p. 23
Arato	2	Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121
Arcópagos	1	Nº 09 p. 33
Aristides	1	Nº 16 p. 6
Aristipo de Cirene	2	Nº 17 p. 67 Nº 33 p. 132
Arquelau	1	Nº 17 p. 67

Artafernes	1	Nº 33 p. 132
Atenas/Ateniense(s)	8	Nº 09 p. 33 Nº 09 p. 33 Nº 09 p. 35 Nº 16 p. 62 Nº 30 p. 136 Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121 Nº 47 p. 185
Atlante	1	Nº 01 p. 01
Batalha de Leuctra	1	Nº 30 p. 136
Calícrates	1	Nº 31 p. 121
Calígula	1	Nº 12 p. 46
Camenas	1	Nº 06 p. 23
Camilo	3	Nº 06 p. 23 Nº 46 p. 182 Nº 46 p. 181
Carneades	1	Nº 18 p. 68
Catão	1	Nº 26 p. 99
César	2	Nº 06 p. 23 Nº 12 p. 46
Cícero	4	Cabeçalho de todos os números Nº 01 p. 01 Nº 10 p. 36 Nº 18 p. 68

		Nº 46 p. 181
Címon	1	Nº 16 p. 62
Cipiões	1	Nº 46 p. 181
Cláudio	1	Nº 12 p. 46
Cleômenes	1	Nº 31 p. 121
Clito	1	Nº 26 p. 99
Conselho dos Anfitriões	1	Nº 30 p. 136
Crítón	1	Nº 50 p. 198
Danaides	1	Nº 12 p. 46
Delfos	1	Nº 30 p. 136
Demarato	1	Nº 42 p. 168
Demóstenes	2	Nº 01 p. 01 Nº 30 p. 136
Diógenes	1	Nº 33 p. 132
Dionísio, O Moço	1	Nº 09 p. 35
Domiciano	1	Nº 12 p. 46
Esparta/Espartano(s)	5	Nº 13 p. 49 Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121 Nº 42 p. 168
		Nº 47 p. 185
Eudamidas	1	Nº 42 p. 168
Eurípedes	1	Nº 17 p. 67

Fabios	1	Nº 07 p. 2
Fedro	1	Nº 27 p. 136
Felipe II da Macedônia	3	Nº 06 p. 23 Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121
Filopemen	1	Nº 30 p. 136
Fócion	1	Nº 16 p. 62
Fócios	1	Nº 30 p. 136
Galba	1	Nº 12 p. 46
Grécia/Grego(s)	11	Nº 06 p. 23 Nº 09 p. 35 Nº 30 p. 136 Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121 Nº 31 p. 121 Nº 35 p. 138 Nº 41 p. 163 Nº 44 p. 176 Nº 47 p. 185 (2)
Heféstion	1	Nº 26 p. 99
Heitor	1	Nº 06 p. 23
Hídra de Lerna	1	Nº 01 p. 01
Híparco	1	Nº 09 p. 33
Hípias	1	Nº 09 p. 33
Hipocrene	1	Nº 06 p. 23

Íxion	1	Nº 12 p. 46
Jove	1	Nº 06 p. 23
Lacedemônia/Lacedemônio(s)	3	Nº 30 p. 136 Nº 41 p. 163 Nº 47 p. 185
Lete (um dos rios do Hades)	1	Nº 06 p. 23
Licortas	1	Nº 31 p. 121
Licurgo	2	Nº 30 p. 136 Nº 47 p. 185
Liga Anfíctonica	2	Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121
Liga Ática	1	Nº 30 p. 136
Lísias	1	Nº 46 p. 182
Lúcios	1	Nº 46 p. 182
Lúculo	1	Nº 18 p. 68
Macedônia/Macedônios	3	Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121 Nº 42 p. 168
Mario	1	Nº 50 p. 198
Mitridates	1	Nº 18 p. 68
Nero	1	Nº 12 p. 46
Otão	1	Nº 12 p. 46
Pégaso	1	Nº 06 p. 23

Pelópidas	1	Nº 09 p. 35
Pérgamo	1	Nº 06 p. 23
Pérsia/Persa(s)	5	Nº 09 p. 35 Nº 30 p. 136 Nº 30 p. 136 Nº 41 p. 163 Nº 47 p. 185
Pinda	1	Nº 06 p. 23
Pisístrato	1	Nº 09 p. 33
Plínio	2	Nº 13 p. 49 Nº 15 p. 58
Plutarco	3	Nº 11 p. 46 Nº 18 p. 68 Nº 30 p. 136
Políbio	1	Nº 31 p. 121
Polidoro	1	Nº 35 p. 138
Réia	1	Nº 07 p. 27
Roma/Romano(s)	7	Nº 06 p. 23 Nº 06 p. 23 Nº 07 p. 27 Nº 07 p. 27 Nº 30 p. 136 Nº 31 p. 121 Nº 46 p. 182
Sardanapalo	1	Nº 12 p. 46

Sátrapa	1	Nº 33 p. 132
Saturno	1	Nº 07 p. 27
Sêneca	1	Nº 13 p. 49
Sísifo	1	Nº 12 p. 46
Sócrates	2	Nº 16 p. 62 Nº 50 p. 200
Sólon	2	Nº 09 p. 33 Nº 18 p. 68
Sulla	1	Nº 50 p. 198
Tarquínio	1	Nº 12 p. 46
Tabe/Tebanos	2	Nº 09 p. 35 Nº 30 p. 136
Tejo	1	Nº 46 p. 182
Temístocles	2	Nº 09 p. 35 Nº 16 p. 62
Teopompo	1	Nº 26 p. 99
Tibério Semprônio	1	Nº 35 p. 138
Tibre	2	Nº 12 p. 46 Nº 46 p. 182
Tício	1	Nº 35 p. 138
Tito	1	Nº 07 p. 27
Trajano	2	Nº 13 p. 49 Nº 15 p. 58
Túlio	1	Nº 06 p. 23

Vitélio	1	N° 12 p. 46
Xenócrates	1	N° 42 p. 168
Xérxes	2	N° 30 p. 136 N° 41 p. 163

ANEXO II

Tabela 2 – Relação quantitativa de incidência de elementos da Antiguidade clássicos presentes no jornal *O Noticiador*

Referência clássica	Incidência	Localização (edição e página)
Anquises	1	Nº 62, p. 256
Arcopagitas	1	Nº 38, p.162
Arcópago	1	Nº 31, p. 132
Argonautas	1	Nº 79, p. 324
Aristide	1	Nº 04, p. 13
Atenas, Ateniense(s)	5	Nº 04, p. 13 Nº 06, p.21 Nº 38, p.162 Nº 64, p. 263 Nº 82, p. 335
Augusto	1	Nº 62, p. 256
Bias de Priene	1	Nº 54, p. 226
Calígula	1	Nº 62, p. 256
Capitólio	1	Nº 08, p. 30
Caracala	2	Nº 62, p. 256 Nº 68, p. 282
Cartago, Cartagineses	2	Nº 39, p. 166 Nº 60, p. 248
Catilina	2	Nº 73, p. 302 Nº 78, p. 320

Césare(s)	3	Nº 47, p. 196 Nº 62, p. 256 Nº 73, p. 302
Cícero, Cicerônica	5	Nº 08, p. 30 Nº 16, p. 61 Nº 47, p. 196 Nº 78, p. 320 Nº 73, p. 302
Cincinato	1	Nº 47, p. 196
Cleofon	1	Nº6, p.21
Cléon	1	Nº06, p.21
Comédia Romana	1	Nº 72, p. 295
Cornélia	1	Nº 54, p. 226
Crasso	1	Nº 73, p. 302
Demagogo(s)	2	Nº 11, p. 41 Nº 54, p. 225
Enéias	1	Nº 62, p. 256
Esparta/300	1	Nº 35, p. 148
Estoicismo	1	Nº 16, p. 61
Etontes	1	Nº 72, p. 295
Eurípedes	1	Nº 58, p. 242
Fabrizio Luscino	1	Nº 64, p. 263
Febo	1	Nº 72, p. 295
Felipe II	1	Nº 82, p. 335

Filosofia	1	Nº 08, p. 30
Fócion	1	Nº 64, p. 264
Grécia, Grego(s)	6	Nº 04, p. 13 Nº 60, p. 248 Nº 72, p. 297 Nº 72, p. 295 Nº 82, p. 335 Nº 79, p. 324
Hidra de Lerna	1	Nº 02, p. 5
Horácio	1	Nº 42, p. 182
Irmãos Graco	1	Nº 73, p. 302
Lacedemônia	1	Nº 64, p. 263
Lépido	1	Nº 47, p. 196
Marco Antônio	2	Nº 47, p. 196 Nº 62, p. 256
Marco Fúrio Camilo	1	Nº 64, p. 263
Mário	3	Nº 47, p. 196 Nº 62, p. 256 Nº 73, p. 302
Melpômene	1	Nº 72, p. 295
Menandro	1	Nº 72, p. 295
Messalina	1	Nº 54, p. 226
Miltiade	1	Nº 04, p. 13
Mucios	1	Nº06, p.21

Nero	2	Nº 40, p. 168 Nº 62, p. 256
Numes	1	Nº 72, p. 295
Numina	1	Nº 30, p. 122
Otávio Augusto	1	Nº 73, p. 302
Pedareto	1	Nº 35, p. 148
Pérsia	1	Nº 04, p. 13
Pitágoras	1	Nº 38, p.162
Plutarco	1	Nº 16, p. 61
Pluto	1	Nº 04, p. 13
Pompeu	1	Nº 73, p. 302
Proteu	2	Nº 30, p. 122 Nº 08, p. 31
Quintiliano	1	Nº 13, p. 51
República Romana	2	Nº 62, p. 256 Nº 73, p. 302
Roma, Romano(s)	13	Nº 02, p. 5 Nº06, p.21 Nº 04, p. 13 Nº 39, p. 166 Nº 47, p. 196 Nº 54, p. 226 Nº 64, p. 263(2) Nº 72, p. 295 (3) Nº 82, p. 335 (2)

Saturninos	1	Nº06, p.21
Senadores romanos	1	Nº 64, p. 263
Sêneca	1	Nº 12, p. 46
Sete Sábios	1	Nº 54, p. 226
Sicários	1	Nº 30, p. 122
Sinón	2	Nº 60, p. 248 Nº 62, p. 255
Sócrates	2	Nº 4, p. 13 Nº 38, p.162
Sofisma/Sofistas	1	Nº 30, p. 122 Nº 55, p. 227
Sula	4	Nº 47, p. 196 Nº 62, p. 256 Nº 73, p. 302 Nº 82, p. 335
Tália	1	Nº 72, p. 295
Rocha Tarpéia	1	Nº 08, p. 30
Tártaro	1	Nº 30, p. 122
Têmis	2	Nº 08, p. 30 Nº 13, p. 50
Temístocles	1	Nº 04, p. 13
Terêncio	1	Nº 72, p. 295
Tibério	1	Nº 62, p. 256
Tiranos	1	Nº 54, p. 225

Tito Flávio Domiciano	1	Nº 62, p. 256
Triunvirato	1	Nº 73, p. 302
Tucídides	1	Nº06, p.21
Virgílio	1	Nº 26, p. 107
Zóilos	1	Nº 13, p. 50